

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PUR / UFRJ

R A I N E R R A N D O L P H

Metodologia para o Estudo das Transformações Ocupacionais em Cidades Não-Metropolitanas

S E R I E: Relatórios de Pesquisa*?; Nº 16

PUR/PUBLIPUR

Rio de Janeiro, em março de 1985

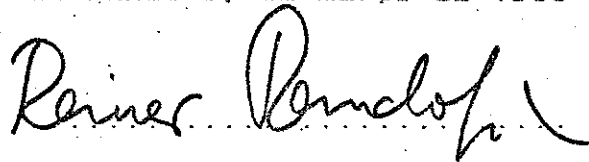
*) Sob o título "Transformações da Estrutura Ocupacional em Áreas de Expansão Industrial", esta pesquisa foi realizada com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

AGRADECIMENTOS

Na verdade, este relatório é resultado de um esforço coletivo de estudar as transformações ocupacionais em cidades não-metropolitanas no Sudeste brasileiro entre 1970 e 1980 que obteve fomento financeiro pela FINEP (Convênio 41.83.0788.00); a pesquisa foi coordenada pela Professora ROSELIA PERISSE DA S. PIQUET e por mim e contou com o inestimável apoio das pesquisadoras ARQ. ANGELA REGINA DOS SANTOS AZEVEDO, ARQ. MONICA MARIA COELHO FERNANDES e SOCIOLOGA SONIA LUCIA AMARAL MARTINS DIAS.

Entretanto, como coube unicamente a mim, a partir do material preparado pela equipe, elaborar o presente relatório agradeço, profundamente, à Professora Rosélia e às mencionadas pesquisadoras pela valiosa colaboração e assumo a responsabilidade exclusiva pelo texto aqui apresentado; este aborda os aspectos metodológicos e de operacionalização da investigação dos mercados de trabalho nas cidades não-metropolitanas. As análises empíricas e estatísticas serão publicadas em outra ocasião.

Rio de Janeiro, em março de 1985



Prof. Rainer Randolph

I N D I C E

	página
1. Apresentação: A Reformulação dos Objetivos da Pesquisa	1
ANEXO: Distribuição Territorial das Sedes, Fábricas e Filiais das Maiores Empresas Industriais no Brasil	12
2. Problematização: Expansão Capitalista e Cidades Não-Metropolitanas	14
2.1 A Questão da Desconcentração e Descentralização Industrial	14
2.2 Configuração Territorial da Estrutura Ocupacional	21
3. As Determinantes da Estrutura Ocupacional: Setores Econômicos ou Formas de Organização da Produção ?	33
3.1 Divisão Social do Trabalho e os três Setores Econômicos	33
3.2 Emprego e Ocupação: Diferentes Formas de Subordinação do Trabalho ao Capital	38
3.3 Emprego, Estrutura Ocupacional e Formas de Organização da Produção	42
3.3.1 Teoria de Emprego e Setores Econômicos	44
3.3.2 Formas de Organização da Produção e Estrutura Ocupacional	48

3.4 Uma Primeira Base Conceitual para a Discussão da Estrutura Ocupacional em Cidades Não-Metropolitanas	54
3.4.1 Avaliação Sintética da Teoria do Emprego e do Conceito Referente às Formas de Produção	54
3.4.2 Orientação para a Operacionalização do Conceito das Formas de Organização da Produção	61
4. Metodologia: Estruturação das Análises Estatísticas	67
4.1 Seleção das Variáveis Estatísticas	69
4.2 Delimitação do Universo do Estudo	76
4.2.1 Os Municípios e sua Caracterização Introdutória	75
4.2.2 As Micro-Regiões Homogêneas como Contexto Regional	87
4.3 Os Instrumentos da Análise Estatística	93
4.3.1 Análise de Agrupamento e suas duas Fases	94
4.3.2 A Prática Analítica	99
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXO A: O Censo Demográfico, seus Conceitos e Alterações entre 1960 e 1980	105
ANEXO B: Numeração das Classes e Gêneros Industriais e seu Agrupamento em três Grupos (moderno, intermediário, tradicional)	112
ANEXO C: Basic-Programa para o Processamento Eletrônico de Dados (Cruzamento de Classificações)	113

PRIMEIRA PARTE

1. APRESENTAÇÃO: A REFORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

A investigação científica e, em especial, a pesquisa fundamental não seguem um caminho linear, bem definido e inteiramente previsível. Não são somente a incerteza, decorrente do desconhecido, e a impossibilidade de delimitar, em muitos casos, o assunto em estudo logo desde o início, de maneira precisa e sem ambiguidades, que criam os meandros, as idas e vindas, os encontros e desencontros e até mesmo as reviravoltas de uma pesquisa. São, também fatores determinantes, as condições materiais e, intrínseco a elas, as situações financeiras, as relações sociais, a inserção institucional da equipe e de cada um de seus membros etc. que intervêm, de modo mais ou menos marcante e visível, no processo da investigação e, portanto, em seu resultado.

O racionalismo científico que imaginava haver eliminado o comprometimento e compromisso social da ciência e dos cientistas, já perdeu, há algum tempo, sua credibilidade. Para desvendar sua ideologia, nem sequer precisamos recorrer a críticas ou críticos mais "radicais"; mostrou FEYERABEND, ex-popperiano, em sua excelente análise sobre o "caso" GALILEO GALILEI que tal separação entre um suposto processo neutro de investigação científica e a determinação e apropriação social dos seus resultados carece, e sempre carecia, de um fundamento real. Fica patente isso, quando tomamos em consideração a prática científica e acadêmica concreta e não o discurso racionalizado de suas conclusões finais.

No entanto, essas observações não justificam arbitrariedades de reformular projetos a mênrcê das circunstâncias, falta de responsabilidade

por parte dos pesquisadores ou o "vale tudo" em seu sentido vulgar. Ao contrário e recorrendo novamente a FEYERABEND, este "anything goes" e a "anarquia metodológica" exigem um máximo de seriedade da investigação e de compromisso social e individual do pesquisador, no momento em que não se aceita mais o esquematismo metodológico do processo de pesquisa e a falsa objetividade e esterilidade de métodos à la POPPER e outros. O próprio processo histórico do desenvolvimento científico revela, cada vez mais claramente (HABERMAS 1983), as falsas aparências da autonomia social da ciência e dos cientistas, considerando-se o aumento das pesquisas encomendadas ou abertamente vinculadas a determinados interesses sociais; as orientações dos órgãos de fomento e financiamento à pesquisa, por vezes bastante específicas; a necessidade de justificar a "utilidade" do resultado previsto de um estudo "ex ante"; a fixação de prazos mais rígidos etc.

Não é este o lugar para aprofundarmos a mencionada problemática, nem é nosso desejo atribuir "responsabilidades", encontrar "culpados" ou negar o compromisso social da ciência. Tencionamos, somente, lembrar que o processo de uma investigação científica, seja lidando com um tema abrangente e complexo, seja sobre um assunto, de antemão, já melhor delimitado e delimitável, é repleto de conflitos e contratempos dos mais variados tipos e teores, os quais às vezes fogem do controle da equipe envolvida. Assim, cada projeto caracteriza-se por uma combinação particular de fatores que determinam o processo e o resultado de um estudo. Portanto, em determinados casos, pode-se abrir mão de uma explicitação do próprio processo de trabalho, em outros não. A apresentação da "história" de um projeto, neste sentido, não quer significar uma "desculpa", justificação de falhas etc., visão que parece presa ainda à velha ideologia da ciência objetiva. Mas sim, um meio de

facilitar a comunicação, isto é, a compreensão do ponto até onde se conseguiu chegar e de suas complexas razões,

Entrando, enfim, na discussão específica do caso da presente pesquisa, devemos deixar claro que em sua trajetória, desde a formulação das primeiras propostas até sua realização e a elaboração do relatório final, ela sofreu modificações bastante significativas. Por isso houvemos por bem, antes de proceder ao relato de seu resultado na forma tradicionalmente racionalizada (nem todas estórias modificam a história), retornar a seus primórdios e indicar, brevemente, as alterações, às quais foi sujeita, e suas causas.

Conforme a proposta inicial, pretendíamos avançar em três níveis:

- a) explicar, a nível teórico, a desconcentração industrial como uma forma particular de redefinição da divisão social e espacial do trabalho em uma economia dependente;
- b) identificar, a nível empírico, as mútuas determinações entre as transformações a nível da unidade produtiva e as condições gerais da produção, nos centros urbanos de médio porte;
- c) avaliar as possibilidades e limites de uma política de desconcentração à luz dos resultados obtidos.

Para alcançar estes objetivos, previmos um procedimento metodológico em três fases, quais sejam: após o levantamento das características gerais das cidades médias na região Sudeste, escolheríamos três ou quatro cidades que seriam investigadas por meio de estudos de campo, para depois avaliar as modificações da estrutura ocupacional nestes centros urbanos.

Mesmo antes de haver iniciado o projeto, foi-nos sugerido, pelas Coordenações de Cidades de Porte Médio (CPM) e de Política e Legislação Urbana (CPLU) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), um ajustamento da metodologia para atender 'as seguintes questões:

- a) Até que ponto as Cidades de Porte Médio conseguem atrair de fato investimentos industriais capazes de promover a preconizada desconcentração proposta na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)? Se positivo, seria necessário qualificar a desconcentração espontânea que vem ocorrendo - onde e com que tipo de indústria?
- b) Complementarmente a isso, que atributos, em termos de fatores locacionais, devem ter as Cidades de Porte Médio para serem capazes de induzir empreendimentos industriais? Que tipo de cidades já possuem tais atributos e em que outras devem ser efetuados investimentos em infra-estrutura básica que propiciem o surgimento dos mesmos?
- c) Face 'as dificuldades de responder a essas indagações para um número amplo de Cidades de Porte Médio, propõe-se que a pesquisa analise as CPMs da Região Sudeste já selecionadas pelo Programa BIRD, a saber: Vitória (aglomeração), Montes Claros, Juiz de Fora, Campos, Volta Redonda e São José do Rio Preto.

Estas sugestões foram reiteradas pelo relator da CPLU por ocasião de seu parecer (dó 3/8/1984) sobre o relatório parcial de nossa pesquisa, datado de junho de 1984.

Em primeiro lugar, nota-se o caráter eminentemente técnico,

instrumental e acrítico das questões levantadas o qual, certamente, pode ser atribuído 'a necessidade, por parte do CNDU, de reunir elementos para a reformulação da PNDU em fins de 1984. Entretanto, contradizem a posição crítica com respeito à desconcentração industrial e aos benefícios por ela trazidos 'as CPMs, manifesta em nossa proposta de projeto através de seis hipóteses. Pois, supomos que este processo vem-se caracterizando pela:

- a) participação dominante de grandes empresas nacionais e multinacionais;
- b) instalação de unidades meramente executoras, sendo mantidos a gestão e o controle nos centros metropolitanos nacionais e/ou internacionais;
- c) substituição de unidades produtoras já em operação, com profundas mudanças na estrutura do emprego;
- d) baixa geração de empregos indiretos;
- e) exigência de médio e baixo nível de qualificação da mão de obra no emprego diretamente gerado;
- f) alta sensibilidade do nível do emprego 'a conjuntura geral e setorial.

A simples e tácita aceitação da sugestão do CNDU implicaria, portanto, não somente em um ajustamento metodológico, mas em uma mudança relativamente profunda da visão básica do projeto (vide as questões locacionais levantadas).

Em segundo lugar e mais grave ainda, demonstram as alterações propostas a situação ambígua na qual o projeto se viu colocado. Sendo pelas suas intenções explicitamente manifestas um projeto de pesquisa acadêmica, foi tratado como se fosse um trabalho de consultoria técnica.

Cabe lembrar, aqui, as colocações iniciais sobre as determinações sociais que intervêm nas investigações científicas.

Posteriormente, em duas discussões com a então coordenadora da CPLU/CNDU e sua equipe, tentamos esclarecer nossa posição e obtivemos seu apoio para uma modificação que se mostrou, logo após o início das investigações, necessária para fundamentar melhor a própria escolha dos municípios que seriam objeto dos estudos de caso/campo. Propusemos, então, uma ampliação da primeira fase tanto em termos do universo a ser analisado (114 municípios não-metropolitanos no Sudeste com mais do que 50.000 habitantes em 1980 e seu contexto microrregional) quanto com relação às fontes estatísticas utilizadas (Censos Demográficos dos anos de 1960, 1970 e 1980), a fim de elaborar uma tipologia das referidas cidades com base em sua dinâmica econômico-industrial. Não cabe, por ora, explicitar as razões que nos levaram a esta modificação, pois serão objeto de discussões posteriores no relatório propriamente dito, ou seja, no relato racionalizado das atividades do estudo e de seus resultados.

Uma vez assumida, a nova orientação criou uma dinâmica própria, que nos conduziu a um aprofundamento maior do que o previsto nas questões ligadas a uma descrição geral do universo em estudo. Ao serem utilizados os Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980, tornou-se imprescindível uma discussão sobre o significado do conceito censitário "População Economicamente Ativa", que ocupou um bom espaço de tempo. Fomos obrigados, a partir de uma análise das alterações territoriais e definitórias do Censo ocorridas nestes vinte anos, a abandonar o ano de 1960 como ano base para a pesquisa, por se mostrar impraticável a compatibilização dos dados deste ano com os demais.

A seguir, situamos cada município em seu contexto microrregional e elaboramos uma primeira tipologia da dinâmica de OFERTA DA MÃO DE OBRA em cidades não - metropolitanas, apresentada sob a forma de relatório parcial, (em junho de 1984).

Ao mesmo tempo iniciamos discussões sobre os mais diversos assuntos relacionados com o tema da pesquisa: formação e transformação da rede e do sistema urbano em geral e no Brasil (PRED 1979 , ANDRADE/LODDER 1979 , FARIA 1983, SANTOS 1981 e outros autores), tipologias de cidades no Brasil (FARIA 1975 , FAISSOL 1971, DAVIDOVICH/LIMA 1976, DAVIDOVICH 1977, LIMA/CORREA 1977, BERQUO s.a.), análise regional e divisão social do trabalho (LIPIETZ 1979, SLATER 1984, CORAGGIO 1974 e 1984, OLIVEIRA 1977 e outros), estudos de caso já realizados sobre determinados municípios não-metropolitanos no Sudeste e no Brasil:

- Americana/Marília/Montes Claros (ANDRADE 1983);
- Rio Claro/SP (BILAC 1978);
- São José dos Campos (CARDOSO s.a.);
- Americana (LINARDI 1984);
- Caxias do Sul/RS (PICCININI 1983);
- Chapeco/SC (PIMENTA 1984);
- Sertãozinho/SP (QUINTEIRO 1979) e
- Piracicaba (SCARFON 1976), como exemplos,

desconcentração e descentralização (vide diferentes trabalhos do IPEA, elaborados por SUZIGAN, ANDRADE, SMOLKA, LODDER e outros) e conceitos sobre a estrutura ocupacional aos quais voltaremos mais tarde detalhadamente.

Foi em meio a este processo, que apercebemo-nos da importância de não encarar o levantamento estatístico da estrutura ocupacional e a

ampliação da abrangência do universo como simples instrumentos para escolher melhor os casos que seriam, isoladamente, aprofundados através de estudos de campo (vide a prevista segunda fase do estudo). Convencemo-nos que era mister insistir na investigação da estrutura ocupacional para TODOS os municípios integrantes do universo da pesquisa para facilitar o avanço em futuros estudos sobre o sistema urbano brasileiro; a inserção de determinados municípios na rede urbana, a contextualização mais abrangente de questões envolvidas com a desconcentração industrial e para fundamentar a elaboração de um instrumental metodológico para análises regionais de conjuntos de cidades não - metropolitanos. Consequentemente, continuamos com os levantamentos estatísticos e de outras fontes secundárias de informação.

PRIMEIRO, buscamos nos Censos Industriais de 1970, 1975 e, após uma espera de meses por causa do atraso de sua publicação, de 1980 os dados sobre o pessoal ocupado na indústria. Este último Censo tem uma importância especial tanto para, obviamente, os cálculos do crescimento do emprego industrial entre 1970 e 1980, período compatível com o do Censo Demográfico, quanto porque permite, pela primeira vez, algumas comparações entre estes dois Censos (Demográfico e Industrial) com respeito a oferta e demanda da mão de obra industrial neste ano base, como sera' explicitado mais adiante.

SEGUNDO, realizamos uma análise trabalhosa e demorada do padrão locacional daquelas empresas industriais que pertencem 'as 500 maiores empresas de todos os ramos e setores no Brasil (ano base: 1980), segundo a localização de sua sede/matriz, fábricas, filiais e escritórios. Justifica-se este levantamento pela hipótese, acima arrolada, de que a presença dessas empresas em municípios não - metropolitanos teria um

grande impacto na estrutura ocupacional, pois conformariam uma forma de organização da produção diferente da de outras empresas, como explicaremos melhor posteriormente. Precisamos deixar claro que não era mais a questão da desconcentração industrial que nos levou à preocupação com o comportamento locacional das grandes empresas.

Mesmo dentro desta "nova" orientação, pretendíamos, ainda, estudar alguns casos específicos da estrutura ocupacional no mencionado "tipo" de cidade para encontrar subsídios à interpretação das informações estatísticas, uma vez que a discussão conceitual sobre este tema já indicara as limitações desses dados para a compreensão de tal estrutura. Assunto este, que será um dos objetos principais de nosso relatório "strictu sensu". Continuamos, portanto, a preparar a pesquisa de campo, já havendo escolhido municípios do Noroeste Paulista e Oeste Mineiro. Contudo, surgiram obstáculos imprevisíveis que prejudicaram o andamento da pesquisa:

- a rápida desvalorização dos recursos financeiros disponíveis, não reajustados no decorrer da pesquisa, cuja liberação se atrasou por razões alheias a nossa vontade, afetou as condições de trabalho significativamente;
- a paralisação de todas as atividades universitárias durante quase três meses no outono/inverno de 1984 agravou ainda mais a situação financeira da pesquisa, causando um atraso irrecuperável nas investigações ainda projetadas.

Ao retomar os estudos após a interrupção, fizemos um balanço das possibilidades que nos restavam para fechar, mesmo provisoriamente, o projeto com um máximo de seriedade científica. Dentro deste espírito, julgamos mais conveniente seguir a linha estatística/empírica, descritiva

e abrir mão dos estudos de caso. Através do remanejamento dos recursos restantes, tivemos condições de viabilizar, pelo menos, a complementação dos dados estatísticos através do levantamento do Censo Industrial de 1980 e a sua inclusão nas análises e interpretações; assim conseguimos em novembro de 1984 completar nosso "banco de dados". A análise do comportamento locacional das grandes empresas industriais, no entanto, não foi levada adiante, por falta de recursos humanos, além de uma primeira síntese estatística dos dados que, por em si oferecer informações interessantes, será anexada a essa apresentação (ficando por ora sem interpretação).

Concluindo, finalmente, mostra o presente relato sobre o PROCESSO das investigações - seus resultados virão a tona no próximo item - que a pesquisa mudou durante sua execução, porém NÃO TANTO ASSIM, pois manteve-se fiel às suas preocupações centrais. Aprofundamos, a nível conceitual, algumas questões relacionadas com o assunto-chave, isto é, a estrutura ocupacional no meio urbano brasileiro e sua transformação - e ampliamos toda a parte descritiva e estatística, às custas das investigações que poderiam qualificar melhor o significado concreto do quadro estatístico desenhado. Esta tarefa só poderá ser cumprida, devido às circunstâncias acima arroladas, na continuação desta linha de pesquisa no próximo projeto. Confrontando o enfoque adotado no desenrolar da pesquisa com os objetivos iniciais temos que tentamos:

- a) explicar, a nível teórico, as formas de organização da produção que a redivisão social e territorial do trabalho poderá assumir em cidades não - metropolitanas no Sudeste brasileiro;
- b) identificar, a nível empírico, a distribuição territorial da dinâmica econômico-industrial destes centros urbanos mediante

a análise da estrutura ocupacional e de suas transformações, com a intenção de distinguir diferentes formas de organização da produção;

- c) fornecer um quadro estatístico das mudanças ocorridas no CONJUNTO das cidades não - metropolitanas que possa servir como subsídio para futuras avaliações das possibilidades, limites e recomendações da política de desconcentração e descentralização.

Isto posto, justifica-se, em nossa opinião, a reformulação do título do projeto que passou a chamar-se "Transformações da Estrutura Ocupacional em Cidades Não - Metropolitanas no Sudeste Brasileiro":

* * *

A N E X O : DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS SEDES, FÁBRICAS
E FILIAIS DAS MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS NO BRASIL

I. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS SEDES DAS
MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS NO BRASIL (*)

LUGAR/REGIÃO	NUMERO		
Município de São Paulo	170		
Região Metropolitana de São Paulo	29	199	
Interior de São Paulo	26		225
Município do Rio de Janeiro	34		
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	0	34	
Interior do Rio de Janeiro	1		35
Município de Belo Horizonte	7		
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5	12	
Interior de Minas Gerais	2		16
Município de Vitória	0		
Interior de Espírito Santo	2		2

(*) FONTE: Levantamento próprio de sedes, fábricas e filiais/escritórios daquelas empresas industriais que pertenciam, em 1980 (conforme EXAME de 1981), às 500 maiores empresas, no "Anuário das Industrias", edição de 1983.

II. EMPRESAS UNI-LOCACIONAIS

LUGAR/REGIÃO	NUMERO		
Município de São Paulo	53		
Região Metropolitana de São Paulo	13	66	
Interior de São Paulo	12		78
Município do Rio de Janeiro	9		9
Município de Belo Horizonte	3		
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5	8	
Interior de Minas Gerais	1		9
Interior de Espírito Santo	2		2

III. EMPRESAS MULTI-LOCACIONAIS

a) CONFRONTO: Sedes - Fábricas

SEDES	FÁBRICAS									
	Reg. Metropol.			Vitória			Interior			ou-
	SP	RJ	BH		SP	RJ	MG	ES	tros	
	SP	70	5	6		77	6	16		19
RM	RJ	4	9	1		3	5	2	1	2
	BH			3				2		
In-	SP	2				7				2
ter	MG					2				

b) CONFRONTO: Sedes - Filiais

SEDES	FILIAIS									
	Reg. Metropol.			Vi-			Interior			ou-
	SP	RJ	BH	tória	SP	RJ	MG	ES	tros	
	SP	25	55	35	6	47		10		44
RM	RJ	13	4	7		1	1	2		5
	BH	2	1	1						1
In-	SP	21	10	4	1	24		3	1	4
ter	RJ	1								
ior	MG	3	1	3		2				2

2. PROBLEMATIZAÇÃO: EXPANSÃO CAPITALISTA E CIDADES NÃO-METROPOLITANAS

O presente estudo insere-se em uma linha de pesquisa mais abrangente que visa identificar as transformações espaciais resultantes do desenvolvimento capitalista no Brasil e, particularmente no Sudeste do país. Tomando como referência o período dos últimos vinte anos, estamos interessados na suposta distribuição territorial de uma parte do crescimento industrial em direção às cidades não - metropolitanas e nos efeitos que esta nova forma da divisão social e espacial do trabalho gerou com relação ao mercado de trabalho nestes centros urbanos.

2.1 A QUESTÃO DA DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Como já foi mencionado anteriormente, para estudar este processo nossa atenção esteve, inicialmente, centrada na questão da desconcentração e descentralização industrial devido a uma investigação anterior a respeito das formulações da Política de Desenvolvimento Urbano - Industrial do Governo Federal (vide PIQUET/RANDOLPH 1982). Observamos, ao analisar o período das últimas duas décadas, o surgimento de uma preocupação com a "interiorização" do desenvolvimento industrial do país, no sentido inter e intra - regional. Basicamente a partir do II. PND, começaram a se ensaiar tentativas para conter o acirramento dos problemas sócio - econômicos criados pela concentração cada vez maior das

atividades econômicas e pelo crescimento populacional nas metrópoles nacionais e regionais, particularmente no caso de São Paulo. Por ocasião da apresentação da proposta para uma política de desenvolvimento urbano e regional e das diretrizes para o Programa de "Cidades Médias" do Governo de São Paulo (vide GOVERNO SP 1978), foram definidas estas duas formas de interiorização do desenvolvimento:

1. a DESCONCENTRAÇÃO, vista como um processo de expansão das matrizes metropolitanas através da instalação de novas unidades produtivas na periferia dos centros tradicionais de produção industrial.
2. a DESCENTRALIZAÇÃO, por seu lado, significa a realocização das matrizes e a localização de novos empreendimentos em pontos mais interiorizados (IDEM, p. 3).

Para desencadear estes processos de desconcentração / descentralização, foram delineados vários instrumentos de política industrial e de desenvolvimento urbano. Um resumo esquemático destas medidas e do discurso oficial dos maiores órgãos de fomento financeiro à política urbana e industrial (BNH e BNDE) encontra-se em um trabalho do Grupo de Pesquisa "Sistema Urbano e Organização Industrial" do PUR/UFRJ (1983).

Os argumentos a favor da desconcentração / descentralização econômica não se alteraram substancialmente desde o II. PND. Desde as primeiras propostas contidas no II. PND até a Resolução No. 003 do CNDU, que ambicionava ser a "Política de Desenvolvimento Urbano" do governo federal de então, elaborada em 1973, passou-se por várias etapas; entre elas podemos mencionar a frustrada tentativa de se criar um dispositivo legal em forma de lei para controlar e incentivar, mais eficientemente,

determinadas decisões locacionais das empresas privadas (Projeto no. 3.048 do Deputado Federal Nelson Marchezan em 1976), visando estabelecer "Diretrizes Para a Descentralização Industrial", e as Resoluções do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

Sem pretender acompanhar minuciosamente as diferentes fases que o discurso sobre este tema percorreu durante a década de 70 (vide MANNARINO 1982, PIQUET 1982, pp. 117 ss., RANDOLPH 1982, pp. 130 ss.), e' nos possível ressaltar que sempre foram e ainda são, considerados, 'a nível do discurso oficial, apenas os "centros regionais" e a maior parte das capitais estaduais não - metropolitanas; aos quais se atribue algum tipo de "importância estratégica" para o desenvolvimento econômico do país (vide os critérios da seleção das cidades médias integrantes ao Programa de Cidades Médias a nível federal). Recentemente, após a entrada do Banco Mundial no Programa Especial de Cidades de Porte Médio do CNDU / MINTER, os aspectos sociais ganharam um certo peso na escolha e no apoio a estes centros urbanos (pobreza urbana, setor informal).

Ao mesmo tempo de forma quase contraditória, o discurso sobre a descentralização comportou elementos que, a primeira vista, não combinam com o objetivo principal de se implantar, nas cidades mais distantes dos grandes centros industriais do país, condições para o deslocamento de uma parte do parque industrial metropolitano em direção a estes lugares. Pois, encontramos em uma boa parte das propostas e projetos oficiais (vide RANDOLPH 1982) a intenção de se apoiar o pequeno e médio capital local, destacando-se seu importante papel na absorção de mão de obra e na criação de novos empregos nestes centros urbanos. Ora, se tomarmos em consideração as forças sociais dominantes nos últimos vinte anos no

Brasil, só poderemos chegar à conclusão de que as prioridades verdadeiras / reais do poder público e da fração dominante devem ser outras que não nos cabe analisar aqui; as queixas e reivindicações dos pequenos e médios empresários na década de 70 parecem sustentar essa hipótese (vide Idem, p. 200).

Um outro argumento para o fortalecimento de determinados centros regionais com um suposto "potencial" de crescimento econômico era aquele que via neste tipo de apoio uma possibilidade de conter os gastos públicos em infra-estrutura social, reivindicada pela população das grandes metrópoles, e em infra-estrutura econômica, exigida pelo capital (condições gerais da produção), e de diminuir o fluxo migratório em direção às metrópoles etc..

Em síntese, longe de ter como intenção especificamente algum benefício para estas cidades, isto é, de sua população carente, acreditamos ser a abertura de NOVAS FRONTEIRAS URBANAS para a expansão do capitalismo e de sua fração monopolista o principal motivo para as referidas propostas. Fronteiras tanto em relação à própria produção que não suporta mais um aumento da aglomeração de uma classe operária combativa em alguns poucos lugares estratégicos do país, como também referente ao consumo, isto é, da expansão de um "modo de consumo de massas" capitalista, da criação de novas necessidades e demandas pelo lado dos consumidores etc. Não há dúvida de que, para estes fins, a criação de empregos "modernos", relativamente bem remunerados, e a consequente expansão da polarização social em direção ao interior dos estados do Sudeste seria um dos meios apropriados, questionando, assim, nossas próprias hipóteses de trabalho.

Entretanto, estamos falando do discurso político; sua própria história parece ser indício suficiente para acreditarmos em sua ineficácia. Uma certa prova desta opinião derivamos das conclusões de um projeto do Banco Mundial, recém-terminado, sobre diferentes políticas ESPACIAIS adotadas em diversos países. Onde, no que diz respeito ao Brasil, a análise das transformações da localização industrial chega a um resultado que contradiz a hipótese da existência de um processo de descentralização (vide HABITAT, vol.3, no. 4, jul/out 1984). Constata-se uma forte tendência para a desconcentração e, um crescimento maior das cidades secundárias em comparação com a cidade de São Paulo. Porém, seria equivocado considerar que este crescimento, nas cidades não - metropolitanas, é resultante do dinamismo de São Paulo que transbordaria para as cidades secundárias.

No estudo (vide HAMER 1983) constatou-se que estas novas atividades se devem fundamentalmente a expansão de empresas já estabelecidas e ao nascimento de outras novas em cidades fora de São Paulo. A transferência de empresas estabelecidas em São Paulo para outras zonas ou o estabelecimento de fábricas destas empresas ali não desempenharam um papel significativo no crescimento das cidades não-metropolitanas, conforme a referida pesquisa do Banco Mundial. "O significado político é em toda parte o mesmo... O desenvolvimento descentralizado... parece depender mais da iniciativa local do que do dinamismo transmitido por uma grande metrópole" (Idem). E, conclui o autor, "o papel primordial desempenhado pelos empresários locais nos centros secundários indica que a melhoria das condições da periferia (refere-se a periferia no interior das regiões metropolitanas) tem maior probabilidade de sucesso que a introdução de incentivos especiais para estimular a expansão e realocização a grandes distâncias".

Não cabe, no atual momento, aprofundar mais as observações acerca da desconcentração e descentralização, o que por si só mereceria uma investigação bem mais exaustiva. Pois, o quadro acima apresentado em traços impressionistas, referiu-se apenas a experiências passadas, com respeito tanto às intenções políticas ineficazes quanto ao processo real das mudanças locacionais das grandes empresas metropolitanas e seu impacto em centros secundários. A avaliação e conclusão do Banco Mundial parecem-nos precipitadas. Pois, em vista da característica do desenvolvimento das cidades não - metropolitanas encontrada, pode-se tratar de um simples estágio passageiro - uma espécie de fase "concorrencial regional" - em um movimento maior de redefinição da divisão social e territorial do trabalho no Brasil. Ou seja, não acreditamos que a descentralização industrial não possa, futuramente, em uma nova fase de monopolização do desenvolvimento capitalista brasileiro, assumir uma importância decisiva para a configuração territorial da acumulação capitalista no país e, até, no mundo (vide SLATER 1984).

Abrimos a discussão, ainda que provisoriamente, com relação ao sentido mais amplo da questão da descentralização, no intuito de contextualizar criticamente nossa preocupação com as transformações da estrutura ocupacional em cidades não - metropolitanas. E também, para identificar uma entrada conceitual que não nos restrinja a uma abordagem técnica da questão (como foi expressa nas sugestões acima referidas do CNDU).

Ja' que a descentralização serviu de ponto de referência para nossas investigações, precisamos esclarecer a postura que, após as discussões há pouco apresentadas, adotamos a seu respeito na análise da

estrutura ocupacional em cidades não - metropolitanas. Temos, basicamente, a opção entre duas alternativas:

- por um lado, podemos encara-la como um problema locacional, de vantagens comparativas, de disponibilidade de mão de obra qualificada etc.;
- por outro, e' possível vê-la enquanto um processo parcial de uma, talvez apenas futura, transformação geral do padrão espacial da acumulação capitalista no Brasil, o que nos parece mais atraente e vinculado 'a realidade concreta do desenvolvimento regional.

De acordo com a segunda posição, a descentralização não seria mais redutível a uma simples necessidade ou ao fruto de uma vontade quase individual de um grupo de empresas capitalistas. Mas, seria ampliada, a partir deste prisma, passando a fazer parte de um movimento mais profundo, de uma "modernização social" de determinados centros urbanos não - metropolitanos que exerceria um impacto multi-dimensional na estrutura ocupacional. 'A título de ilustração, citamos a seguir algumas modalidades deste processo:

- modernização de empresas locais / regionais tanto por causa da concorrência como da cooperação com empresas metropolitanas;
- inter-penetração do capital monopolista através da aquisição e incorporação de empresas locais (mobilidade financeira do capital);
- localização de sedes e/ou fábricas de empresas metropolitanas em cidades médias (desconcentração / descentralização "strictu sensu");
- aproveitamento ou substituição de relações de produção

pre-existentes, em um determinado lugar, por empresas locais ou não-locais;

- modernização dos aparelhos locais do Estado e reformulação das relações entre poderes locais, regionais e nacionais;
- organização dos setores "não - capitalistas" da economia urbana com o apoio do Estado.

Ao tomarmos em consideração a provável superposição destas influências na transformação da estrutura ocupacional, parece-nos questionável a viabilidade de uma separação analítica do impacto da descentralização dos demais. É, por isso, que encontramos-nos inclinados a inverter a relação entre a "variável dependente" (estrutura ocupacional) e a "variável independente" (descentralização).

Como já assinalamos, era nossa idéia inicial estudar as transformações da estrutura ocupacional em DEPENDÊNCIA da descentralização industrial; agora chegamos a conclusão de que sua discussão depende de uma análise anterior das transformações desta estrutura ocupacional que deve fornecer um quadro descritivo dos resultados de uma suposta redefinição espacial da divisão do trabalho. Por ora, encerramos, assim, a preocupação com a desconcentração/descentralização, necessitando, porém, de um novo referencial teórico para nossa investigação.

2.2 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA ESTRUTURA OCUPACIONAL

A inversão dos dois principais assuntos de nosso tema, isto é, a "Desconcentração ou Descentralização Industrial" e "Estrutura

Ocupacional", implica em mudanças bastante profundas no procedimento de nossa investigação.

Antes de operarmos tal inversão apresentava-se o seguinte quadro:

- Em primeiro lugar, a descentralização industrial teria sido utilizada não só como PROBLEMATIZAÇÃO da análise da estrutura ocupacional mas também enquanto referencial para a reflexão TEÓRICA acerca de seu possível impacto na economia urbana (vide as hipóteses iniciais do trabalho).
- Em segundo lugar, ao privilegiarmos o assunto da descentralização, isto determinou, também, a intenção de se identificar determinados municípios não - metropolitanos que seriam objeto da referida desconcentração, expressa no título original através da assinalada delimitação territorial das investigações em "áreas de expansão industrial".

Ao situarmos a descentralização industrial em segundo plano para problematizá-la, mais tarde, a partir da análise da estrutura ocupacional, significa, portanto, que deveremos realizar as seguintes alterações no procedimento da pesquisa:

- a) Passaremos a abordar as transformações da estrutura ocupacional a partir de uma visão ampla da inserção dos trabalhadores no processo de produção social. Não nos restringiremos às consequências resultantes de um determinado tipo de investimento privado para estudar esta inserção. Pode parecer que, trata-se aqui, apenas, de uma mudança da ótica, destacando um de dois lados altamente interdependentes e não separáveis. Entretanto, esta nova posição dirige melhor nossa atenção às

heterogeneidades e especificidades referentes tanto 'a estrutura interna de cada cidade, em termos setoriais e de formas de organização da produção, quanto 'a diferenciação de municípios, segundo os mesmos critérios.

Dentro dessa nova ótica, certas experiências ganham uma relevância, que, antes, talvez tivessem passado despercebidas. Referimo-nos, para exemplificar, a uma série de matérias jornalísticas publicadas nos últimos meses do ano passado, provavelmente para dar uma cobertura 'a tramitação do Estatuto da Microempresa no Congresso Nacional, vide os recortes do Jornal do Brasil a seguir, após um breve comentário nosso. Não obstante sua função ideológica, os diferentes relatos da estrutura sócio - econômica de municípios não metropolitanos que, aliás, não farão parte do universo do estudo de nossa pesquisa, nos fornecem uma primeira impressão da diversidade de formas da atividade econômica, presente neste tipo de cidade.

E' interessante notar, que esta presença de formas de produção artesanal ou familiar não se dá 'a margem da economia urbana ("marginalizada"), mas, muito pelo contrário, a marca e caracteriza, como são os casos de Ibitinga/SP, Monte Sião/MG e, talvez, Gramado/RS. Por outro lado temos um exemplo da convivência entre empresas familiares ou pequenas com empresas maiores no ramo de calçados em Nova Serrana/MG. No município de Toledo/PR, enfim, podemos identificar o surgimento de uma "indústria comunitária" que tenta assegurar a sobrevivência de estruturas produtivas "tradicionais", recém criadas (sic!), através de mecanismos modernos de sustento financeiro ("holding" para suprir eventuais dificuldades financeiras das pequenas empresas). Vale destacar que na implantação das novas indústrias neste centro urbano suspendeu-se,

propositadamente, o apoio dos grandes bancos, grandes capitalistas e gabinetes oficiais.

Bordados tornam Ibitinga imune à crise econômica

Jornal do Brasil, 5.11.1984, p. 16

São Paulo — A microempresa familiar — apesar da sonegação fiscal — tornou Ibitinga, a 345 quilômetros de São Paulo, uma cidade imune à crise econômica, praticamente sem desemprego, onde 90% da população, de 40 mil habitantes, dedicam-se direta ou indiretamente a uma única atividade: o bordado. Essa indústria semiartesanal — onde trabalham homens, mulheres e crianças — em dez anos transformou e enriqueceu a cidade.

Há em Ibitinga 382 pequenas empresas registradas na Prefeitura, destinadas à produção de bordado, onde trabalham, em média, 50 bordadeiras em cada uma delas. Mas há pelo menos 1 mil 800 outras empresas totalmente mergulhadas na "economia informal", nas quais trabalha toda a família, segundo Nelson Machado, produtor e diretor da Associação Comercial local. Mesmo esses números, porém, não espelham toda a realidade: existem em Ibitinga 20 mil máquinas de bordar — e potencialmente todas elas podem ser ou se tornar uma microempresa, segundo Machado.

Sonegação

A riqueza de Ibitinga em função do bordado não se reflete inteiramente nos impostos destinados ao município, em consequência da sonegação fiscal, que provoca uma evasão de 90% da projetada arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), explicou o Prefeito Nicola Lucínio Sobrinho, do PMDB. "A cidade é rica mais a Prefeitura é pobre" — lamentou o Prefeito, que espera reverter essa situação com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do estatuto da microempresa.

O ICM é vital para a Prefeitura, pois é responsável por 40% de toda a receita (a previsão de orçamento deste ano é de Cr\$ 4 bilhões e a de ICM é de Cr\$ 1 bilhão 650 milhões) mas o próprio Prefeito e outros funcionários públicos locais desaconselham uma fiscalização intensa para combater a sonegação, pois temem repercussão na indústria de bordado e, em consequência, o desemprego e outros problemas sociais.

Segundo Nelson Machado, a indústria do bordado de Ibitinga consome mensalmente em torno de 1 milhão 20 mil metros quadrados de tergal, que, somados a outros tecidos, como cetim, pliqué e tergal verão, atingem quase 2 milhões de metros. Essas microempresas consomem, ainda, 250 mil cones de linha por mês, cada um deles com 4 mil metros — portanto, a soma total chega a 1 mil de quilômetros. Machado garante que, "dos 40 mil habitantes de Ibitinga, pelo menos 39 mil trabalham com bordado".

Este predomínio da microempresa familiar e informal na economia da cidade levou, em agosto último, um grupo de empresários locais e vereadores a discutir com o ex-Ministro da Desburocratização e Previdência Social, Hélio Beltrão, detalhes do Estatuto da Microempresa. A aprovação desse Estatuto é aguardada pelo Prefeito como uma fórmula para resolver "o déficit de ICM do Município" sem penalizar as empresas de bordados.

Todos trabalham sem emissão de nota fiscal, ou declaram menos do que efetivamente vendem. O principal problema, porém, segundo o Prefeito, ocorre no momento do faturamento da mercadoria, tanto na entrada de matéria-prima (pão e linha provenientes de cidades vizinhas), como na saída (a venda das peças bordadas para os revendedores da capital, cidades próximas, outros Estados e até alguns países, como o Paraguai).

— Nós não queremos que as empresas paguem imposto, queremos apenas que elas faturem, pois somente dessa forma a Prefeitura poderá receber sua parcela de ICM do Estado — explicou Orville Russi, assessor do Prefeito. Isso poderá ocorrer com o Estatuto da Microempresa, que isentará os produtores de bordado do imposto, mas forçará a legalização dessas empresas, obrigando-as a trabalhar com nota fiscal, segundo o Prefeito.

A realidade da sonegação é tão intensa que o próprio Prefeito ironiza a situação. Seu vizinho, num dos bairros elegantes de Ibitinga, é o produtor de bordados José Ferreira da Rocha. "Para o José, o

seu automóvel Del Rey, com 5 mil quilômetros, já está velho, mas ele está sempre reclamando" — comentou o Prefeito, brincando.

José, Ferreira, porém, não é o dono de sua empresa a "Bordados Graziela". A proprietária da empresa é a esposa de José Brandina Ramalho da Rocha, que administra uma firma instalada há 9 anos, na qual trabalham 6 crianças, em sua própria casa, e mais 50 bordadeiras autônomas — isto é, aquelas que recebem o risco e o pano da produtora, executando as tarefas em sua própria casa, com ajuda da família. A peça pronta é devolvida no final do dia.

Matriarcado

A indústria do bordado gerou, nos últimos anos, uma característica que poucos contestam em Ibitinga: a vigência do matriarcado, onde a dona da casa é a administradora da empresa, a responsável pela fabricação, pela orientação dos empregados e até por questões ligadas a estoque e a preço final. É por este motivo que as empresas, em geral, são registradas — quando são — em nome da mulher, figurando o marido como "empregado".

É o caso da firma de Nelson Machado — que além de diretor da Associação Comercial local, é presidente da empresa de turismo de Ibitinga e representante dos fornecedores de tecido e linha. Ele, porém, é "empregado" de sua mulher, em nome de quem está registrada a empresa de bordados "Ana Cristhyna", onde trabalhará 25 bordadeiras, riscadeiras, além de mais outras 40 autônomas.

— É a mulher, geralmente, que tem bom gosto para saber se o bordado está bom ou não. Portanto, é ela que pode tratar com os empregados e com as autônomas. É ela que pode saber o que o mercado quer. É natural que elas sejam as responsáveis pelas empresas — disse Machado.

Em contrapartida ao "matriarcado" na gerência das empresas, a atividade de bordado rompeu com o preconceito de que a esta tarefa só poderiam dedicar-se mulheres. Nas empresas, como nas casas das famílias que prestam serviços autôno-

mos, trabalham homens, velhos e jovens, ou crianças, em praticamente todas as funções. Para Nelson Machado os homens são até melhores bordadeiras que as mulheres, pois, segundo ele, "trabalham com mais seriedade, são menos afetados por problemas familiares".

Segundo ele, os homens também são melhores que as mulheres na atividade de criação — a primeira etapa da confecção do bordado. Trata-se do "risco", isto é, do desenho e dos motivos que comporão o bordado. Na empresa de Nelson, o riscador, por exemplo, ganha Cr\$ 1 milhão; enquanto que as bordadeiras normalmente ganham de Cr\$ 250 a Cr\$ 300 mil por mês, e as crianças em torno de Cr\$ 60 mil. As autônomas, segundo Nelson, podem ganhar até mais, desde que dediquem todo o dia ao bordado, pois toda a produção é vendida.

O Prefeito Luciano Sobrinho afirma que só não se emprega na indústria de bordado quem não quer. Citou o caso do bairro pobre de Ibitinga, a Vila Maria, onde moram 5 mil pessoas, entre eles bóias-frias, agricultores e alguns bordadeiras. "Aqui, é bóia-fria quem não trabalha em bordado, ou não admite que sua mulher trabalhe, porque ela ganhará mais que ele" — disse.

Encontrar empregada doméstica em Ibitinga, em função da concorrência do bordado, é muito difícil, segundo Orville Russi, assessor do Prefeito e um dos poucos moradores da cidade que não vive de bordado. "Aqui, empregada doméstica só aceita trabalhar se ganhar o salário mínimo" — disse.

A indústria do bordado, que projetou Ibitinga, começou em 1974, com a Primeira Feira do Bordado, que em dois

dias reuniu entre 5 e 8 mil pessoas, segundo o Prefeito. Até então Ibitinga não era conhecida como a "capital do bordado" e a esta atividade dedicavam-se, apenas, algumas bordadeiras caseiras. O sucesso da Feira nos anos seguintes viabilizou a indústria de bordados e transformou a cidade.

Em 1974 — ano da primeira feira — Ibitinga tinha 20 mil habitantes. Hoje, dez anos depois, tem 40 mil habitantes. O sucesso do bordado e a fama de Ibitinga, de cidade imune à crise, atraíram o interesse de outros Prefeitos da região, que freqüentemente visitam a cidade para conhecer seu "milagre" econômico.

ALEXANDRE POLESI

Monte Sião cresce com pequeno empresário do tricô

Jornal do Brasil, 11.11.1984, p. 28

Monte Sião, (MG) — Situada numa região conhecida pela beleza de suas montanhas e pela qualidade de sua água mineral, na fronteira entre Minas Gerais e São Paulo, a pacata Monte Sião (13 mil habitantes, a 180 quilômetros de São Paulo) construiu, ao longo dos últimos 40 anos, a fama de produzir a maior variedade de artigos artesanais de tricô no Brasil, consolidando uma estrutura econômica centrada na micro e na pequena empresa.

Uma tradição, no início, baseada na habilidade de suas tricoteiras, mas que se consolidou com a introdução da máquina manual de tricotar na década de 60 e, mais recentemente, de máquinas industriais. Hoje, segundo qualquer uma das versões sobre a quantidade de máquinas manuais em Monte Sião — os números vão de 5 mil a 10 mil delas —, a cidade apresenta seguramente o maior índice desse aparelho por habitante em todo o mundo.

Sem desemprego

A rigor, cada residência de Monte Sião — na área urbana ou rural — participa de alguma maneira na produção diária de 30 mil peças de tricô. Mais do que justificar o título de "Capital do tricô", isso representa um modelo econômico que deu estabilidade à cidade. "Aqui não há desemprego. As pessoas podem reclamar da margem de lucro apertada, da concorrência e da fiscalização, mas não podem se queixar de falta de trabalho", comenta Alvaro Duarte, ex-motorista e ex-vendedor

que se mudou para lá há dois anos e hoje fabrica peças de tricô em casa, com a mulher Marielene e a sobrinha Maria Antônia.

Se houvesse candidatos, Alvaro colocaria em funcionamento outras duas máquinas de tricotar que repousam num canto da sala e servem de reserva no caso de algum problema mecânico. Quando não significa a atividade central da família, o tricô serve para complementar o orçamento doméstico — substituindo a mesada, por exemplo — e para preencher as horas arrastadas da vida interiorana.

Edna de Castro Zucato, proprietária de 150 alqueires de café, deixa a administração da fazenda para o filho e prefere cuidar exclusivamente da produção de 100 peças infantis por semana, que vende há anos para uma única comerciante de São Paulo. Sua filha Maria Edna, que tem problemas de visão, tricota em média outras 30 peças semanais à mão. E até mesmo sua neta Regiane, de seis anos, contribui, embora irregularmente, com a confecção de alguns pares de sapato para criança, igualmente comercializáveis.

Já a família de Sebastião Bressan Genghini encontrou no tricô uma forma a mais de rendimento para se somar ao cultivo do arroz e à criação de galinhas e porcos em seu sítio de quatro alqueires. A divisão de trabalho em seus domínios ficou bem definida: ele cuida da lavoura e da criação, suas filhas Maria Ione e Margarida Aparecida te-

vêm-se na operação da máquina de tricotar e no acabamento das peças, e sua mulher Cecilda administra a casa e ajuda os demais na medida do possível.

Yânia Maria Pioli, 20 anos, é outro exemplo das várias aplicações da máquina de tricotar. Quando tinha 17 anos, ganhou do pai uma máquina industrial. Ela aprendeu como manejá-la e fazer render em muito pouco tempo e hoje é uma sólida empresária do tricô, que emprega quatro funcionários e retira, em média Cr\$ 1 milhão 500 mil por mês — sem abdicar das diversões próprias de uma jovem da sua idade.

Resistência aos fiscais

Por ser uma atividade informal, a indústria do tricô em Monte Sião é difícil de ser dimensionada. O Prefeito João Carlos Barbosa, do PMDB, que também é dono de um escritório comercial na cidade, acredita que apenas 10% do ICM é recolhido pelas 86 malharias e 180 lojas de artigos de tricô em Monte Sião. Mas ele não reclama disso.

O mais importante é que a população consiga uma remuneração adequada para o seu trabalho. O município, embora não arrecade o que seria correspondente, beneficia-se disso indiretamente. Aqui não temos desemprego nem violência — observa.

Indeciso no início, o Prefeito acabou apoiando, meses atrás, a resistência contra a única grande manobra de fiscalização, que ameaçava tirar a tran-

quilidade de Monte Sião. Patrulhas de fiscais de todos os artigos de tricô levados por comerciantes ou turistas.

Apavorados com a determinação dos fiscais, os comerciantes se mobilizaram e armaram barreiras que interromperam totalmente o tráfego da rodovia que corta a cidade. O então Governador Tancredo Neves, informado do incidente, suspendeu a ação fiscalizadora e a cidade recebeu, através do Prefeito, os cumprimentos pela resistência de parte do próprio Vice-Presidente Auréliano Chaves.

Essa foi a primeira grande ameaça contra as microempresas de Monte Sião, que teve o mérito de reunir em torno de uma causa a totalidade da população — que até hoje não conseguiu levar avante projetos de constituição de uma associação comercial ou de cooperativas de tricô.

Lugar para todos

Dívida pela concorrência, a cidade, porém, soube se acomodar às diversas fases de industrialização. A presença de

equipamentos mais modernos não estreitou a margem de atuação dos que dispunham de máquinas manuais, assim como até hoje há espaço para quem prefira tricotar à mão.

As irmãs Iracema e Odila Andreta, de 64 e 70 anos, reconhecidas como duas das pioneiras do tricô, seguiram caminhos diferentes, mas igualmente bem-sucedidos. D Iracema, que passou a tricotar mais intensamente quando o marido, Antônio Francisco, funcionário público, passou seis meses em Belo Horizonte, há 42 anos, mantém até hoje o gosto pelo tricô à mão. D Odila, ao contrário, famosa como modista, foi a primeira a aderir à mecanização, quando a idéia foi lançada pelo ex-frade franciscano Francisco Sampaio de Oliveira. Hoje, ela possui uma das maiores malharias de Monte Sião.

Em 1969, com a reputação conquistada pela infinidade de trabalhos feitos à mão em tricô de cinco agulhas ou em agulhas circulares, Monte Sião foi escolhida para a popularização das máquinas manuais. As empresas fabricantes

— Lanofix, Singer, Elgin — montaram seus escritórios na cidade e ministraram cursos gratuitos de tricô, que hoje são transmitidos às novas gerações ao mesmo tempo que as primeiras letras.

Hoje os principais modelos das máquinas em funcionamento em Monte Sião não são mais fabricados, o que obriga à reposição de peças com algum sacrifício. É preciso improvisar ou esperar pela chegada de peças importadas. Cada uma das quatro oficinas especializadas da cidade organizou, assim, o seu estoque de peças, alimentado duas vezes por semana por um vendedor de São Paulo, que anota as necessidades do mercado.

Um mercado sem dívida muito ativo que consome, mensalmente, 120 toneladas de fios, correspondentes a 120 mil cones de linhas. Unidos, eles somariam 936 mil quilômetros — (mais que o dobro da distância entre a Terra e a Lua).

LUIZ MACIEL FILHO

Empresa é familiar em Gramado

BÁRBARA OLIVEIRA

Jornal do Brasil, 18.11.1984, p. 28

Porto Alegre — Colonizada por portugueses, italianos e alemães, alguns vindos diretamente da Europa e outros das regiões de colonização do Estado, Gramado — a 116 km de Porto Alegre, na serra gaúcha — se desenvolveu e hoje é uma das cidades turísticas mais belas e visitadas do país, graças ao empenho dessas famílias que, em suas pequenas empresas, produzem artesanato, móveis, malhas e chocolates. Também criaram bons restaurantes e hotéis, alguns dos quais ocupando destaque na hotelaria brasileira.

A Associação Comercial de Gramado registra 93 empresas de artesanato, malharias, móveis e chocolates, em sua grande maioria microempresas familiares, com três a 10 empregados no máximo, e que se proliferaram nos últimos 20 anos, com o interesse turístico despertado pela cidade. A Secretaria da Fazenda informa que essas microempresas são responsáveis por 50% da arrecadação de ICM do município, que este ano totalizará Cr\$ 2 bilhões 850 milhões.

A Associação Comercial e Industrial de Gramado está realizando um levantamento de todas as empresas da cidade para uma avaliação sócio-econômica. Sua principal característica é a formação familiar.

Com uma média mensal de faturamento de Cr\$ 5 milhões, e um número de empregados ou ajudantes (que são da própria família, muitas vezes) pode chegar ao máximo a 10, essas microempresas têm outra característica curiosa, especialmente no caso das malharias e artesanato: são formadas por pessoas que trabalharam nos grandes artesanatos e malharias e depois de aprenderem o ofício, criaram suas próprias estruturas.

É o caso da família Müller, proprietária da Malharia Karenine. Administrada por

duas irmãs — Neiva, 34 e Renati, 37 — e ajudadas pela mãe Anita, fundaram sua pequena empresa em 1972, sendo a segunda malharia da cidade. Neiva aprendeu a trabalhar em malhas na Annerose e, quando já sabia o suficiente, comprou máquina própria e abriu uma pequena loja. Fazia uma peça por dia — blusões, vestidos, roupas para bebês — quando sua irmã e mãe começaram a ajudá-la, pois já não dava conta da produção sozinha. Hoje elas possuem quatro máquinas e seis funcionários, que produzem 10 peças por dia.

O aparecimento das malharias na cidade coincide com a criação do primeiro artesanato, o Artesanato Gramadense, fundado em 1965 por Elisabeth Rosenfeldt que, depois de viver anos no Centro do país, resolveu fixar residência em Gramado, conta o historiador e professor da cidade Hugo Daros, 70 anos. Elisabeth teve a idéia de criar um estabelecimento dedicado à decoração de interiores, móveis, tapetes; objetos de adorno, ensinou moças em seu ateliê, e os rapazes para trabalharem na madeira, e hoje existem em Gramado 40 lojas e pequenas fábricas de artesanato.

Assim como o artesanato, que foi fundado pelas famílias Accorsi e outras famílias da região, como os Bertolucci, que fundaram mercearias para fabricação de móveis e alguns de seus operários, entre eles os irmãos Dinnebier e o Masotti que fundaram suas próprias empresas de móveis (hoje três das maiores de Gramado), as malharias seguiram a mesma tradição. Outro ramo dos Bertolucci criou a Annerose, e a família Preto fundou a Lucirene, as grandes malharias da cidade, inclusive com volumes para exportação.

Um dos "primos pobres" dos Dinnebier, como se autodenomina Ricardo Dinnebier, proprietário do Cerâmica Diniba, se queixa das dificuldades da microempresa para sobreviver. Além de enfrentar a recessão nas vendas, sua pequena fábrica de fundo de quintal, que emprega um torneio, quatro moças na pintura do barro, além de contar com a ajuda de sua mulher e cunhado, as queixas são em relação aos impostos e ao custo da matéria-prima e mão-de-obra. "Eu já tive 15 empregados comigo, mas tive de demitir, porque não podia mais pagá-los", queixa-se Ricardo Dinnebier, que produz 50 peças por dia (dependendo do tamanho), mas seu faturamento é de apenas Cr\$ 4 milhões. Com encargos sociais, impostos e custo de matéria-prima (barro, tinta, esmalte vitrificado) minha liquidez é de apenas 12% do faturamento".

Embora o trabalho que desenvolve na pequena fábrica seja puramente artesanal, todo feito à mão, a Fundação Gaúcha do Trabalho não considera a Diniba como artesanato e sim como indústria, e isso impede a obtenção de guia de transporte para o lojista comprovar sua compra e outras vantagens que o artesanato dispõe. Ricardo informa que duas pequenas cerâmicas já faliram em Gramado, e atualmente só existem quatro na cidade, enfrentando as mesmas dificuldades.

Com os chocolates, o processo foi semelhante ao da formação das malharias e artesanatos. A primeira foi a Praver (Chocolate Caseiro Gramado) que foi criada em 1976. Hoje são cinco. A Planalto é controlada por Adail Bertolucci e Ari Schmidt, tem uma fábrica com 13 empregados onde são produzidas três toneladas mensais de bombons e barras de chocolate além de lojas em Foz do Iguaçu, Brasília, e em Porto Alegre.

Cidade mineira vive de pequena indústria calçadista

Jornal do Brasil, 2.12.1985, p. 30

Nova Serrana, MG. — Manter a estrutura familiar nas pequenas e microfábricas e reduzir despesas administrativas nas grandes e médias — os donos das fábricas assumiram as funções de gerentes de compras de matérias-primas, de produção e de venda — foi a fórmula encontrada pela indústria de calçados de Nova Serrana para sobreviver durante a recessão. Com isso, o número de fábricas do município aumentou de 68, em 1972, para 227 este ano.

Primeiro, porém, tiveram que mudar radicalmente a linha de produção, no começo desta década, quando o couro, destinado em grandes quantidades para exportação, ficou muito caro, ao mesmo tempo em que a moda das sandálias de plástico ganhava mercado. Sem poder investir na mudança de produto, elas decidiram fabricar tênis, que hoje representam 99% de sua linha, que chega a 45 mil pares/dia de calçados.

“Boom” dos tênis

— Há 13 anos, não se via um galpão em Nova Serrana. As fábricas eram todas nos fundos de quintais, com a família inteira trabalhando — lembra o presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Serrana, José Maria Scaldini Garcia. Essa empresa familiar desapareceu, com as exigências de se produzir mais industrialmente.

Essa indústria ocupa 80% da população economicamente ativa. A cidade tem 16 mil habitantes e, entre 7 mil e 8 mil vivem de indústria de calçados, que paga salários de um e meio salário mínimo (Cr\$ 249 mil 975), em média. No ano passado, com uma produção de 6 milhões de pares calçados, as 160 fábricas obtiveram receita bruta de Cr\$ 6 bilhões 153 milhões.

Para este ano, com a abertura, até o final de agosto, de mais 60 novas fábricas, a previsão de José Scaldini Garcia é de que serão fabricados mais 1 milhão de pares — 99% tênis e 1% de calçados de couro e sapatilhas tipo chinesa, de camurça. Acha que a receita bruta crescerá 400%, chegando a Cr\$ 30 bilhões 767 milhões. Esses resultados, salientou, serão obtidos a despeito do encarecimento, em até 650%, de algumas matérias-primas, como o nylon, que passou de Cr\$ 2 mil para Cr\$ 15 mil o metro quadrado.

— Mas, em contrapartida, quem vendeu Cr\$ 30 milhões no ano passado, poderá estar vendendo Cr\$ 400 milhões em 1984 — salientou Scaldini, observando que esse crescimento de até 1.233% é conseguido, às vezes, por micro fábricas, ainda dirigidas pela família, com um máximo de 10 funcionários e sem despesas com representantes ou vendedores. Essa receita justifica-se, ainda, pelo reajuste médio de 400% nos preços dos tênis, que passaram de Cr\$ 2 mil a Cr\$ 3 mil, em 1983, para Cr\$ 9 mil a Cr\$ 10 mil, atualmente.

As fábricas de calçados de Nova Serrana, no oeste de Minas, às margens da BR-262 e a 117 km de Belo Horizonte, não precisam procurar os fornecedores de matérias-primas de Goiás, São Paulo e Espírito Santo, eles vão a Nova Serrana entregar seus produtos. Outra vantagem que tiveram este ano foi a compra consorciada de 19 mil 600 quilos de cola, orientada pelo CEAG-MG-Centro de apoio à Pequena e Média Empresa, o que resultou numa economia de 55%.

Geograficamente bem situadas e colocando toda a produção em Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Estados da Amazônia, as fábricas não

possuem, em geral, representantes nesses mercados, vendendo diretamente para os lojistas ou para os pequenos atacadistas, que passam para receber o produto. Os negócios são fechados em janeiro, para entrega no primeiro semestre, e, em julho, para o restante do ano.

— O mercado está para sofrer transformações e o boom do tênis poderá acabar. Estamos aguardando a novidade de 1985. Poderá ser a volta do couro ou a entrada com mais força da lona — diz Scaldini, salientando que isso não obrigará as fábricas mudarem seus parques fabris.

O presidente da Associação Comercial e Industrial é advogado e dirige a entidade há quase 10 anos. Ele não acredita que em 1985 repitam os bons resultados esperados no atual exercício.

— A política está afetando o setor, que vinha crescendo bem nestes últimos três anos. Agora, vamos torcer para que não caia o número de fábricas — disse.

Progresso

Com 90% da economia dependendo da indústria de calçados, que paga impostos com base na estimativa de lucros, o surgimento quase diário de uma fábrica é a maior preocupação do prefeito José Maria da Fonseca. Os benefícios fiscais concedidos pelo Estado fazem cair a arrecadação do ICM para a Prefeitura. Em outubro, ficou em Cr\$ 10 milhões, insuficientes para cobrir a folha de pagamento dos 150 servidores municipais, de Cr\$ 13 milhões. E o prefeito não vê como reverter a situação deficitária do município, sem alterar o perfil do parque industrial de Nova Serrana.

A febre da indústria dos calçados atraiu muita gente de fora, transformando a cidade no maior pólo do setor em Minas. Fez a sua população crescer de 9 mil 300 pessoas, em 1980, para 16 mil, atualmente, ou seja, praticamente dobrar em quatro anos. “Aqui chega quase uma família por dia. Mas, tem que voltar, porque não existe mais moradia disponível”, comenta o prefeito, que aproveita para reclamar do Governo Federal, que não faz reclassificação dos municípios para a distribuição do FPM-Fundo de Participação dos Municípios, que é baseado na população. Assim, até, hoje Nova Serrana tem o índice mais baixo, o que significou, em outubro um repasse de apenas Cr\$ 14 milhões.

Depois do calçado, a economia de Nova Serrana — uma cidade que tem até quatro fábricas por quarteirão — está assentada em duas cerâmicas, duas fábricas de caixa de papelão, uma gráfica, meia dúzia de fábricas de polvilho, comércio e pecuária leiteira. Em 1980, eram seis cerâmicas e 19 fábricas de polvilho, o que mostra que a recessão atingiu mais profundamente outros setores industriais.

O prefeito estima que o déficit de moradias chega a 120 unidades. Falta hospital e há déficit de 1 mil vagas no ensino de 1º grau. Em contrapartida, apesar do baixo salário médio, não existe mendigância na cidade. O prefeito teme o aumento das fábricas de calçados. Para produzir até 60 pares/dia, é possível montar uma fábrica com apenas Cr\$ 8 milhões a Cr\$ 10 milhões. “Mas, o mercado comporta mais fábricas?”, preocupa-se ele.

NAIRO ALMEIDA

continua -->

Sapateiro convive com empresas

Nova Serrana, MG — As microoficinas das famílias de sapateiros de Nova Serrana não foram tragadas pelas empresas. Juntamente com as pequenas, elas representam hoje mais de 50% das 227 fábricas e produzem, em média, cerca de 70 pares de calçados por dia, disputando sem receio o mesmo mercado das grandes, que produzem até 2 mil 800 pares/dia.

— Aqui é impossível saber ao certo quem é micro, porque todo o dia surge uma empresa nova — comenta o diretor da indústria de calçados Alvorada, João Sebastião Neto. Em 1971, ele iniciou sua fábrica, juntamente com os pais e três irmãos. Hoje, empregando, na época de pique de produção, entre 40 e 50 pessoas e produzindo 800 pares/dia de sapatilhas modelo chinês, está entre as 20 maiores.

Continuar pequena

A Alvorada coloca cerca de 50% da produção em São Paulo, o restante em Minas e no Rio, através das vendas diretas para os lojistas. Seu dono espera este ano um crescimento de 200% no volume de calçados e de 400%, na receita, que deve chegar aos 800 milhões. O lucro líquido crescerá 15%.

Vice-presidente da Associação Comercial e Industrial, João Sebastião Neto disse ter desistido de fabricar tênis, porque o nylon e a borracha estão a preço muito elevado.

O dono da indústria de calçados ZZ, José Silva de Almeida, no ramo desde 1950, diz que o começo foi difícil: "Nós produzíamos de cinco a dez pares por dia, de todo o tipo de calçado." Agora, já diversificou a atividade, com uma empresa de material de construção, e colocou em operação, em janeiro, uma nova fábrica. Investiu Cr\$ 50

milhões, apenas Cr\$ 4 milhões financiados (peço Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e está fazendo de 350 pares de tênis feminino por dia, contra 120 pares no ano passado. Ele montou sua própria empresa em 1965, com uma máquina, que lhe custou Cr\$ 900. Estima que sua fábrica, hoje, não poderia ser montada por menos de Cr\$ 300 milhões.

— Dependendo do mercado, posso produzir até 1 mil pares por dia. Mas, não estou querendo crescer e ficar entre as grandes, porque muitas delas estão em dificuldades e eu estou tranquilo", se vangloria o dono da ZZ, que tem 15 empregados, que lhe custam mensalmente Cr\$ 3 milhões.

A Vera Cruz, maior fábrica de Nova Serrana, fundada há nove anos, é das poucas que não tiveram origem familiar. Quando começou, segundo um dos sócios, Mauro Quintino Ribeiro, tinha apenas quatro empregados e fabricava 20 pares de botina de couro por dia. Hoje, com 250 funcionários em um único turno, produz diariamente 2 mil 800 pares de tênis infantil e adulto. A empresa tem patrimônio de Cr\$ 700 milhões, faturando Cr\$ 300 milhões por mês.

Mauro Ribeiro chegou a Nova Serrana há 10 anos, depois de dar baixa do Exército como cabo. Montou primeiro um negócio sozinho, para fabricar botina de couro. Faliu e foi trabalhar numa casa de couro. Ficou apenas oito meses. Em sociedade com Vicente Paula Amaral, montou a Vera Cruz, com investimento, a preços de 1975 de Cr\$ 10 milhões. Recentemente, investiram Cr\$ 500 milhões numa nova fábrica, de mais de 2 mil metros quadrados de área construída.

O surgimento de pequenas empresas

familiares não terminou. E esse é o caso dos irmãos Wander (28 anos) e José Maria Soares da Silva (30) que há quatro anos tentam firmar-se como empresários, fabricando tênis em dois cômodos — de 40m² e 70m² — alugados da avó, por Cr\$ 100 mil mensais.

No primeiro ano, conta Wander, que foi dos quatro funcionários pioneiros da Vera Cruz, sua empresa — a Teerã — tomou um empréstimo de Cr\$ 20 mil e teve prejuízo de Cr\$ 35 mil. No segundo, o prejuízo subiu para Cr\$ 97 mil e, em 1983, para Cr\$ 1 milhão-500 mil. Mas, neste ano, eles esperam sair do vermelho e reinvestir o lucro para dobrar a produção, para 130 pares/dia, em 1985.

Como todas as demais, eles começaram fabricando botina e sapato. Em 1981, tiveram que vender um lote de terreno por Cr\$ 150 mil — hoje valeria Cr\$ 20 milhões — para saldar as dívidas. Mas, agora, com mais empregados — duas costureiras e quatro na linha restante — estão certos de que a empresa, que tem apenas uma máquina de pespontar (patrimônio de Cr\$ 10 milhões, capital social de Cr\$ 350 mil, receita mensal de Cr\$ 4 milhões 900 mil e despesas com matérias-primas de Cr\$ 2 mil 500 e de pessoal de Cr\$ 650 mil por mês) terá, inclusive, condições de expandir seu mercado.

O tênis fabricado pelos irmãos Wander e José Maria é dos mais baratos: custa, em média, Cr\$ 3 mil 500. É por isso, talvez, o que tem o maior leque de mercado, proporcionalmente. É vendido em Minas, Goiás, Maranhão e Pará.

Indústria comunitária de Toledo emprega 600 pessoas

Jornal do Brasil, 22.8.1984, p.18

Toledo/PR — Para enfrentar o desemprego e o êxodo rural que atingia Toledo, uma cidade de 80 mil habitantes encravada no Oeste paranaense, quase na fronteira com o Paraguai, um grupo de empresários e pequenos comerciantes decidiu, há quatro anos, fundar, uma indústria.

Inexperiente, o grupo não só conseguiu fundar com seus próprios recursos, a Incopesa S/A, para processamento de couro, mas também dar a partida para um projeto de indústrias comunitárias que hoje trás a Toledo centenas de administradores, estudiosos e políticos de todo o país, interessados em expandir a experiência dos toledanos para todo o interior brasileiro.

Em apenas quatro anos, surgiram em Toledo 14 pequenas indústrias e foram criados 600 empregos diretos. O faturamento global previsto para esse ano deve chegar a Cr\$ 7 bilhões. E o Governo estadual só participou com a elaboração de projetos através das Secretarias do Interior e Planejamento. "Além de criar empregos, o mais importante foi que conseguimos criar uma opção de investimentos para o produtor rural que antes tinha só três alternativas para aplicar os lucros das safras: comprar a terra do vizinho, expandir para novas fronteiras agrícolas ou motorizar a família", diz o atual

secretário da Associação Industrial e Comercial de Toledo, órgão que coordenou a industrialização da cidade, Clécio Ruaro.

Em qualquer dessas opções, o dinheiro gerado pela agricultura regional acabava por aumentar o êxodo rural ou era aplicado fora da região. Em 1980, a previsão era de que a população de Toledo chegasse a 120 mil habitantes e o censo comprovou que, ao contrário, a população havia diminuído e era de apenas 80 mil habitantes. E na área urbana 3 mil 800 pessoas estavam sem emprego.

Casa e Coragem

Em março de 1980, durante uma reunião na Associação Comercial e Industrial de Toledo (ACIT), surgiu a idéia da industrialização dos subprodutos do Frigoríficos, o frigorífico que a Sadia mantém em Toledo com capacidade para o abate de 180 mil frangos/dia, que poderiam render tanto uma fábrica de embalagem plástica como um curtume. A opção foi pelo curtume e imediatamente um grupo de toledanos começou a percorrer o país para saber como era o funcionamento e as instalações de um curtume. Em agosto de 1980 surgia a Incopesa — Indústria e Comércio de Peles S/A, com 54 acionistas e um capital inicial de Cr\$ 400 mil.

— O que fazer a gente sabia. Por onde começar não sabíamos ainda. Fomos com a cara e a coragem — diz hoje o Prefeito Albino Corazza Neto. Naquela época, Corazza era o presidente da ACIT e praticamente comandou o processo de instalação da primeira indústria, como seu primeiro gerente administrativo. “A referência principal — diz Corazza — “não eram os bancos, à procura de financiamentos, grandes capitalistas ou gabinetes oficiais. A referência principal era a própria comunidade, as pequenas poupanças, gente disposta a apostar em si mesma”.

Doze meses depois do início das obras, cumprindo o prazo da lei de doação do terreno da Prefeitura Municipal, inaugurou-se a Incopesa, ocupando uma área de 6 mil 500 metros quadrados e oferecendo 95 empregos imediatamente para a comunidade. E no primeiro ano de funcionamento a Incopesa registrou um faturamento de Cr\$ 274 milhões e, além de atender o mercado interno, passou a exportar para a Itália, EUA e Canadá, países que começaram a absorver napa e couro da indústria comunitária. A capacidade instalada era suficiente para processar 600 couros/dia.

A previsão de faturamento da Incopesa para esse ano é de Cr\$ 6 bilhões 400 milhões. A empresa já distribuiu dividendos aos seus acionistas e abriu o capital para que os próprios funcionários pudessem comprar as ações. “Nós tomamos a fundação da indústria como um desafio e levamos em frente. Outros pensariam duzentas vezes e iriam para casa”, diz o atual diretor administrativo, José Ampelio Bernardi. Em outubro, a Incopesa começa a

pagar o financiamento de Cr\$ 182 milhões, o único que fez, junto ao Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), para a compra de equipamentos, a juros de 7% ao ano mais correção.

Toledo S/A

A experiência da Incopesa dera certo. A partir daí, novas idéias e novos interessados foram surgindo. Se a Incopesa comprava matéria-prima da Sadia, por que não ampliar o círculo? E surgiu a Indústria de Calçados — Incasa S/A, que passou a fabricar calçados com o couro processado pela Incopesa. Em barracões improvisados, no fundo de uma farmácia, num terreno baldio, qualquer espaço mais amplo foi se transformando numa pequena indústria, seguindo sempre os mesmos rígidos princípios de reunir a comunidade em pequenos grupos, longe de financiamentos bancários e juros altos. “Meu maior sonho era fundar uma indústria, um sonho de 30 anos, que vim realizar em Toledo”, afirma Léo Bortolom, ex-dono de uma loja de calçados e hoje sócio-gerente da Incalse S/A, fabricante de calçados masculinos, que espera faturar nesse ano Cr\$ 45 milhões. A Incalse tem 28 acionistas.

Em apenas quatro anos, Toledo deixou de ser apenas uma área incluída no “polo industrial do Oeste”, um plano de gabinete dos últimos governos, para se transformar numa cidade agroindustrial. Produz couros, bolsas, bolsos, brinquedos e calçados, que são exportados tanto para o mercado interno como externo. A previsão da receita de ICM para 1985 é de um aumento de 450% sobre 1983, segundo o último relatório da Secretaria de Finanças do Paraná, superando a vizinha Cascavel, principal cidade do Oeste paranaense, com mais de 150 mil habitantes. “Aqui não pensamos em crise. Pensamos em bons negócios”, afirma a diretora administrativa da Induscouro Ltda, uma fábrica de bolsas feminina, Irene Persch, 23 anos, ex-subgerente de banco, que hoje viaja por todo o Brasil para abrir mercados para seus produtos. Produzindo 20 bolsas por dia, a Induscouro vem mantendo um faturamento mensal de Cr\$ 15 milhões. Funciona nos fundos de uma loja de roupas, num salão pequeno e é dirigida somente por mulheres.

Agora, a Associação Comercial e Industrial, que mesmo depois da eleição de seu presidente, Albino

Corazza, para prefeito, continuou coordenando a instalação das indústrias — temendo que a crise econômica afetasse a instalação e o funcionamento de uma ou outra empresa, decidiu fundar a Toledo S/A Participações, cuja meta é conseguir 1 mil acionistas e constituir uma espécie de “holding” de todas as demais empresas. “As indústrias têm problemas de capital de giro, ou poderão, no futuro, entrar em crise por qualquer motivo. A Toledo S/A poderá comprar suas ações e dar o direito de recompra depois de um certo período. O que não podemos é ficar à mercê de financiamentos e juros altos”, explica Clécio Ruaro, da Acit. Qualquer pessoa, com um capital inicial de Cr\$ 10 mil, pode ser sócia da Toledo S/A. “Um dia, por que não?, Toledo S/A poderá se transformar num banco de Toledo e reverter todo o dinheiro para o próprio município”, sonha o prefeito Corazza. Atualmente, a Toledo S/A tem 237 sócios e um capital de Cr\$ 40 milhões. Nosso objetivo é massificar a participação para que as indústrias atuais e as novas não fiquem em mãos de pequenos grupos, fechados a terceiros”, afirma Clécio Ruaro.

No rastro das empresas vieram às escolas de formação profissional, que hoje ensinam como costurar uma bolsa, colar um sapato, pintar uma bola. O centro de apoio à pequena e média empresa (Ceag/PR) instalou cursos de orientação e comercialização. E a Associação Comercial recebe todos os dias centenas de propostas de técnicos de todo o país, que querem vir para a cidade. “Isso nos assusta um pouco. Nós queremos levar esse projeto adiante com nossas próprias forças” afirma Clécio Ruaro.

E para evitar tumultos diários nas empresas, as visitas de caravanas de todo o país só podem ser feitas no último sábado do mês. “Se formos analisar os números — afinal conseguimos empregar até agora apenas 600 dos 3 mil 800 desempregados de Toledo — a fundação e a instalação das indústrias não acabou com o desemprego nem paralizou o êxodo rural. Mas pensamos no futuro da região e, aí sim, nosso projeto ganha sua verdadeira dimensão”, afirma o prefeito Albino Corazza.

RUTH BOLOGNESE

b) A nova problematização e o referencial teórico para a análise da estrutura ocupacional e sua transformação deveria provir, portanto, da preocupação com a distribuição espacial das atividades econômicas ou, em outras palavras, da divisão SOCIAL e TERRITORIAL do trabalho. A relação dinâmica entre o "Social" e o "Espaço" compreende, segundo BARRIOS (1978, p. 8) os seguintes aspectos:

- i) existência, localização heterogênea e aproveitamento dos recursos naturais;
- ii) necessidade de infra-estrutura física e equipamentos que "planteiam" as práticas dos grupos sociais;
- iii) localização destes grupos e de suas atividades sobre o território e sua relação com o entorno circundante;
- iv) âmbitos de ação dos grupos sociais pertencentes a uma formação social nacional.

A conjunção histórica destes aspectos gera diferentes expressões espaciais e, em última instância, diferentes formas da ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, que "assinala as distintas maneiras em que os elementos materiais antes citados são postos em relação entre si através da ação organizada dos agentes sociais" (IDEM, p. 9). Esta dinâmica tem seu suporte em uma determinada CONFIGURAÇÃO ESPACIAL que, por sua vez, refere-se a "formas particulares que adota a distribuição da força de trabalho, das atividades sociais, da infra-estrutura produtiva e de consumo, dos recursos materiais e das condições ambientais sobre um território dado" (IDEM, pp. 8s; maiores explicações vide também em CORAGGIO 1974, SLATER 1984).

Obviamente, transcenderia as possibilidades do presente estudo se tentássemos abordar todo um arcabouço desde a questão teórica da organização social do espaço até uma análise empírica da estrutura ocupacional em um conjunto concreto de municípios. Neste sentido, limitaremos nossas investigações a uma primeira aproximação 'a CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ou mais especificamente 'a distribuição da força de trabalho sobre um território dado.

c) Dentro deste contexto conceitual, objetivamos criar uma primeira base empírica para poder trabalhar, futuramente, a questão da organização social do espaço. Para tal torna-se necessário, investigar um CONJUNTO de municípios que delimitaremos mais adiante. Ao nos restringirmos, por ora, 'a análise da configuração espacial da força de trabalho, parece justificável realizar levantamentos de determinados indicadores da inserção da força de trabalho na estrutura produtiva para cada município isoladamente, a fim de comparar a situação encontrada em cada cidade em forma de certas classificações e tipologias (um procedimento bastante comum, vide por exemplo DAVIDOVICH 1977).

O esforço conceitual, a ser empenhado no próximo item, ainda não se dedica a questões relacionadas com a divisão TERRITORIAL do trabalho. Por enquanto, devido ao objetivo por nos estabelecido, estaremos mais preocupados conceitualmente com a divisão SOCIAL do trabalho em DETERMINADOS LUGARES. Neste sentido, será a discussão deste assunto, do conceito de emprego e de formas de organização social da produção que contribuirão para a elaboração do instrumental analítico, o qual nos

dara' condições de investigar a estrutura ocupacional em cidades não - metropolitanas. A realização de estudos de campo teria, como um dos possíveis metodos de investigação, o propósito de aprofundar o conhecimento desta estrutura a qual, como veremos mais adiante, não pode ser identificada em sua inteira complexidade unica e exclusivamente por intermédio de análises de dados secundários.

3. OS DETERMINANTES DA ESTRUTURA OCUPACIONAL: SETORES ECONÔMICOS OU FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ?

3.1 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E OS TRÊS SETORES ECONÔMICOS BÁSICOS

Na maior parte dos estudos a respeito da problemática do emprego ou da estrutura ocupacional encontramos a divisão da economia em três setores produtivos, usualmente designados de Primário, Secundário e Terciário. De suas características específicas derivam-se "diferentes níveis de utilização dos recursos humanos que se refletem nos variados graus de absorção do fator trabalho" (KON 1979, p. 33).

Em relação ao meio urbano considera-se, em geral, somente os setores secundário e terciário; entretanto, como exemplifica SANTOS (1980) para algumas cidades em Gana, nos países subdesenvolvidos "uma parte importante da população urbana está ainda situada no setor primário". Já quando se focaliza o interesse em municípios, há de se considerar a ocupação econômica da população rural o que implica na manutenção da divisão tripartite acima assinalada (vide como um dos muitos exemplos o trabalho de CARDOSO s.a. sobre São José dos Campos / SP).

Este esquema classificatório de atividades econômicas expressa a divisão social do trabalho desde os clássicos (A. SMITH, e outros). Suas três classes configuram-se em função da distância entre a produção realizada pelos homens e a natureza. As atividades chamadas PRIMÁRIAS seriam a agricultura e os diversos trabalhos desenvolvidos diretamente em

contato com a natureza, tendo por base o FATOR TERRA. O SECUNDÁRIO corresponderia a um estágio caracterizado por uma maior distância entre a produção material e a natureza: tem o seu lugar na indústria ou manufatura aonde se elabora sobre algo que já é menos natural. Enfim, o TERCIÁRIO significaria uma classe de trabalho com ligações mais remotas com a natureza, resultando a aplicação da força de trabalho em produtos imateriais, sem corporeidade (vide OLIVEIRA 1979, p. 139).

Alem de apresentar esta diferenciação clássica, cita OLIVEIRA (vide idem, pp. 139s) algumas teorizações que foram construídas acerca da divisão social do trabalho e os diversos tipos de produtos, por ela gerados em suas distintas instâncias, as quais relatamos sucintamente a seguir:

- a) a posição fisiocrata que postulava ser o único trabalho útil (ou produtivo) aquele que se processava na agricultura;
- b) a posição marxista que reconhecia, a correlação existente entre o progresso e a divisão social do trabalho. Porém, limitava sua reflexão, como os clássicos, a uma análise interna de cada uma das três grandes subdivisões (por exemplo, a especialização e diversificação no interior da agricultura, apontadas por MARX, sem se preocupar muito com as relações entre elas);
- c) os neoclássicos e marginalistas, por sua vez, não concediam nenhum papel às diferenças entre a agricultura e a indústria, entre o campo e a cidade, já que os fatores de produção, de acordo com sua concepção, eram completamente intercambiáveis e substituíveis;
- d) algumas posições recentes que anunciam uma espécie de "Revolução nos Serviços", introduzindo o chamado Quaternário

que corresponderia 'a Segunda Revolução Industrial
(idem, pp. 139s).

As abordagens não-marxistas não chegaram a postular um esquema evolutivo da divisão social do trabalho a partir das três subdivisões básicas (Primário, Secundário, Terciário). Este quadro alterou-se com o trabalho de COLIN CLARK, que "... em seu famoso 'The Conditions of Economic Progress', ... estabeleceu uma espécie de lei evolutiva da divisão social do trabalho ao nível dos três grandes setores" (idem, p. 140). CLARK mostrou em suas investigações a correlação encontrada entre as percentagens de renda e emprego de cada setor com o nível de desenvolvimento alcançado pela economia em questão. Assim, a partir desta correlação, tem-se que uma economia subdesenvolvida teria altas taxas de participação de renda e emprego na agricultura; da mesma forma, uma economia desenvolvida seria caracterizada pela grande participação destes indicadores na indústria; e, finalmente, o mais alto grau de desenvolvimento estaria presente naquela economia com maiores taxas de percentagem de renda e emprego nos serviços (terciário).

Distinto desta "mecânica evolutiva", em nosso entender a-histórica, elaborou MARX um conceito da dinâmica da divisão social do trabalho. Porém, o fez a partir de uma separação da organização social da produção, aparentemente semelhante a dos clássicos, diferenciando os grandes ramos da agricultura, indústria e serviços e comércio (MARX 1975, p. 402). A divisão social do trabalho decorre, portanto, desta organização social da produção (e circulação) e pressupõe a disseminação dos meios de produção entre um grande número de produtores de mercadorias independentes uns dos outros (idem, p. 407), que concorrem entre si e não conhecem outra força que não seja a pressão exercida por seus interesses

recíprocos. Historicamente, toda divisão de trabalho desenvolvida que se mantém através da troca de mercadorias, esta' fundamentada na tradicional e histórica separação cidade/campo (idem, p. 404).

Este autor ao se preocupar em desenvolver, minuciosamente, a comparação entre a divisão do trabalho na sociedade e na manufatura, entende que "enquanto que a divisão social do trabalho com ou sem troca de mercadorias, pertence 'as formações econômicas das mais diversas sociedades, a divisão manufatureira e' uma criação especial do modo de produção capitalista " (idem, p. 411). Deste trecho, podemos depreender que a divisão social do trabalho , embora existente em qualquer sociedade, possuiria no modo de produção capitalista uma característica peculiar: a sua natureza dinâmica, decorrente de uma base técnica revolucionária. Ou ainda, textualmente: "A indústria moderna nunca considerou nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica e' revolucionária enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores" (idem, p. 557).

E e' essa base técnica de produção - maquinaria, processos químicos em geral, enfim as inovações tecnológicas - da indústria moderna (e, pode-se acrescentar, dos outros setores de produção totalmente capitalizados), que "transforma continuamente" as funções dos trabalhadores e as combinações sociais dos processos de trabalho. "Com isso revoluciona constantemente a divisão de trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variações de trabalho, isto e', fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos" (idem, p. 558).

No que se refere às relações sociais de produção, esse processo, que não reflete nada mais do que as necessidades da acumulação do capital, produz dois movimentos articulados. Por um lado, desagrega as formas não-capitalistas de atividades econômicas, separando os produtores "independentes" de seus meios de produção, "libera-os" para a produção em geral. Estes trabalhadores ao serem destituídos de seus instrumentos de trabalho não tem outra alternativa de subsistência a não ser transformar-se, então, em força de trabalho "potencialmente disponível" para o capital.

Entretanto, na medida em que há um aumento no capital global, há concomitantemente um aumento de sua composição orgânica - através do incremento da parte constante (máquinas, equipamentos, matéria prima) em detrimento da parte variável (massa de salários). O decréscimo relativo da parte variável não importa necessariamente em uma redução do nível dos salários, mas pode implicar sim em uma diminuição no número de trabalhadores efetivamente empregados, e é o que usualmente ocorre ao se incorporar inovações tecnológicas ao processo de trabalho sem se aumentar o nível da produção. Desta forma, temos que a absorção da força de trabalho não se verifica nos mesmos níveis daquela desagregação/liberação.

Quando, em uma formação social concreta (vide a brasileira), o processo de "liberação" ocorre de tal maneira, para uma grande parte dessa "força de trabalho em potencial", que não é absorvida pelo processo produtivo, resta única e exclusivamente sua inserção em outras atividades que não possuem um caráter "tipicamente" capitalista, as quais persistem mediante a produção de sobre-trabalho. Logo, a inserção desta força de trabalho em um setor "não tipicamente" capitalista

constitue-se essencialmente em uma imposição do movimento do capital.

Por outro lado, em momentos de retração dos ritmos dessa acumulação, a força de trabalho potencial "liberada" das atividades especificamente capitalistas, torna-se disponível para outros ramos, requalificando-se, ou segue o caminho das "ocupações". É esta visão da dinâmica do desenvolvimento capitalista e da polarização social que nos conduz à definição do emprego e às determinações da estrutura ocupacional.

3.2. EMPREGO E OCUPAÇÃO: DIFERENTES FORMAS DE SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

O tema do emprego constitui um dos assuntos principais nas atuais discussões sobre o rumo que a economia brasileira deve tomar no futuro. "Esta preocupação contudo, não é nova. ... Já nos anos 60 observa-se que, tanto nas análises dos economistas ligados à corrente cepalina quanto nas declarações das autoridades econômicas, o tema é objeto especial de considerações" (IBGE 1981, p. 9). Temporariamente substituído pela questão da "distribuição da renda", que ganhou maior relevo entre 1968 e 1973, o interesse no emprego ressurgiu a partir da desaceleração do crescimento econômico do país e começou a ser tratado como assunto de maior importância com o agravamento da crise econômica e social. Entretanto, uma grande parte das abordagens mais recentes negligencia a necessidade de especificação histórica e considera somente o chamado setor moderno da economia.

Porém, existem três vertentes de investigação que se posicionam de

maneira crítica com respeito a essa abordagem a-histórica:

- a) autores ligados à visão sociológica da teoria da "marginalidade" que tentam identificar as relações existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e a "marginalidade";
- b) análises sobre os mercados "formal" e "não-formal" onde o primeiro caracteriza a situação de emprego e o segundo as diversas formas de desemprego e sub-emprego;
- c) teóricos que discutem o tema a partir das diferentes formas de organização da produção. (Idem, p. 10)

Conforme os objetivos da presente investigação e as considerações expostas no item anterior (3.1), será esta última linha de pensamento a mais apropriada para um aprofundamento da discussão acerca das determinações da estrutura ocupacional em determinados lugares. Para tal, é necessário, antes, esclarecer minimamente as bases conceituais a partir das quais definiremos os dois termos principais "ocupação" e "emprego". A diferença que estabeleceremos entre os dois será importante para a própria compreensão da estrutura ocupacional.

A categoria EMPREGO remete a um determinado momento histórico em que o encontro entre trabalhadores e meios de produção passa pelo mercado, mais especificamente, o mercado de trabalho. Este momento é resultante de um processo histórico, por nos já apontado, enquanto um processo de extração das condições de subsistência dos trabalhadores e da venda de sua capacidade de trabalho 'aqueles que passaram, historicamente, a monopolizar as condições objetivas (meios de produção) e subjetivas (meios de subsistência) do trabalho.

Por conseguinte, não somente a força de trabalho é uma categoria

histórica do modo de produção capitalista, como também o mercado do trabalho o é', na medida em que implicam em uma relação de compra e venda de força de trabalho, em uma relação assalariada. Essa categoria deve, entretanto, ter seu uso restrito 'as formas "tipicamente" capitalistas de produção, a nosso ver, mesmo porque "os termos 'trabalho' e 'emprego' tornaram-se equivalentes: o trabalho não é' mais alguma coisa que se FAZ, mas algo que se TEM" (GORZ 1980, p.9). No caso de formas de produção "não-tipicamente" capitalistas, o termo utilizado será' o de OCUPAÇÃO.

Ao introduzir a diferenciação entre emprego e ocupação, partimos do pressuposto da existência de pelo menos duas formas distintas de produção, uma "tipicamente capitalista" e outra "não tipicamente capitalista", como introduzimos na discussão sobre a divisão social do trabalho (item 3.1). Entretanto, para explicitar o significado das duas categorias de maneira mais nítida, precisaríamos diferenciar mais detalhadamente estas duas formas (vide, por exemplo, as discussões sobre a articulação de diferentes formas ou modos de produção em LIPIETZ 1979, ROFMAN 1974 e outros). Porém, por ora limitamo-nos a uma análise do modo de produção capitalista menos específica, considerando-o não enquanto uma forma pura e acabada, mas a sua heterogeneidade.

Para compreender a coexistência de formas diferenciadas de produção DE VALOR, no interior dos vários ramos de produção, partimos da reflexão acerca da subordinação do processo de trabalho ao capital. Neste sentido temos que a medida em que se expande o capitalismo vão sendo incorporados e subordinados ao capital processos de trabalho pre-existentes, que se convertem, assim, em instrumento de valorização do capital. Essa subordinação não se completa em um único momento, e' ainda formal no início da expansão do capitalismo e representa uma fase de sua própria

transição. Caracteriza-se fundamentalmente:

- a) por uma "relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobre-trabalho e o que o fornece ..".
MARX identifica-os como produtor/empregador de si mesmo e produtor direto que fornece sobre-trabalho a alguém;
- b) por uma produção com objetivo de valor de troca, mas esta não como condição necessária; são as necessidades existentes que determinam o nível da produção;
- c) por um prolongamento do tempo de trabalho enquanto forma coercitiva para extração de sobre-trabalho;
- d) por uma ampliação da escala de produção.

Nesse processo vão sendo construídas as bases para um modo de produção especificamente capitalista, que compreende a subordinação real do processo de trabalho ao capital - a produção de mais valia relativa.

Tanto o capital como o trabalho perdem o seu caráter individual e assumem dimensões sociais. O mesmo ocorre com a escala de produção, já 'ai', associada 'a uma aplicação da ciência e tecnologia 'a produção imediata. É o momento de realização plena da produção pela produção. "Precisamente, a produtividade do trabalho, o volume da produção, o volume da população, e o volume da superpopulação, desenvolvidos por tal modo de produção, suscitam incessantemente - como capital e trabalho agora disponíveis - novos ramos produtivos, nos quais o capital pode trabalhar novamente em pequena escala e percorrer, novamente, as diversas fases de desenvolvimento, até' que esses ramos de atividade também começam a ser explorados em escala social" (MARX 1978, p. 90).

Em vista disso, a coexistência de VÁRIAS formas de organização da

produção, essencialmente de "formas variadas de produção de valor", deve ser pensada enquanto resultante do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo (BRANT 1975). Essas formas diferenciadas articulam-se segundo as leis de concentração do capital e, portanto, não podem ser pensadas funcionalmente. A dinâmica dessa articulação, ao mesmo tempo em que se expandem as formas de "produção de valor tipicamente capitalista", recria formas "não-tipicamente capitalistas", seja em outros RAMOS, seja em outros ESPACOS.

Na medida em que a forma tipicamente capitalista torna-se dominante, DETERMINA as condições de existência das demais. Tal determinação subordina, 'as necessidades do capital, as variadas relações sociais de produção. Esse processo não é uniforme e tem ritmos distintos nas formações sociais concretas.

3.3 EMPREGO, ESTRUTURA OCUPACIONAL E FORMAS DE ORGANIZACAO DA PRODUCAO

Ficou patente, no último item, que a estrutura ocupacional depende da articulação entre diversas formas de organização/da produção e não pode se restringir aos três setores primário, secundário e terciário.

Neste mesmo prisma, em sua crítica aos clássicos e ao esquema evolutivo de CLARK, OLIVEIRA considera a diferenciação das atividades econômicas em três setores válida apenas como "modelo empírico-formal, servindo, por exemplo, como paradigma para a observação dos três setores no produto interno bruto". O autor condena o emprego do modelo de CLARK, - que "assinala apenas as formas da divisão social do trabalho e sua

apanição sequencial" - para descrever uma formação econômico-social concreta ou um modo de produção. Para este fim, acredita ser necessário "indagar das relações estruturais entre os setores e do papel que cada um cumpre na estruturação global do modo de produção concreto" (OLIVEIRA 1972, p. 26).

A partir destas críticas, indica sob que perspectivas considera correta a análise da divisão social do trabalho.

Em PRIMEIRO LUGAR, assinala a importância de se partir de um "enfoque que unifique as relações inter-departamentais com os ciclos do capital e as esferas de produção, circulação e consumo" (OLIVEIRA 1979, p. 144). Consonante a nossas discussões anteriores sobre este tema, ressalta a necessidade de se perceber os determinantes históricos da divisão social do trabalho e "as relações técnicas que emergem a partir da configuração de certos modos de produção" (Idem, p. 140). Destarte é fundamental analisar as formas históricas da divisão social do trabalho, pois a simples mudança na forma pode determinar um novo caráter da divisão social do trabalho. "Sendo histórica, a divisão social do trabalho expressa o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o grau de concentração e centralização do capital, a produtividade da força de trabalho, sua organização econômica e política" (idem, p. 143). É portanto em condições históricas concretas que as relações intersetoriais expressam sentidos bastante diversos do processo global de acumulação.

Em SEGUNDO LUGAR, admite a análise da divisão social do trabalho através de uma "abordagem que privilegie os setores como locus da divisão social do trabalho, DESDE QUE se esteja em presença de movimentos homogeneizadores da reprodução do capital" (Idem, p. 144). No caso da

coexistência de "formas diferentes de reprodução ainda que subordinadas 'a dinâmica mais abrangente do capital", as diferenças, sejam elas setoriais, sejam entre campo e cidade, irão constituir "formas diferentes da divisão social do trabalho ". Sugere, então, que - em presença dessa realidade heterogênea - se recorra a primeira alternativa.

Como acreditamos ser este o caso no território por nos investigado, seria necessário caracterizar mais concretamente as diferentes formas de divisão social do trabalho a partir de uma abordagem que não se limite de imediato a uma análise setorial e permita perceber os determinantes históricos da divisão social do trabalho.

Para tal, a seguir, reportamo-nos, a dois autores nacionais (JELIN e SINGER) que, por haverem adotado em seus trabalhos a respeito da problemática de emprego e estrutura ocupacional uma posição teórica semelhante 'a que pretendemos, contribuirão, cada um de forma específica, para o embasamento conceitual de nosso estudo.

3.3.1 TEORIA DE EMPREGO E SETORES ECONOMICOS

Na abordagem de SINGER (1970) temos uma proposta que rompe com a simples divisão funcional das atividades econômicas nos três setores primário, secundário e terciário. Por considerar que uma teoria do emprego deve desenvolver leis que rejam "o grau de inserção da força de trabalho no processo de produção social", introduz "setores", com um significado distinto daqueles há pouco mencionados, que caracterizam tal inserção. Cada um destes "setores", que compõem uma economia não desenvolvida, é regido por diferentes leis econômicas. São eles: setores

de mercado (interno e externo); setor de subsistência; setor de atividades governamentais; setor autônomo.

Em uma formulação posterior (SINGER 1977), retifica a denominação "setor de mercado", substituindo-a pelo termo "modo de produção capitalista"; ao mesmo tempo redefine o "setor autônomo" como "produção simples de mercadorias", sem contudo esclarecer se e até que ponto esta mudança afeta a sua "maneira de analisar a estrutura da formação social em economias não-desenvolvidas". Também, omite o autor quais seriam os "modos de produção" correspondentes ao "setor de subsistência" e ao "setor de atividades governamentais", este último devendo-se incluir, provavelmente, no modo de produção capitalista e aquele constituindo o que se convencionou chamar "economia de subsistência".

Relatamos a seguir as principais características identificadas por SINGER em cada um dos setores:

a) ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA:

- aqui como em "todas as economias pré-capitalistas (e talvez em todas não-capitalistas), o emprego sempre corresponde à oferta total de força de trabalho";

- o simples fato de pertencer àquela sociedade torna o indivíduo automaticamente engajado na divisão social do trabalho;

- a finalidade da produção é o consumo;

- uma economia de subsistência não apresenta desemprego INVOLUNTÁRIO, ou seja, indivíduos impossibilitados de participar da divisão social do trabalho, mas desemprego DISFARÇADO, isto é, existência de certo número de trabalhadores "excedentes";

- este setor é essencialmente rural, mas podem também existir

parcelas dele no meio urbano. As unidades de subsistência, devido ao seu caráter auto-suficiente, tem que ser produtoras de alimentos;

- "o que caracteriza as unidades ... e' que, apesar de elas estarem ligadas ao mercado, elas podem prescindir dos produtos que adquirem mediante a venda de parte de seu próprio produto, sem que sua subsistência básica seja afetada".

b) SETOR AUTÓNOMO:

- empresas privadas dirigidas 'a produção de mercado, porém não empregando trabalho assalariado, ocupando apenas seus donos e, eventualmente, membros de suas famílias: exploração camponesa, unidades de comércio varejista, de prestação de serviço, de produção artesanal, profissionais liberais, indústria doméstica, "lumpen";

- também, como no setor de subsistência, não pressupõe a produção de um excedente;

- são, em geral, atividades de precário nível de produtividade (poderiam ser substituídas por empresas capitalistas se apresentassem uma escala de produção suficiente); excessão são os profissionais liberais, alguns autônomos e privilegiados;

- indivíduos nele engajados sub-remuneram (salve exceções mencionadas) seu trabalho, seu capital ou sua terra - condição de sua reprodução, sempre ameaçada pela virtual concorrência capitalista;

- "tende por definição a absorver a força de trabalho excedente, ou seja, aquela que se encontra na economia de mercado, porém não consegue empregar-se na economia capitalista ou nas atividades governamentais";

- "a economia capitalista, nos seus períodos de expansão, absorve ramos que se encontraram predominantemente no setor autônomo, porém, nos períodos de contração, ... alimenta o setor autônomo com um

fluxo de fatores desocupados, particularmente de força de trabalho";

- "conceitualmente, o 'autônomo' que não possui dependência do mercado de trabalho mas vende a sua força de trabalho (e não o produto do seu trabalho) por períodos determinados, deve ser considerado um assalariado, integrando de fato, conforme o caso, os setores de mercado ou as atividades governamentais"; para isso são exemplos as consultorias técnicas e diversos tipos de "free - lancer" no jornalismo, publicidade, vendas etc..

c) ECONOMIA CAPITALISTA:

- a produção destina-se a geração de um excedente que assume, inicialmente, a forma de lucro;

- o volume de emprego está sujeito a uma condição: o número de trabalhadores que consegue se engajar na divisão social do trabalho é o daqueles cujo produto contém mais valor que a remuneração exigida pelo exercício da sua força de trabalho ;

- possibilidade de desemprego aberto (emprego efetivo ESTRUTURALMENTE menor que a oferta de mão de obra);

- a produção é separada do consumo através da intermediação do mercado e enquanto meio e fim. "A produção não tem mais por fim atender o consumo, porém atender o consumo passa a ser um meio para o fim de realizar um lucro, objetivo supremo da atividade econômica".

d) ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS:

- não se propõem a produzir e, geralmente, não produzem lucros, mas visam atender certas necessidades sociais: manutenção da ordem pública, defesa externa do país, elaboração e aplicação de leis, arrecadação de tributos etc.; assistência à saúde e educação escolar dependem de posições políticas e imposições sócio-econômicas, variáveis

no tempo e no espaço, já que são atividades simultaneamente exercidas por órgãos estatais e empresas privadas na maioria dos países capitalistas;

- como o emprego nas atividades governamentais não depende da produção de um excedente sob a forma de lucro, esta sujeito a outras leis que determinam o emprego na economia capitalista;

- existe uma distinção entre as atividades governamentais e as do setor público da economia - este último compreendendo, além das atividades governamentais, as sociedades de economia mista como a Cia. Vale do Rio Doce, Cia. Siderúrgica Nacional, Petrobrás etc. que "integram de fato o setor capitalista da economia" porque seu objetivo final é o lucro.

Suspendemos, por ora, uma apreciação do pensamento de SINGER, pois pretendemos discutir o seu conceito junto com as investigações de JELIN. Cabe, portanto, apresentá-las a seguir.

3.3.2 FORMAS DE ORGANIZACAO DA PRODUCAO E ESTRUTURA OCUPACIONAL

Semelhante a SINGER e outros autores (SOUZA 1978, LEITE LOPES / MACHADO 1979), JELIN considera a existência de diferentes formas de organização da produção "como ponto central a partir do qual devem ser pensadas as questões do 'emprego'" (IBGE 1981, p. 19). Assim, para interpretar a estrutura ocupacional de Salvador (BA) JELIN parte, em sua análise, das transformações da estrutura produtiva da cidade. Porque, "a distribuição da população nas atividades produtivas de uma sociedade, ou seja, sua estrutura ocupacional, deriva diretamente da sua estrutura produtiva, que se transforma historicamente" (JELIN 1974, p. 53).

Entendemos, com SOUZA (1978), o conceito de estrutura produtiva como

sendo "a composição setorial da economia em seu aspecto produtivo. Sua evolução ao longo do tempo e' uma função tanto do padrão como do ritmo da acumulação".

Voltando 'a reflexão de JELIN, cabe constatar alguns pressupostos centrais nos quais se baseiam e que estão perfeitamente compatíveis com a nossa conceituação no item 3.2. Os quais são: a expansão e predomínio econômico de organização capitalista de produção não implica na desaparecimento das formas organizativas pré-existentes e sua substituição pela forma capitalista e sim sua subordinação e adaptação 'a nova forma capitalista. Assim, em todo momento dado, um corte transversal da estrutura ocupacional reflete a dinâmica das mudanças e transformações deste processo de subordinação/adaptação. Pois as diversas formas de organização da atividade econômica coexistem integradas e se transformam sob domínio dos focos dinâmicos da economia, daí resultando uma "heterogeneidade organizativa das atividades produtivas". As transformações ocorrem pela introdução gradual de novas atividades e organizações coexistentes com as anteriores como acabamos de assinalar.

JELIN acentua a importância da utilização do método histórico para compreender a realidade, pois "o presente e' fruto e resultado de um processo histórico e de transformações que ocorrem sobre a base de estruturas pré-existentes". Ao contrário de análises tradicionais - que se interessam, basicamente, em verificar o grau de absorção por diferentes setores - a autora preocupa-se em "descrever as características centrais de cada setor econômico-funcional ... para ver as diversas formas de organização que predominam ou coexistem no momento em que se estuda", fiel ao seu pressuposto de que o grau de homogeneidade interna deve variar de um setor a outro. São estas as "formas de

organização da atividade econômica":

a) ECONOMIA DOMÉSTICA:

- As unidades familiares constituem unidades produtivas e de consumo;

- existe uma tendência histórica ao desaparecimento das funções produtivas da unidade familiar, "a medida em que a economia se monetariza, a divisão social do trabalho se amplia e o trabalho assalariado substitui progressivamente outras formas de ocupação produtiva";

- no entanto, sempre há "um núcleo mínimo de atividades domésticas que ficam fora do mercado capitalista" e varia segundo cada sociedade e, ainda, diferenças de classe e renda;

- permite a manutenção dos baixos níveis de salários, convertendo-se em uma "maneira mascarada de extração de mais valia";

- a produção doméstica, ou seja, a "comercialização do excedente doméstico" constitui fonte de renda marginal importante sobretudo para as mulheres. Por esse motivo - na medida em que representa "uma atividade suplementar para mulheres em estruturas familiares variadas" - dificilmente desaparecerá;

- essa forma de atividade econômica tem uma importância ANALÍTICA seja no caso limite da produção simples de mercadorias, seja como organização produtiva que persiste apesar do crescente domínio da forma capitalista.

b) PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS:

- o limite entre essa forma e a economia doméstica, do mesmo modo que entre ela e a forma de organização capitalista não se apresenta nitidamente;

- "a produção simples de mercadorias é a forma clássica da produção mercantil de objetos de consumo sob diversos modos de produção dominantes";

- pode-se supor que a expansão do capitalismo gera os seguintes efeitos sobre a produção simples de mercadorias:

i) implica em um deslocamento e desaparecimento de vários setores artesanais organizados para a produção simples de mercadorias;

ii) não resulta, contudo, na extinção desta forma de produção mas na sua "especialização em atividades econômicas específicas para as quais é mais adequado, como os serviços pessoais e de reparação";

iii) além disso, a própria expansão capitalista provoca o surgimento de novas atividades de produção simples, diretamente ligadas à produção capitalista;

- caracterizam-se estas novas atividades - serviços de reparação de automóveis, artefatos elétricos etc. e produção de bens e serviços para clientes que não são consumidores finais nas empresas (produção de componentes industriais, serviços de instalação e manutenção da maquinaria etc. - pela sua heterogeneidade, a impossibilidade de padronizá-las e o relativamente baixo grau de capitalização requerida; por isso estas novas atividades aparecem na forma organizativa de produção simples de mercadorias, ao invés da forma empresarial, "apesar de serem criadas diretamente pelo desenvolvimento capitalista e integradas a processos de produção organizados em forma capitalista"; este "novo artesanato" poderia estar, sob outras condições gerais, organizado de forma capitalista propriamente dita;

- é difícil reconhecer se ocorre, caso haja uma troca entre uma empresa capitalista e outra artesanal ou de produção simples, uma relação

(capitalista) entre EMPRESAS ou "se se trata de uma forma mascarada de compra e venda de força de trabalho"; para esclarecer tal ambiguidade e' necessário analisar cada relação desse tipo particularmente.

c) ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA:

- e' a forma mais importante para a análise da estrutura produtiva e ocupacional; necessita-se "conhecer os efeitos da expansão e dominação capitalista sobre a forma organizativa da atividade econômica; como se modifica a divisão social do trabalho e que consequências traz para a distribuição ocupacional da população e os padrões de recrutamento ocupacional";

- o grau de burocratização da atividade econômica e' a dimensão central para a análise da forma capitalista;

- este conceito (grau de burocratização) pressupõe: o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, crescente processo de concentração e centralização econômicas, mudanças tecnológicas na qualidade e especialização da mão-de-obra; o crescimento da unidade produtiva e da escala de produção, daí decorrendo as modificações na divisão social do trabalho com a criação e/ou especialização de funções; portanto, "surgem novas funções de controle e coordenação de sistemas de trabalho especializado, de crescente complexidade, resultando necessariamente numa crescente racionalização e formalização das relações de trabalho";

- em síntese, o processo de burocratização "se manifesta na divisão do trabalho, especialização, interdependência das funções e formalização das relações de trabalho, e não necessariamente no tamanho da unidade produtiva ou na tecnologia utilizada".

d) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- "organização formalmente burocrática", sua expansão nao

depende diretamente da dinâmica da expansão na cidade;

- a nível da estrutura ocupacional, o Estado desempenha importante papel dada a magnitude da força de trabalho que absorve e a renda que gera. "Ao contrário das organizações burocráticas capitalistas, o Estado não é uma organização movida pelas necessidades próprias de acumulação de capital";

- são variáveis de ordem estritamente política que predominam no comportamento desse setor: "laços de clientela e troca de favores com os grupos dominantes podem continuar sendo critérios importantes de recrutamento" de pessoal. "No setor público, tanto a magnitude do emprego, a amplitude e variedade de serviços e tarefas a realizar, os critérios de recrutamento, o grau de autonomia relativa da estrutura burocrática, são o resultado de decisões políticas e refletem as lutas e conflitos pelo poder, ainda quando apresentadas como respostas racionalmente estudadas". Portanto, o setor público não está sujeito aos mesmos princípios que regem a absorção da mão-de-obra na atividade privada.

O conceito de JELIN "se opõe à visão tradicional do 'emprego' - veiculada basicamente pelos economistas marginalistas - onde o sistema econômico como um todo é visto etnocentricamente pela ótica do sistema capitalista ou do 'setor moderno', e onde todas aquelas situações que não se enquadram nos parâmetros deste 'setor moderno' são consideradas como 'subemprego' ou 'desemprego disfarçado'" (IBGE 1981, p. 21). Para a identificação empírica destas formas de organização da produção, propõe a autora um procedimento metodológico cuja aplicação se torna difícil devido ao fato de que "os limites entre estas formas organizativas são nebulosas, ainda que analiticamente importantes". As estatísticas oficiais, por sua vez, são insuficientes na medida em que fornecem somente informações sobre a proporção da população ocupada em um dado

momento em um setor. Estes dados, no entanto, não são indicadores adequados para estudar a estrutura PRODUTIVA ou OCUPACIONAL se as investigações não forem acompanhadas por uma análise da heterogeneidade organizativa do setor.

Neste sentido, JELIN faz duas sugestões:

- primeiro, analisar os diversos setores econômicos (indústria, comércio e serviços) segundo a população ocupada em cada um a partir da "POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO" - especialmente a proporção de trabalhadores "autônomos" ou "por conta própria";
- segundo, distinguir, internamente, cada um dos três setores de acordo com o grau de capitalização das unidades produtivas.

Consequentemente, o grau de homogeneidade / heterogeneidade só pode ser percebido, em última instância, através de pesquisas empíricas.

3.4 UMA PRIMEIRA BASE CONCEITUAL PARA A DISCUSSÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL EM CIDADES NÃO-METROPOLITANAS

3.4.1 AVALIAÇÃO SINTÉTICA DA TEORIA DO EMPREGO E DO CONCEITO REFERENTE 'AS FORMAS DE PRODUÇÃO

As tipologias elaboradas pelos dois autores tem evidentes pontos de contatos. Esta correspondência tem sua origem no fato de que as idéias formuladas no trabalho de JELIN são produto da discussão "coletiva" de dois anos no CEBRAP, como a própria autora observa, e SINGER é citado como um dos seus interlocutores mais próximos. Contudo, ainda que a

matriz teórica, seja a mesma, os objetivos dos estudos são diferentes.

SINGER preocupa-se em reunir elementos para uma teoria do emprego para países não-desenvolvidos. Sem constituir uma teoria completa, acabada e "geral" do emprego nestes países, tinha entretanto algum encaminhamento nesse sentido: a discussão inicial de MARX e KEYNES sobre o assunto em pauta é a tentativa (de SINGER) de integrar essas duas perspectivas. A par disso, a formulação original desenvolvida pelo autor em seu esquema de setores ou modos de produção pretendia que o referido esquema fosse representativo daquelas economias não-desenvolvidas.

JELIN, por seu lado, restringe a sua elaboração à cidade de Salvador e efetua uma análise teórica respaldada sempre que possível, nos dados empíricos levantados donde se esboça a pertinência desta formulação. A partir desta junção de reflexão teórica e respaldo empírico, "descobriu" sua tipologia própria que pode, no entanto, ser relacionada à de SINGER. Ou seja, a modificação efetuada por JELIN no esquema básico de SINGER decorre, basicamente, daquilo que ela observou em Salvador e do seu posicionamento teórico mais coerente, como mostra o confronto esquemático entre as duas abordagens:

SINGER	JELIN
Setores de mercado (economia capital.)	Organização capitalista.
Setor de atividades governamentais	Administração pública
Setor autônomo	Produção simples de mercadorias.

O setor de subsistência vai ser substituído pela economia doméstica

por JELIN. Entraremos, a seguir, em uma discussão um pouco mais detalhada dos dois conceitos:

Em que respeito a abordagem de SINGER, parece-nos bastante questionável a utilização, em primeiro lugar, do conceito de setores e/ou modos de produção. Em consequência da breve discussão do desenvolvimento capitalista (item 3.2) ficou claro que, conforme nossa posição, preferimos a denominação "formas diferenciadas de organização das atividades econômicas" para indicar as relações sociais de produção "tipicamente" e "não-tipicamente" capitalistas e de suas especificidades.

A dominação de uma sociedade como a brasileira pelo modo de produção capitalista (em seu estágio atual) parece excluir qualquer hipótese da existência de outros MODOS de produção subordinados que tenham leis de produção e reprodução próprias. Fenômenos típicos da modernidade como o avanço das comunicações e a consequente integração econômico-ideológica (penetração dos aparelhos ideológicos) que atingem os lugares mais isolados do planeta e que tem no CONSUMO sua mola mestra, demonstram que, mesmo na ausência de uma subordinação completa do capital, a racionalidade capitalista já se encontra interiorizada (SORJ/WILKINSON 1983, p. 175). O próprio MARX, na discussão sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, afirma que as relações que ainda não se subordinaram realmente ao modo de produção dominante (no caso o capitalista), "se lhe subsumem idealmente" (MARX 1978).

Em segundo lugar, a maneira como SINGER introduz o "setor de subsistência" retira-lhe, no estágio recente da acumulação capitalista, quase totalmente uma relevância empírica para a descrição de uma formação social concreta. Pode-se ter dúvidas até que ponto este setor sobreviveu

em um país como o Brasil; encontrável, talvez como formas de organização da produção, apenas em casos rarefeitos ou lugares completamente isolados, nos espaços onde se processou a expansão da fronteira agrícola ou naqueles onde sobrevivem grupos indígenas não-aculturados. SILVA (1981, p. 117), por exemplo, quando analisa historicamente as relações de trabalho na agricultura paulista, descreve como a pequena produção foi sendo progressivamente absorvida pela grande, revelando: "Em certas zonas, a pequena propriedade permanece, mas também não é a mesma. Ela mercantilizou suas relações de produção, a necessidade de dinheiro é cada vez maior e as dívidas também As suas opções são agora: partir em busca de outras terras nas regiões de expansão da fronteira, tornar-se um 'meio-assalariado' ou ainda proletarizar-se na forma de um assalariado puro".

Além dos pontos já levantados, parece-nos duvidosa a afirmação do autor de que o setor autônomo não pressupõe a produção de um excedente. O fato de estarem incluídas, no setor, atividades de nível de produtividade bastante precário que sub - remuneram os fatores de produção (trabalho, capital, terra) não significa que sua finalidade não possa ser a produção de um excedente. Porém, há de se admitir que este excedente possa assumir formas diferentes do que o das empresas tipicamente capitalistas como indicou JELIN ao analisar as relações entre as duas formas organizativas de produção capitalista e de produção simples de mercadorias.

Enfim, SINGER utiliza as categorias emprego/desemprego de maneira indiferenciada para qualquer tipo de organização da atividade econômica. Preferimos, aqui, adotar o conceito de emprego somente no caso de relações tipicamente capitalistas como já justificamos anteriormente

(item 3.2).

Sem querer desmerecer o conceito de SINGER, podemos constatar o avanço considerável, que o artigo de JELIN realiza:

- tanto na clareza maior de sua exposição ao se utilizar da concepção de "formas de organização da atividade econômica", que nos propicia uma compreensão mais profunda da estrutura ocupacional;
- como também em sua preocupação de operacionalizar a distinção entre essas formas, principalmente no que se refere aos contornos difusos da produção simples de mercadorias e da economia doméstica.

A autora aprofundou e enriqueceu a discussão teórica (IBGE 1981), permitindo que se encontre "saídas" para elaborações semelhantes. Nesse sentido, a formulação de JELIN apresenta-se como referência teórica importante para nossa pesquisa.

De acordo com a posição por nos assumida anteriormente, JELIN, ao contrário de SINGER, utiliza o conceito de emprego exclusivamente quando existe uma relação de compra e venda de força de trabalho, restringindo-se, portanto, à forma de organização capitalista e a administração pública.

Resta apontar um ponto que não parece suficientemente esclarecido (IBGE 1981) e que se prende ao fato dela não haver especificado diretamente a diferença entre empresa estatal e administração pública. Enquanto a primeira, obviamente pertencente à forma de organização capitalista - como SINGER já o observou anteriormente -, tem como objetivo fundamental de sua atividade o lucro, a segunda não tem esse

propósito e por isso não depende diretamente da dinâmica da expansão capitalista, situando-se " no circuito da redistribuição de bens absorvidos pelo próprio Estado, e nesse sentido não pode ser considerada como uma forma de organização da produção no mesmo nível das demais" (Idem, p. 22). Essa questão induz, por conseguinte, a um questionamento mais profundo com respeito a, pela autora, postulada derivação direta da estrutura ocupacional da estrutura produtiva. "Entretanto, até que ponto esta forma de pensar essa relação, que elimina as mediações possivelmente existentes entre uma 'estrutura' e a outra, acaba por dissolvê-las e, por conseguinte, conduzira alguns equívocos?" (Ibidem).

Apesar das críticas levantadas com respeito aos conceitos de SINGER e JELIN, adotamos suas visões como base teórica de nossa pesquisa.

a) Acreditamos ser válida, em uma primeira aproximação, a estrutu-

ração das atividades econômicas no meio urbano, elaborada por JELIN. Entretanto, esta abordagem em si não nos parece suficiente para fundamentar teoricamente um estudo da configuração territorial da estrutura ocupacional nas áreas não pertencentes às regiões metropolitanas do Sudeste brasileiro. Por razões óbvias: JELIN identifica as formas de organização da produção e a daí derivada estrutura ocupacional ao refletir sobre um caso específico, o de Salvador/BA. Mesmo considerando que nosso estudo se limita, basicamente, a parte urbana de municípios não-metropolitanos no Sudeste (trataremos o meio rural apenas superficialmente), coloca-se a dúvida de até que ponto se justifica a aplicação da estruturação proposta por JELIN na análise de centros urbanos com características

consideravelmente distintas de Salavador.

- b) E' aqui que a conceituaçãõ mais generalista de SINGER nos auxiliara'. Pois, seria possível imaginar uma reformulaçãõ da abordagem de SINGER mediante os termos conceituais de JELIN. Podemos, portanto como hipótese de trabalho, concluir de que a validade da concepçãõ de JELIN transcende o caso a partir do qual ela a desenvolveu. Isto porque para SINGER a distinçãõ das atividades econômicãs em "setores", "modos de produçãõ" ou, corretamente, "formas de organizaçãõ de produçãõ" representa uma estruturaçãõ GLOBAL para países em desenvolvimento. Justifica-se, assim, teoricamente o emprego do conceito de JELIN em realidades tãõ "distantes" do lugar de sua elaboraçãõ original, como as dos municípiõs supramencionados, objeto desta pesquisa.

Obviamente, a discussãõ sobre esta "transferência" da validade da reflexãõ de JELIN, relativa 'as formas de produçãõ e estrutura ocupacional, precisaria ser desenvolvida mais profundamente e com maior cuidado. As poucas colocações acerca deste assunto nãõ poderiam dar conta da complexidade envolvida nesta questãõ. Gostariamos, apenas, de chamar atençãõ que minimizamos as diferençãs entre os dois conceitos por razões pragmáticas, pois evitamos, assim, uma sãrie de complicações teóricãs e operacionais. Porém, e' necessário reconhecer que, talvez, exatamente esta diferenciaçãõ, entre "MODOS" e "FORMAS" de produçãõ, tenha uma grande importãncia para a compreensãõ da estruturaçãõ do mercado de trabalho em cidades nãõ - metropolitanas e regiões no interior dos estados do Sudeste.

3.4.2 ORIENTAÇÃO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A breve discussão conceitual que acabamos de apresentar teve e tem três objetivos; os primeiros dois referem-se a duas fases do processo científico que, tradicionalmente, são distinguidas por serem consideradas de características diferenciadas:

- a) a reflexão teórica sobre um certo tema visa, como fim em si, o desenvolvimento de marcos teóricos, nos quais uma investigação se baseia, a compreensão mais geral, abrangente e abstrata dos objetos em estudo e a definição, com uma certa rigidez, dos principais termos utilizados na pesquisa. Foi esta a fase que percorremos até agora no presente item.
- b) A partir desta base conceitual, elaboram-se determinadas operacionalizações dos termos teóricos que têm um conteúdo empírico o que vêm assegurando o empenho da teoria na análise empírica de uma realidade concreta. Este passo revela-se, geralmente, como altamente complicado e difícil (RANDOLPH 1979) por falta de "princípios de ponte" que interliguem os diferentes níveis de conhecimento (abstrato, concreto), e nem sempre leva a uma "correspondência" satisfatória entre a base empírica disponível ou acessível e aquela exigida pela teoria.

Antes de mencionar o terceiro objetivo, é preciso concretizar essas observações gerais através de uma breve interrogação das

possibilidades e obstáculos referentes à operacionalização no caso particular de nossa pesquisa. Para isso, relatamos, primeiro, algumas soluções encontradas por outros pesquisadores, em situações semelhantes, e, naturalmente, pela autora que forneceu a visão conceitual do presente estudo. Com respeito às duas abordagens acima resumidas, nos itens 3.3.1 e 3.3.2, ficou claro, que somente JELIN se preocupou explicitamente com a utilização de seu referencial teórico em uma análise empírica de uma determinada realidade concreta. Para situar melhor sua abordagem operacional, recorreremos ainda a dois outros autores (KOWARICK e SOUZA) que investigaram empiricamente o tema do emprego e da estrutura ocupacional em cidades / metrópoles brasileiras.

Ao buscar apreender o significado do crescimento do mercado do trabalho urbano em uma perspectiva histórica, KOWARICK (1977) "trabalha com dados do Censo Demográfico referentes ao pessoal ocupado de 10 anos e mais nos setores secundário e terciário" (IBGE 1981, p. 30). Ele utiliza a categoria "trabalhador por conta própria", tomada em conjunto com os "membros da família sem remuneração", para detectar algumas características das modalidades dos chamados "trabalhadores marginais" no mercado de trabalho.

Do mesmo modo, JELIN (1974) e SOUZA (1978) valem-se desta categoria como instrumento operacional para a análise das diversas formas de organização da produção. SOUZA utiliza tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970 para exemplificar numericamente seu modelo de análise do mercado de trabalho, referindo-se ao caso do "Grande Recife". O autor tenta relativizar a categoria "trabalhador por conta própria" com o fim de identificar melhor, a nível empírico, as "formas de organização mercantis simples". Entretanto, "ainda que os dados utilizados por Paulo

Renato de Souza, pelo fato de acrescentarem a variável 'ocupação' a análise ... possibilitem um enriquecimento em termos do estudo empírico das formas de organização da produção, as dificuldades em adequá-los 'as suas proposições teóricas são evidentes" (IBGE 1981, p. 34).

Voltando 'a autora que orientou principalmente a discussão teórica acima esboçada, cabe ressaltar que JELIN, mesmo utilizando-se de pesquisas oficiais a respeito da força de trabalho, realizou um levantamento específico de dados originais que lhe permitiram captar a heterogeneidade dos diferentes "setores econômico - funcionais" (vide item 3.3.2). Em sua distinção entre "empresa capitalista" e "produção simples de mercadorias" considera o conceito de "trabalhadores por conta própria" como exemplo típico do produtor simples de mercadorias. Por outro lado, procura caracterizar a "forma de organização capitalista da produção" através de um corte nos dados sobre o montante de pessoal ocupado nas empresas (privadas). Somente estabelecimentos com mais de cinco pessoas são considerados como capitalistas; menores pertencem 'a forma de produção simples. É interessante notar, que a PNAD-79 se apropriou deste dado o que significou um relativo avanço em relação aos dados oficiais produzidos anteriormente.

Ao avaliar, antecipadamente, a situação na qual se encontra nossa pesquisa em relação 'as possibilidades de operacionalizar seus marcos teóricos, chegamos a conclusão de que concretamente enfrentamos problemas maiores do que os das abordagens há pouco referidas: não dispomos de tabulações especiais, nem seria viável realizar um levantamento empírico próprio em um numero elevado de municípios. Além disso, nenhum dos dois Censos relevantes para nossa investigação - o Demográfico e Industrial - contem, a nível municipal, informações sobre o contingente dos

trabalhadores por conta própria nem distingue os dois tipos de empresas acima mencionados.

Desde já e sem ter ainda exposta a metodologia, precisamos, portanto, admitir que a crítica, feita em muitos casos com respeito à observada defasagem entre formulações teóricas e a análise empírica, provavelmente se aplica, também, a nosso estudo. "O que se nota na maior parte dos autores é que as categorias utilizadas como instrumentos operacionais constituem-se na maioria das vezes em meras aproximações das questões teóricas. Por suas próprias definições, tais categorias são em geral muito amplas e algumas vezes ambíguas, exigindo dos autores um esforço em relativizá-las através de adição de variáveis" (idem, p. 34).

Sem invalidar ou diminuir a grande importância de uma operacionalização teoricamente sustentada, acreditamos que a reflexão teórica pode contribuir com mais de uma maneira para amenizar, pelo menos, as graves dificuldades relacionadas com a operacionalização.

c) Não é sempre a teoria que ainda não conseguiu refletir fielmente a realidade (diz-se 'a parte: nunca conseguiu'), mas também a realidade que não alcançou a teoria. Em outras palavras, a observada defasagem entre teoria e realidade (análise empírica) não se deve necessariamente a teorias incompletas, inoperacionais etc. - o exemplo citado da PNAD-79 serve como ilustração elucidativa. Pois, será que a disponibilidade de dados deva restringir a análise teórica e empírica de uma realidade concreta? Acreditamos que não.

Neste contexto, é importante notar que é uma equipe do IBGE que admite que o problema da defasagem teoria - dados "pode sugerir caminhos para um maior aperfeiçoamento das pesquisas estatísticas, particularmente das oficiais. As categorias ocupacionais ... que como vimos, são variáveis fundamentais nas análises empíricas dos autores, merecem uma atenção especial por parte dos técnicos que elaboram as pesquisas oficiais" (Idem, p.35).

Em vista disso, cabe incluir, pelo menos, mais um objetivo, o terceiro, que o embasamento teórico assume para uma pesquisa empírica. Na medida em que uma operacionalização satisfatória se torna difícil - o que deve ser mais a regra que a exceção -, a reflexão teórica:

- pode nos alertar aos possíveis enganos nos quais incorreríamos interpretando a-criticamente determinadas informações sobre a realidade e delimitar, assim, a abrangência das conclusões que serão derivadas da análise;
- pode viabilizar uma estimativa da aproximação 'à realidade', vista pela teoria, que determinados dados permitem, e, assim, uma primeira ilustração empírica de um tema em pauta. Obviamente, se não tiver nenhuma aproximação deste tipo, a utilização dos dados considerados não teria o mínimo sentido;
- pode, finalmente, contribuir para uma análise da ideologia dos órgãos responsáveis pela elaboração de conceitos estatísticos e pelo levantamento de dados oficiais.

Ou seja, compreendemos este terceiro objetivo como uma certa "liberalização" do princípio de operacionalização que dá melhor conta das restrições que na prática científica existem como, por exemplo, a

defasagem quase inevitável entre teoria e dados e até as distorções propositalis no levantamento de dados oficiais. Com efeito, as dificuldades de operacionalização, acima brevemente assinaladas, nos levarão, em nossa pesquisa empírica, a utilizar a base conceitual das formas de organização da produção no sentido deste terceiro objetivo, e isto mais implícita que explicitamente.

4. METODOLOGIA: ESTRUTURAÇÃO DAS ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Ja' assinalamos as dificuldades de operacionalização que diversos estudos empíricos enfrentaram ao pretender abordar as formas de organização da produção e a estrutura ocupacional daí decorrente. Comparando nossa pesquisa com as de JELIN e SOUZA, percebemos um aumento dessas dificuldades porque, em nosso caso, ao invés de estudar apenas uma cidade ou metrópole, lidaremos com um universo heterogêneo de municípios, cada um sujeito à análise de sua estrutura ocupacional. Obviamente, resulta isto do fato de se entender o presente estudo como exploratório, consistindo sua finalidade máxima em criar uma base empírica ordenada, porém provisória, para, futuramente, poder-se aprimorar tanto a reflexão teórica quanto seu fundamento empírico mediante a realização de levantamentos adicionais e de estudos de campo.

Portanto, justificam-se as seguintes medidas em relação à estruturação das análises estatísticas:

- a) ao basear a análise empírica em dados censitários e em vista da ausência de categorias como os supra-citados "trabalhadores por conta própria" a nível municipal, contentamo-nos com o estudo da inserção FUNCIONAL da mão de obra nos três setores econômicos básicos. Com isto, conforme a conceituação apresentada, aceitamos, POR ORA, uma divisão que não relata o "essencial" das atividades econômicas, isto é, o corte transversal dos setores pelas formas de organização da produção que os atravessam de forma desigual. Negligenciamos, assim,

uma série de fenômenos importantes para a compreensão da heterogeneidade intrasetorial e da estrutura ocupacional. Contudo, acreditamos que estas restrições não invalidem inteiramente uma aproximação setorial que limitara nossa análise a um nível mais superficial e, por assim dizer, técnico por não conseguir dar conta das relações SOCIAIS de produção. Reflete, antes de tudo, a divisão técnica e não social do trabalho em uma formação social capitalista;

- b) para resgatar minimamente nossa postura crítica, tentamos avançar na compreensão das formas de organização da produção e da estruturação das ocupações apenas em relação às formas capitalistas e de produção simples de mercadorias. Por não serem disponíveis as categorias estatísticas utilizadas por JELIN e SOUZA, procuramos nos apoiar em hipóteses provisórias derivadas da comparação entre diferentes variáveis censitárias, do padrão diferenciado de seu incremento entre 1970, 1975 e 1980, da distribuição espacial das atividades econômicas e de seus tipos etc.

Devido às limitações da presente pesquisa, e de se esperar que a parte da análise funcional supere consideravelmente as interpretações com respeito às formas de organização da produção nos municípios integrantes do estudo. Será um dos objetivos principais da continuação desta linha de pesquisa, em futuros projetos, superar esta situação por meio de investigações de campo.

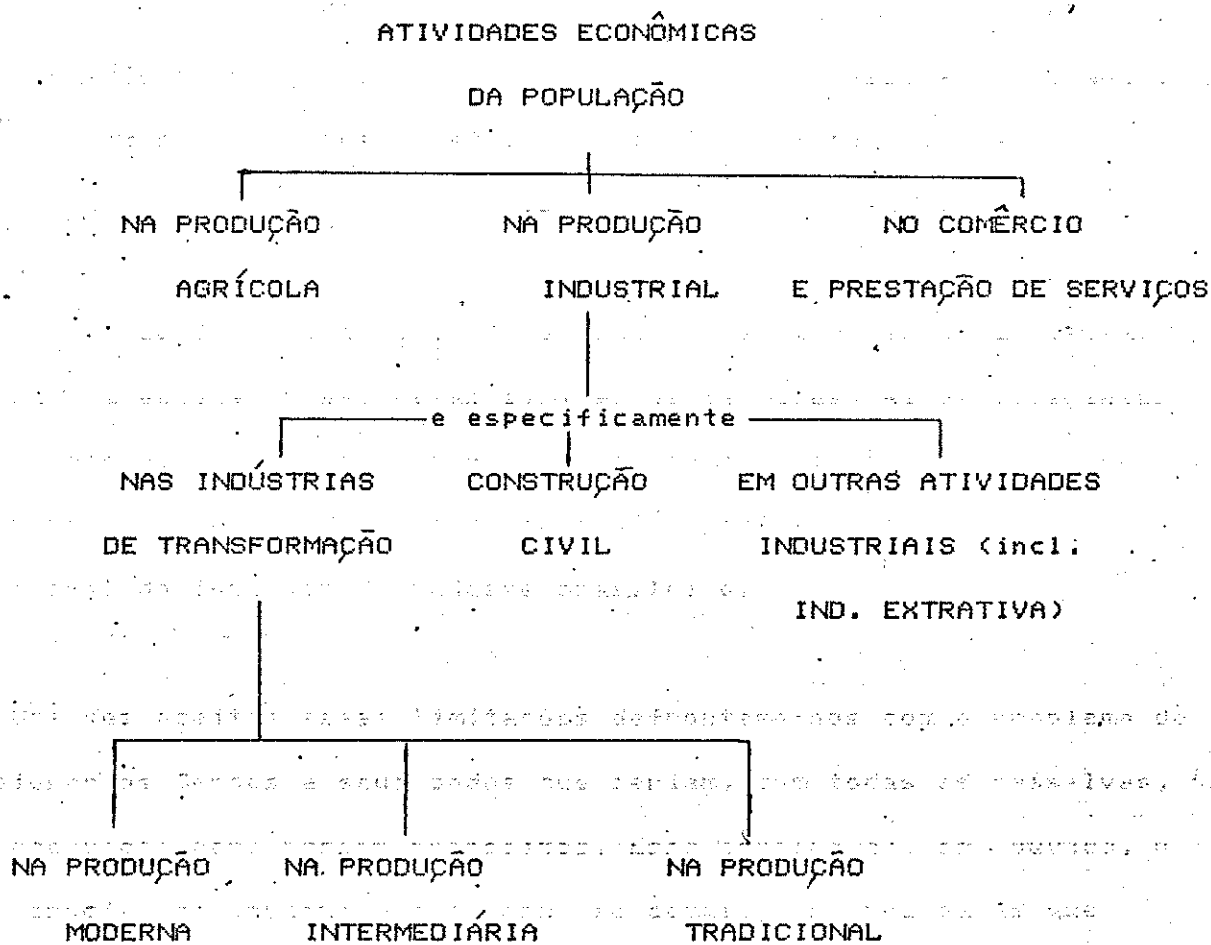
4.1 ESCOLHA DAS VARIÁVEIS ESTATÍSTICAS

Como foi destacado várias vezes, estamos cientes da superficialidade de um estudo restrito ao levantamento e à análise de dados secundários mais ou menos viesados por definições censitárias pre-estabelecidas, as quais não apenas sofreram alterações em diferentes anos do levantamento do mesmo Censo como demonstra o caso do Censo Demográfico entre 1960 e 1980 (vide um resumo esquemático no ANEXO A). Mas, estas mudanças são também influenciadas por motivos alheios a uma fiel representação de uma determinada realidade. Além disso, sabemos que os dados censitários já trazem em si uma certa normatização e "homogeneização" de realidades mais ou menos heterogêneas.

Porém, conforme o espírito que rege a presente pesquisa, estamos dispostos a aceitar mesmo estas limitações técnicas, ainda diferentes das conceituais acima expostas, a fim de nos aproximar, em uma primeira tentativa, da realidade da configuração espacial da estrutura ocupacional do interior do Sudeste brasileiro.

Uma vez aceitas essas limitações defrontamo-nos com o problema de selecionar os Censos e seus dados que seriam, com todas as ressalvas, os mais adequados para nossos propósitos. Essa escolha é, sem dúvida, o passo crucial da investigação; torna-se complexa na medida em que representa a "ponte concretizada" entre nossa posição teórica e determinadas variáveis que consideramos "operacionalizações" do conceito de estrutura ocupacional. Porém, serão "operacional" menos por sua sustentação teórica, mas mais por causa da existência de dados censitários a seu respeito.

Ja' ressaltamos que, em casos como este, os conceitos anteriormente discutidos, assumem apenas a função de uma orientação crítica da investigação empírica. Pois, para viabilizar o estudo empírico, os dados estatísticos impõem uma análise funcional a qual acabamos de criticar. E' dentro destas limitações que estruturamos as ocupações presentes em um determinado território mediante uma HIERARQUIZAÇÃO de FUNÇÕES ECONÔMICAS real ou virtualmente empenhadas pela população (mão de obra ou força de trabalho) como indica o seguinte esquema:



E' a partir destas categorias que pensamos em distintas delimitações, em diversos níveis, da estrutura ocupacional funcional e, posteriormente, de sua configuração territorial. O esquema mostra uma certa orientação de nosso estudo em privilegiar o emprego / ocupação

industrial; isto tornou-se necessário para restringir a amplitude dos dados relevantes.

Conforme os cortes realizados na definição da estrutura ocupacional (horizontais ou verticais na hierarquia do esquema) e na delimitação territorial, encontramos diferentes características de suas transformações. Temos, por exemplo:

- em um corte horizontal do primeiro nível, a transformação da absorção da população em atividades agrícolas, industriais ou de comércio e serviços; ou a alteração, entre dois momentos, da participação de cada um destes setores no emprego total, fato ligado a taxas diferenciadas de crescimentos dos setores, mas que lança uma luz diferente a transformação da estrutura ocupacional;
- em termos de um corte vertical, podemos identificar uma mudança de participação : de uma determinada produção industrial (a "moderna", por exemplo) no emprego das indústrias de transformação a qual se relaciona, de certa forma, com a ocupação da população no setor secundário;
- ou, finalmente, considerando um corte territorial, podemos investigar modificações da relação entre a população presente e aquela parte absorvida por certas ocupações, ou a sua disposição, em determinado lugar ou território.

Tais possibilidades tentaremos explorar no item 5 por ocasião da interpretação do levantamento estatístico.

Cabe, agora, avaliar as possibilidades de investigar estes tipos de estrutura ocupacional funcional através de uma interrogação dos censos oficiais disponíveis. Obviamente, temos, em primeiro lugar, os Censos

Demográficos e Econômicos que podem fornecer as requeridas informações.

- a) O Censo Demográfico oferece uma ampla gama de variáveis que não apenas podem caracterizar a estrutura ocupacional funcional, mas fornecem também informações de cunho mais geral sobre um determinado município; informações que julgamos importantes para a descrição de um contexto mínimo da estrutura ocupacional. Utilizamos, portanto, as duas variáveis "População Total" (POP-TOT) e "População Urbana" (POP-URB) neste sentido.

A ênfase da análise e interpretação recairá, sem dúvida, sobre variáveis que expressam, diretamente, uma parte das funções econômicas acima introduzidas. Para tal salta-nos à vista a variável "População Economicamente Ativa" (PEA). A PEA engloba a população de dez anos ou mais que, durante o período dos doze meses anteriores à data do censo, ou em parte deles, EXERCEM TRABALHO REMUNERADO, em cruzeiro e/ou produtos ou mercadorias. Inclui as pessoas licenciadas com remuneração (por diferentes razões) e as SEM REMUNERAÇÃO, as quais trabalharam habitualmente quinze horas semanais, ou mais em alguma atividade econômica. Foram consideradas pertencentes à PEA as pessoas que nos últimos dois meses anteriores à data do censo HOUVESSEM TOMADO ALGUMA PROVIDÊNCIA PARA ENCONTRAR TRABALHO, conforme a definição do Censo Demográfico de 1980 (vide ANEXO A). A posição na ocupação habitual é diferenciada segundo os seguintes critérios classificatórios: empregados, empregadores, autônomos, e não remunerados. Porém, esta última diferenciação não está disponível a nível municipal (pelo menos nas publicações oficiais do IBGE).

A PEA total de cada município (PEA-TOT) subdivide-se, segundo o esquema de hierarquização das atividades econômicas, na população economicamente ativa dos setores primário, secundário e terciário. Em cada um dos setores existem subdivisões adicionais; o que nos interessa, por enquanto, é a diferenciação da PEA secundária (PEA-SEC). A distinção em PEA nas indústrias de transformação (PEA-IND), PEA na construção civil (PEA- Constr. Civ) e PEA em outras atividades industriais encontramos apenas no Censo de 1980, o que limitará futuras análises. Destas PEA setoriais será a população economicamente ativa em atividades das indústrias de transformação (PEA-IND) que terá uma grande importância para nossas análises e interpretações.

Em suma, a PEA engloba uma ampla gama de situações de ocupação e emprego nos diferentes setores aqui apontados e corresponde aos dois primeiros níveis de nosso esquema classificatório de funções econômicas. Além disso, inclui pessoas que não estão trabalhando, entretanto dispostas a isto. A PEA representa, portanto, antes de tudo, a OFERTA DE MÃO DE OBRA (em determinados setores) em um município observado;

- b) ao invés de levantar a mão de obra em seu lugar de moradia, como ocorre no Censo Demográfico, no Censo Industrial recenseia-se o "Pessoal Ocupado" na localização da empresa, melhor do estabelecimento. As principais variáveis do Censo Industrial são o número de estabelecimentos, o pessoal ocupado (PO), ou em um determinado dia (31.12.) ou a sua média mensal, o valor de produção e o valor da transformação industrial (VTI).

Nossa análise estatística limita-se à média mensal do pessoal

ocupado, por a considerarmos um melhor "indicador" da absorção da força de trabalho que o número do pessoal ocupado em uma data arbitrária. Para a avaliação da produtividade das empresas / estabelecimentos de um certo município ou de um gênero industrial seria interessante calcular a razão entre VTI e pessoal ocupado, índice que talvez nos possibilitasse tirar certas conclusões com respeito ao tipo de produção prevalecente em um determinado lugar. Após um primeiro teste desta forma de análise desistimos em realizá-la por acusarem os resultados uma variação de tal ordem que inviabilizou qualquer interpretação.

Uma importante diferenciação da indústria é a feita entre classes e gêneros, por nós também chamados setores industriais. Como é conhecido distingue-se a indústria nas duas classes de INDÚSTRIA EXTRATIVA e INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO. A segunda divide-se em um determinado número de gêneros que variam ligeiramente de censo para censo, como alias também as definições de cada gênero. No ANEXO B encontra-se a numeração das classes e gêneros utilizada neste estudo que é diferente da do IBGE.

O agrupamento dos gêneros industriais em indústrias TRADICIONAIS, INTERMEDIÁRIAS e MODERNAS segue uma proposta de CHENERY (vide GOVERNO SP 1978, p. 21). Baseia-se em critérios de

- maior ou menor qualificação da mão de obra empregada;
- proporção do capital em relação à mão de obra e ao produto final;
- facilidade de obtenção de insumos;
- estrutura organizacional mais ou menos complexa.

Estas "características" poderiam, até, abrir uma possibilidade de nos aproximarmos, a partir de uma análise setorial, da inserção SOCIAL da força de trabalho nas relações de produção. Entretanto, é necessário

ter-se a máxima cautela na utilização desta classificação que pressupõe uma homogeneidade do sistema econômico que em nosso caso não existe (compare apenas, a guisa de um exemplo, uma fábrica da NESTLE', indústria tradicional, com uma pequena fabricação mecânica local para reposição de peças, indústria moderna, em uma cidade no interior de São Paulo).

Finalmente, em termos de nosso esquema classificatório precisamos ressaltar que não há nenhuma correspondência, de forma direta, entre os dados do Censo Demográfico sobre o pessoal ATIVO nas, assim designadas, "Indústrias de Transformação" e o pessoal OCUPADO (melhor seria, conforme nossa terminologia, EMPREGADO) na Indústria de Transformação do Censo Industrial, por várias razões: são os lugares diferentes de recenseamento, as diversas subdivisões (generos) da classe, o vínculo existente ou não com um empregador etc. A simples junção, portanto, dos dados dos dois censos torna-se impraticável; assim, uma leitura de todos os níveis da hierarquia funcional precisa tomar em consideração esta ruptura. Não obstante, o principal instrumento para uma posterior análise da inserção SOCIAL dos trabalhadores nas diferentes formas de organização da produção ser-nos-a' fornecido exatamente por esta incompatibilidade estatística.

- c) Não nos foi possível incluir na presente pesquisa levantamentos de determinados itens dos Censos Comercial e de Serviços. Este último teria uma importância especial porque nos forneceria, provavelmente, subsídios para a discussão das formas de organização da produção. Observa OLIVEIRA (1979, p. 145) que "oficinas de REPARAÇÃO deviam, rigorosamente, fazer parte do Secundário, pois estão reproduzindo ou mantendo uma certa mercadoria"; parece-nos plausível a hipótese de que uma gran-

de parte destas oficinas de reparação se integre na forma de produção simples de mercadorias.

Os levantamentos referentes ao Censo Demográfico serão feitos para os anos base de 1970 e 1980; abandonamos a intenção inicial de incluir o Censo de 1960, como mencionamos anteriormente, menos por causa de alterações das definições censitárias, e mais pela redefinição territorial de uma considerável parte dos municípios, especialmente de Minas Gerais, entre 1960 e 1970. No caso do Censo Industrial trabalharemos com os dos anos de 1970, 1975 e 1980.

4.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DO ESTUDO

A investigação da configuração territorial da estrutura ocupacional no interior do Sudeste brasileiro deve, em nosso entender, partir da análise das unidades sócio - econômicas que compõem este território. Isto é, utilizamos como referencial básico o parcelamento do espaço a ser estudado em MUNICÍPIOS. Por razões que serão explicitadas mais adiante, realizaremos uma parte das análises com referência a uma unidade territorial maior, ou seja, a nível de microrregiões. Entretanto, não nos será possível pesquisar todos os municípios mencionados; para viabilizar o estudo, introduziremos uma limitação relativamente arbitrária que restringe o número de municípios integrantes do universo da pesquisa.

4.2.1 OS MUNICÍPIOS E SUA CARACTERIZAÇÃO INTRODUTÓRIA

Assim, definimos os municípios a serem estudados apenas por dois

critérios bastante amplos - a saber, um primeiro critério de caráter populacional que delimita nosso estudo aos municípios com um mínimo de 50.000 habitantes em 1980. E, um segundo critério de caráter geográfico, o qual serve para determinar que os municípios objeto deste trabalho seriam aqueles não pertencentes, localizados externamente, às três Regiões Metropolitanas do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte).

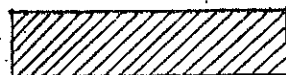
A investigação abrangera', com isso, propositalmente, uma imensa heterogeneidade de casos, os quais variarão desde os casos de centros urbanos pequenos com uma população total que apenas por pouco ultrapassa o limite mínimo estabelecido, como por exemplo Birigüi (50.626) e Sertãozinho (51.103), até casos de grandes cidades ("metropolizantes") com uma população maior do que, no caso extremo, 600.000 (Campinas).

A seguir, introduzimos uma breve caracterização descritiva destes centros urbanos para que tenhamos, desde já', uma primeira noção do universo com que lidamos, mais adiante, de maneira mais profunda e exaustiva.

a) Na TABELA 1 (ver na página seguinte) demonstramos a diferenciação dos municípios com relação à sua população urbana que assim indicamos:



: municípios com uma população urbana maior do que 50.000 só em 1980;



: municípios ou com uma população urbana maior do que 50.000 já em 1970 ou que nesta data faziam parte de uma aglomeração urbana (conforme definição do IBGE).

A Tabela 2 indica as alterações, implantadas entre 1960, 1970

TABELA I

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	CRITÉRIO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	CRITÉRIO
SANFRANCISCANA DE JANUÁRIA - 157	JANUÁRIO SÃO FRANCISCO		BAÍA DA ILHA GRANDE -223	ANGRA DOS REIS	
CHAPADÕES DE PARACA- TU - 160	UNAI		ALTA ARARAQUARENSE DE VOTUPORANGA-226	VOTUPORANGA	
MONTES CLAROS-162	MONTES CLAROS		BARRETOS-228	BARRETOS	
MÉDIO RIO DAS VELHAS - 166	CURVELO		PLANAL. DE FRANCA-230	FRANCA	
TEÓFILO OTONI-168	TEÓFILO OTONI		ALTA NOROESTE DE A- RAÇATUBA-231	ARAÇATUBA	
UBERLÂNDIA-170	ARAGUARI ITUIUTABA UBERLÂNDIA		Sº J. RIO PRETO-234	Sº J. RIO PRETO	
MATA DA CORDA-172	PATOS DE MINAS		MÉDIA ARARAQUARENSE -235	CATANDUVA	
GOV. VALADARES-175	GOV. VALADARES		RIBEIRÃO PRETO-237	RIBEIRÃO PRETO SERTÃOZINHO	
UBERABA-178	UBERABA		ALTA NOROESTE DE PE NÁPOLIS-240	BIRIGUI	
PLANAL. DE ARAXÁ-179	ARAXÁ		BAURU-241	BAURU / LINS	
CALCÁRIOS DE SETE LAGOAS-181	SETE LAGOAS		ARARAQUARA-242	ARARAQUARA SÃO CARLOS	
SIDERÚRGICA-183	CEL. FABRICIANO IPATINGA ITABIRA TIMÓTEO		DEPRES. PERIFÉRICA SETENTRIONAL-243	MOGI-GUAÇU MOGI-MIRIM	
MATA DE CARATINGA-184	CARATINGA		ENCOS. OCID. DA MAN- TIQUEIRA PAUL.-244	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	
DIVINÓPOLIS-186	DIVINÓPOLIS ITAÚNA		ALTA PAULISTA-245	MARÍLIA / TUPÃ	
ESPINHAÇO MERIDIO- NAL- 187	CONS. LAFAIETE OURO PRETO		JAÚ-246	JAÚ	
MATA DE PONTE NOVA -188	PONTE NOVA		RIO CLARO-267	RIO CLARO	
VERT. OCID. DO CAPA- RÃO-189	MANHUAÇU		CAMPINAS-248	AMERICANA ARARAS CAMPINAS INDAIA TUBA LIMEIRA SUMARÉ	
FURNAS-190	PASSOS / VARGINHA		ALTA SOROCABANA DE PRES. PRUDENTE-250	PRESIDENTE PRUDEN TE	
FORMIGA-191	FORMIGA		ALTA SOROCABANA DE ASSIS-251	ASSIS	
MATA DE MURIAÉ-193	MURIAÉ		OURINHOS-252	OURINHOS	
CAMPOS DE MANTI- QUEIRA-195	BÁRBACENA Sº J. DEL REI		SERRA DE BOTUCATU- 253	BOTUCATU	
MATA DE UBÁ-196	UBÁ		AÇUCAREIRA DE PIRA- CICABA-254	PIRACICABA / Sº BÁRBARA D'OESTE	
PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS-197	POÇOS DE CALDAS		TATUI-255	TATUI	
PLANALTO MINEIRO-198	POUSO ALEGRE		SOROCABA-256	ITU / SOROCABA VOTORANTIM	
ALTO RIO GRANDE-199	LAVRAS		JUNDIAÍ-257	JUNDIAÍ	
JUIZ DE FORA-200	JUIZ DE FORA		BRAGANÇA PAULISTA- 258	ATIBAIA BRAGANÇA PAULISTA	
ALTA MANTIQUEIRA-202	ITAJUBÁ		VALE DO PARAÍBA PAULISTA-259	CAÇAPAVA CRUZEIRO GUARATINGUETÁ JACAREÍ LORENA Sº J. DOS CAMPOS PINDAMONHANGABA TAUBATÉ	
COLÁTINA-204	BARRA DE Sº FRANC. COLATINA		CAMPOS DE ITAPETIN GA-260	ITAPETINGA ITAPEVA	
BAIXADA ESPÍRITO-SAN- TENSE-205	LINHARES SÃO MATEUS		BAIXADA SANTISTA- 266	CUBATÃO GUARUJÁ PRAIA GRANDE SANTOS SÃO VICENTE	
VITÓRIA-207	CARIACICA SERRA VELA VELHA VITÓRIA				
CACH. ITAPEMIRIM-209	CACH. ITAPEMIRIM				
ITAPERUNA-211	ITAPERUNA				
AÇUCAREIRA DE CAMPOS -213	CAMPOS MACAÉ Sº JOÃO DA BARRA				
TRÊS RIOS-215	TRÊS RIOS				
VALE DO PARAÍBA FLU- MINENSE-217	BARRA DO PIRAI BARRA MANSA VALENÇA / RESENDE VOLTÁ REDONDA				
SERRA FLUMINENSE- 218	NOVA FRIBURGO PETRÓPOLIS TERESÓPOLIS	AMORÉ			
CABO FRIO-222	CABO FRIO				

TABELA 2

MICROREGIÃO	MUNICÍPIO	CRITÉRIO	MICROREGIÃO	MUNICÍPIO	CRITÉRIO
SANFRANCISCANA DE JANUÁRIA - 157	JANUÁRIA SÃO FRANCISCO	●	BAIA DA ILHA GRANDE - 213	ANGRA DOS REIS	
CHAPADÕES DE PARACA- TU - 160	UNAÍ	●	ALTA ARARAQUARENSE DE VOTUPORANGA-226	VOTUPORANGA	
MONTES CLAROS-162	MONTES CLAROS	●	BARPETOS-228	BARPETOS	
MÉDIO RIO DAS VELHAS - 166	CURVELO	●	PLANAL. DE FRANCA-230	FRANCA	●
TEÓFILO OTONI-168	TEÓFILO OTONI	●	ALTA NOROESTE DE A- RAÇATUBA-231	ARAÇATUBA	●
UBERLÂNDIA-170	ARAGUARI ITUUBATA UBERLÂNDIA	●	Sº J. RIO PRETO-234	Sº J. RIO PRETO	
MATA DA CORDA-172	PATOS DE MINAS	●	MÉDIA ARARAQUARENSE -235	CATANDUVA	
GOV. VALADARES-175	GOV. VALADARES	●	RIBEIRÃO PRETO-237	RIBEIRÃO PRETO SERTÃOZINHO	●
UBERABA-178	UBERABA		ALTA NOROESTE DE PE NÁPOLIS-240	BIRIGUI	
PLANAL. DE ARAXÁ-179	ARAXÁ		BAURU-241	BAURU / LINS	
CALCÁRIOS DE SETE LAGOAS-181	SETE LAGOAS		ARARAQUARA-242	ARARAQUARA SÃO CARLOS	●
SIDERÚRGICA-183	CEL. FABRICIANO PATATINGA TABIRA TIMÓTEO	●	DEPRES. PERIFÉRICA SETENTRIONAL-243	MOGI-GUAÇU MOGI-MIRIM	
MATA DE CARATINGA-184	CARATINGA		ENCOS. OCID. DA MAN- TIQUEIRA PAUL.-244	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	
DIVINÓPOLIS-186	DIVINÓPOLIS ITAÚNA	●	ALTA PAULISTA-245	MARÍLIA / TUPÃ	
ESPINHAÇO MERIDIO- NAL- 187	CONS. LAPALETE DURO PRETO	●	JAÚ-246	JAÚ	
MATA DE PONTE NOVA -188	PONTE NOVA	●	RIO CLARO-267	RIO CLARO	●
VERT. OCID. DO CAPA- RAÓ-189	MANHUAÇU		CAMPINAS-248	AMERICANA ARARAS CAMPINAS INDAIA TUBA LINEIRA SUMARÉ	●
FURNAS-190	PASSOS / VARGINHA		ALTA SOROCABANA DE PRES. PRUDENTE-250	PRESIDENTE PRUDEN TE	●
FORMIGA-191	FORMIGA		ALTA SOROCABANA DE ASSIS-251	ASSIS	●
MATA DE MURIAÉ-193	MURIAÉ	●	OURINHOS-252	OURINHOS	
CAMPOS DE MANTI- QUEIRA-195	BARBACENA Sº J. DEL REI	●	SERRA DE BOTUCATU- 253	BOTUCATU	
MATA DE UBÁ-196	UBÁ	●	AÇUCAREIRA DE PIRA- CICABA-254	PIRACICABA / Sº BARBARA D'OESTE	●
PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS-197	POÇOS DE CALDAS		TATUI-255	TATUI	
PLANALTO MINEIRO-198	POUSO ALEGRE	●	SOROCABA-256	ITU / SOROCABA VOTORANTIM	●
ALTO RIO GRANDE-199	LAVRAS	●	JUNDIAÍ-257	JUNDIAÍ	●
JUIZ DE FORA-200	JUIZ DE FORA	●	BRAGANÇA PAULISTA- 258	ATIBAIA BRAGANÇA PAULISTA	●
ALTA MANTIQUEIRA-202	ETAJUBÁ	●	VALE DO PARAIBA PAULISTA-259	CAÇAPAVA CRUZEIRO GUARATINGUETÁ JACAREÍ LORENA Sº J. DOS CAMPOS PINDAMONHANGABA TAUBATÉ	●
COLATINA-204	BARRA DE Sº FRANC. COLATINA	●	CAMPOS DE ITAPETIN GA-260	ITAPETINGA ITAPEVA	●
BAIXADA ESPÍRITO-SAN- TENSE-205	LINHARES SÃO MATEUS	●	BAIXADA SANTISTA- 266	CUBATÃO GUARUJÁ FRAIA GRANDE SANTOS SÃO VICENTE	●
VITÓRIA-207	CARIACICA SERRA VILA VELHA VITÓRIA	●			
CACH. ITAPEMIRIM-209	CACH. ITAPEMIRIM	●			
ITAPERUNA-211	ITAPERUNA	●			
AÇUCAREIRA DE CAMPOS -213	CAMPOS MACAÉ Sº JOÃO DA BARRA	●			
TRÊS RIOS-215	TRÊS RIOS				
VALE DO PARAIBA FLU- MINENSE-217	BARRA DO PIRAI BARRA MANSÁ RESENDE VALENÇA VOLTA REDONDA				
SERRA FLAMINENSE- 218	NOVA FRIBURGO TERESÓPOLIS				
CABO FRIO-222	CABO FRIO				
















: municípios com alterações territoriais entre 1960/1970;

0 : modificações internas no município entre 1960/1970;

● : modificações internas no município entre 1970/1980.

b) Acreditamos ser útil, no MAPA 1 na página 81, apresentar a distribuição espacial dos municípios integrantes do universo de nossa pesquisa. Aproveitamos esta ocasião para agregar ao mero mapeamento das localizações uma tipologia urbana com respeito a tamanho e estrutura sócio - econômica destes municípios em 1970, alias bastante interessante para nossas próprias investigações estatísticas.

Os autores desta tipologia (LIMA/CORREA 1977) utilizaram uma análise fatorial para "comprimir" em nove fatores as 42 variáveis iniciais que descrevem os aspectos urbanos de "tamanho funcional", "especialização funcional", "status sócio - econômico", "infra - estrutura social", "industrialização", "características demográficas" e "acessibilidade". A partir deste resultado, os autores agruparam as cidades conforme determinadas dimensões básicas de variação e construíram, assim, 11 tipos nos quais se encaixaram 165 dos 179 centros considerados. Por sua vez, os 11 tipos deram origem a uma tipologia simplificada que contem apenas três classes, a saber: Centros Industriais, Centros Comerciais e de Serviços e Centros Mistos, além de um restante de centros não agrupados. Apresenta-se esta tipologia hierarquizada da seguinte forma:

	1-	CIDADES E SUBÚRBIOS DA ÁREA DE EXPANSÃO PAULISTA OU DE PADRÃO SEMELHANTE	
	2-	CIDADES DO CINTURÃO INDUSTRIAL PAULISTA COM BOA INFRA-ESTRUTURA	
C. INDUSTRIAIS	3-	CIDADES E SUBÚRBIOS COM INDÚSTRIAS ESPECIALIZADAS	
	4-	SUBÚRBIOS COM FORTE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E INFRA-ESTRUTURA DEFICIENTE	
	5-	SUBÚRBIOS CARIOCAS COM INDÚSTRIAS DIVERSIFICADAS	
	6-	CIDADES COM FORTE PREDOMÍNIO DE ATIVIDADES TERCIÁRIAS E BOA INFRA-ESTRUTURA	
C. COMERCIAIS E DE SERVIÇOS	7-	CIDADES COM PREDOMÍNIO DE ATIVIDADES TERCIÁRIAS MENOS ACENTUADO E BOA INFRAESTRUTURA	
	8-	CIDADES COM FORTE PREDOMÍNIO DE ATIVIDADES TERCIÁRIAS E INFRAESTRUTURA DEFICIENTE	
	9-	CIDADES COM PREDOMÍNIO DE ATIVIDADES TERCIÁRIAS MENOS ACENTUADO E INFRAESTR. DEFICIENTE	
	10-	CIDADES MISTAS COM PESO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL MAIOR	
C. MISTOS	11-	CIDADES MISTAS COM PESO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL MENOR	
	12-	CIDADES COM PESO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL MAIOR	
NÃO AGRUPADOS	13-	CIDADES COM PESO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL MENOR	

Cabe, finalmente, ressaltar que o critério "tamanho", utilizado no MAPA I, refere-se ao tamanho FUNCIONAL que não reflete simplesmente o tamanho populacional, "mas sim .. um tamanho agregado, de base funcional" (Idem, p. 573). "Há numerosos casos em que cidades com populações semelhantes apresentam tamanhos funcionais diferentes e vice versa. ... Em relação às cidades no interior paulista verifica-se que, em sua maioria, apresentam um tamanho funcional comparativamente maior que o tamanho populacional. ... As cidades mineiras, fluminenses e capixabas apresentam-se divididas: Juiz de Fora, Uberaba, Petrópolis e Vitória apresentam-se semelhantes às cidades do interior paulista, enquanto Campos, Governador Valadares, Montes Claros, Divinópolis e Teófilo Otoni, entre outras, aparecem com tamanhos funcionais em ordens inferiores às de suas populações" (Idem, p. 574).

c) De maneira bem menos sofisticada, a MATRIZ I, na página 83, mostra certas características que foram consideradas também na tipologia de LIMA/CORREA. Agrupamos os municípios com respeito a duas variáveis que expressam certas especificidades econômico - industriais. Por um lado, classificamos os centros urbanos conforme a quantidade, presente em 1970, de trabalhadores efetivos e potenciais no setor secundário. Confrontamos essa classificação, por outro lado, com um índice que expressa a parcela da população urbana ligada ativamente ao setor secundário (PEA-SEC/POP-URB : "Expressão Industrial Urbana").

Observamos que este índice, a expressão industrial urbana, varia de forma independente do tamanho do setor secundário, de cidade para cidade; em uma mesma faixa deste tamanho (PEA-SEC) encontramos casos com uma

MATRIZ I

PEA SEC/POP URB 1970(%)		5 ≤ X ≤ 9	10 ≤ X ≤ 14	15 ≤ X ≤ 19	20 ≤ X ≤ 24	X ≥ 25
PEA SEC 1970 (Nºs absolutos)						
Até 2000	MG	Unaí Januária São Francisco Manhuaçu				
	ES	Barra de São Francisco São Mateus	Serra			
	RJ					
	SP					
2001 a 3000	MG	Corvelo Araguari Patos de Minas Araxá Caratinga Ubá Ponte Nova Passos Formiga Humilés Pouso Alegre Lavras Itajubá				
	ES					
	RJ	Itaperuna				
	SP	Votuporanga Lins Tupã Botucatu	Sertãozinho Praia Grande			
3001 a 4000	MG	Itulubá Coronel Fabriciano Conselheiro Lafaiete	Varginha			
	ES		Linhares			
	RJ	Macaé	Valença	Angra dos Reis		São João da Barra
	SP	Barretos Catanduva Assis Ourinhos Lorena	Birigui Mogi-Hirim S. João da Boa Vista Tatuí Caçapava Pindamonhangaba Itapeva	Atibaia	Sumaré	
4001 a 6000	MG	Montes Claros Teófilo Otoni Sete Lagoas Divinópolis Barbacena São João Del. Rei.	Itabira Itaúna	Tinóteo Ouro Preto		
	ES					
	RJ	Colatina	Três Rios Barra do Piraí Resende Cabo Frio			
	SP	Guaratinguetá	Araras Bragança Paulista Cruzeiro Itapetininga		Indaialuba	Sta. Bárbara D'Oeste Votorantim
6001 a 8000	MG	Uberaba	Poços de Caldas	Ipatinga		
	ES	Vila Velha	Cachoeiro de Itapemirim			
	RJ		Teresópolis			
	SP	Aracatuba S. José do Rio Preto Pres. Prudente	Rio Claro	Jau Itu	Mogi-Guaçu	
8001 a 10,000	MG	Uberlândia Gov. Valadares				
	ES	Vitória	Caracica			
	RJ		Nova Friburgo			
	SP	Bauru Araraquara Guarujá São Vicente	Marília		Jacareí	Cubatão
10,001 a 15,000	MG					
	ES					
	RJ	Campos	Barra Mansa São Carlos Itaboraí	França Limeira		
	SP					
15,001 a 20,000	MG					
	ES					
	RJ			Volta Redonda		
	SP	Ribeirão Preto	Piracicaba			Americana
Acima de 20,001	MG		Juiz de Fora(21 784)			
	ES					
	RJ			Petrópolis(23 278) Sorocaba(21 477)		
	SP	Santos(23 116)	Campinas(47 960)	S. José dos Campos(21 093)	Jundiaí(28 927)	

expressão industrial urbana bastante baixa (entre 5 e 9 %) que são os municípios onde as atividades secundárias tem um papel muito limitado, como é, por exemplo, o caso de Teófilo Otoni/MG. Na mesma faixa da PEA-SEC, Santa Bárbara d'Oeste/SP, como contra - exemplo, apresenta um alto índice da expressão industrial urbana, que indica o peso representado pelos trabalhadores do setor secundário, efetivamente empregados ou ocupados ou não, neste município.

- d) A falta de uma correlação entre o "tamanho industrial" e a "expressão industrial" dos municípios fica mais clara ainda na MATRIZ II. Baseando-nos em dados do Censo Demográfico de 1980, notamos uma distribuição bastante irregular dos municípios com relação às duas variáveis PEA-IND e POP-URB. Em outras palavras, o tamanho populacional das cidades não está correlacionado com a oferta de trabalhadores para as indústrias de transformação e vice versa.

So' para exemplificar este fato, podemos recorrer aos dois municípios acima citados; Teófilo Otoni e Santa Bárbara d'Oeste, em 1980, pertencem a mesma classe de tamanho populacional, significando isto uma alteração razoável com relação a 1970. No entanto, Teófilo Otoni apresenta-se com uma PEA-IND menor do que 3.000 pessoas, enquanto Santa Bárbara d'Oeste possui uma PEA-IND pelo menos cinco vezes maior (entre 15.000 a 20.000 pessoas). Por outro lado, a faixa de cidades com, por exemplo, a presença de 10.000 a 20.000 trabalhadores da indústria abrange tanto um município como Indaiatuba/SP, cuja população urbana é menor do que 50.000 pessoas, quanto Uberlândia/MG com um tamanho populacional maior do que 200.000.

M A T R I Z II
TAMANHO URBANO VERSUS TAMANHO INDUSTRIAL (em 1980)

X \ Y	<= 40	40a50	50a60	60a70	70a90	90a110	110a150	150a200	> 200
a	Unai		Itabira						
	Januari								
	SFranci								
	Ba.SFra								
	SMateus								
b	Curvelo	Lavras	Araxa'	Ituiuta	T.Otoni				
	P.Nova	Lins	Caratin	P.Minas	Araguar				
	Manhuac	Tupa	Muriae'	Pr.Grde					
	Formiga		Macaé'						
	Itaperu		C.Frio						
	SJBarra								
	Itapeva								
c	O.Preto	Votupor	Passos	Lafaiet	Barbace				
	Valenca	SJBoaVi	SJd.Rei	Barreto	Teresop				
	AngReis	Tatui'	PouAleg	Catandu					
		Atibaia	Itajuba	Assis					
			Linhare	Itapetn					
			Durinho						
		Lorena							
d		Timoteo	Varginh	Colatin	Fabrici	Itapemi	Arctuba		Vitoria
		Itauna	Tr.Rios	Resende	Serra		PPruden		
		Uba'	BaPirai		Guaratn				
		Sertaoz	Botucat						
		M.Mirim	Cruzeir						
		Cacapav							
	Cubatao								
e		Birigui	Araras	BPaulis	PCaldas	S.Lagoa		Valadar	V.Velha
				Pindamo		Marilia		Uberaba	
								M.Claro	
								Cariaci	
							Guaruja		
f		Indaiat	Votoran	M.Guacu		Divinop	Araraqu	RioPret	Uberlan
				Jau'		NFribur		Bauru	
				Itu'		RioClar		SVicent	
						Sumare'			
g					SBarbar	SCarlos	Ipating		Campos
					Jacarei	BaMansa			
h						Americn	Redonda	Jd.Forá	
						Limeira	Piracic	RibPret	
							Taubate	Santos	
i						Franca		Campnas	
								Sorocab	
								Jundiai	
								SJCampo	

LEGENDA ---> vide pagina seguinte

LEGENDA M A T R I Z II

VARIAVEIS: X = PEA-IND em 1980

Y = POP-URB (em 1000) em 1980

CLASSIFICACAO DA PEA-IND:

- a : menor/igual 1000
- b : 1001 a 3.000
- c : 3.001 a 5.000
- d : 5.001 a 7.500
- e : 7.501 a 10.000
- f : 10.001 a 15.000
- g : 15.001 a 20.000
- h : 20.001 a 30.000
- i : > 30.000

Fonte: Censo Demografico de 1980, IBGE

E' interessante observar, que em um confronto entre POP-URB e PEA-SEC essa heterogeneidade dos casos desaparece em parte, isto e', as variações em uma determinada classe seja de POP-URB seja de PEA-SEC são bem menores do que as da MATRIZ II. Ou seja, tamanho populacional e tamanho do setor secundário como um todo aproximam-se de uma correlação relativamente simples: pequenos municípios tem uma PEA-SEC baixa; passando-se para municípios maiores, em termos da população urbana, cresce proporcionalmente o tamanho da PEA-SEC.

4.2.2 AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS COMO CONTEXTO REGIONAL

O referencial espacial das investigações anteriormente citadas (JELIN, SOUZA) não foi problematizado por seus autores, pois partiram de uma delimitação dada, cuja legitimação parece relativamente inquestionável. Mas, em nosso caso, não podemos deixar de questionar, ao menos superficialmente, em que medida o estudo da transformação da estrutura ocupacional pode-se restringir aos limites físicos de determinados municípios, uma vez que lidamos com a múltipla e distinta realidade de cidades não - metropolitanas. Será que esta estrutura não se define em um nível mais amplo, por exemplo, da articulação regional dos municípios ?

Porém, não e' possível, no presente momento, discutir profundamente conceitos acerca do funcionamento da organização (inter) urbana e da "lógica espacial" de transformações de cidades não - metropolitanas; alias, conceitos pouco elaborados e não muito operacionais que ainda mereceriam uma maior atenção por parte dos cientistas.

Partimos da hipótese, razoavelmente plausível, de que a compreensão destas mudanças urbanas necessitaria de uma abordagem tanto da influência exercida pelas grandes metrópoles nacionais quanto da zona de influência urbana; em outras palavras, seria imprescindível o enfoque da "região" de uma determinada cidade. "É preciso considerar o conjunto de células urbanas de uma dada região, assim como o organismo que elas formam no país, se se quer conhecer a realidade viva da economia urbana" (SANTOS 1981, p. 139). Entretanto, conforme coloca SANTOS (Idem, p. 122), a ausência de uma organização regional coerente é uma das características menos discutíveis nos países periféricos. "Isso é decorrente da asteria, mas principalmente da assimetria das trocas, que determinam espaços de consumo, que conservam um poder de compra reduzido: daí a dificuldade de toda tentativa de regionalização".

Tal argumentação conduz o autor a questionar a "famosa indissociabilidade entre a cidade e seus arredores" o que o leva, para fins analíticos, "a tomar a cidade e a região como DOIS ORGANISMOS ECONÔMICOS DISTINTOS". Em nosso caso deveria ser tomado o grau de integração e não o tipo de função dominante na investigação das relações cidade - região: "Praticamente é preciso começar pela apreciação do grau de complementariedade entre esses dois organismos, o que consiste em medir a percentagem da atividade urbana dependente, direta ou indiretamente, da atividade da região. ... Em seguida é preciso fazer intervir o nível de VITALIDADE ECONÔMICA dos dois conjuntos e a real intensidade das trocas e, posteriormente, um determinado número de variáveis consideradas independentes para fins analíticos, tais como a importância da população urbana em relação à população regional, a densidade demográfica e o tamanho da região, a antiguidade do fato

urbano" (Idem, p. 124, o grifo é nosso).

Não será possível, no presente estudo, apreciar o grau de complementariedade entre um determinado município e sua "região"; tampouco investigar a intensidade de suas trocas. Mas realizaremos uma primeira tentativa de avaliar e comparar a referida "vitalidade econômica" dos dois conjuntos de forma geral. Esta vitalidade expressa-se, em nosso estudo, na presença, quantidade e nível de crescimento da PEA a nível municipal e regional, especialmente em relação ao total da população economicamente ativa e a relacionada como setor secundário.

Cabe ainda uma observação referente à regionalização empregada. Já mencionamos a dificuldade de sua elaboração ao se admitir a possibilidade de haver uma certa dissociação entre cidade e arredores, cujo grau desconhecemos por ora. Independente disso, entretanto, seria inviável estabelecer uma regionalização própria no âmbito do atual estudo, por exemplo a partir da análise da "zona de influência urbana" (vide neste sentido LIMA/CORREA). Somos obrigados a trabalhar com as MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS (MRH), definidas pelo IBGE, nas quais os municípios escolhidos se inserem, dado o tipo de dados disponíveis. Estas regiões certamente não constituem o tipo de regionalização que necessitaríamos, porém as consideramos válidas como uma primeira e provisória aproximação do referido segundo "organismo econômico".

Em termos operacionais, cabe ressaltar que a análise das microrregiões será mais limitada que a referente aos municípios. Devido à dificuldade de se extrair do Censo Demográfico outras variáveis relevantes, levantamos os dados relativos ao total dos habitantes de uma

determinada MRH e abrimos mão de um cálculo mais prolongado com o qual conseguiríamos informações acerca da população urbana (micro) regional. Como "indicadores econômicos" trabalhamos com as variáveis PEA-TOT e PEA-SEC a nível regional; sendo todos os levantamentos feitos nos anos base de 1970 e 1980.

Da mesma forma como caracterizamos os municípios no item anterior, parece-nos oportuno apresentar algumas informações com respeito ao conjunto das MRH a serem estudadas; são aquelas que englobam um ou mais dos municípios integrantes do universo da pesquisa. Utilizamos, para tal, novamente uma comparação entre uma variável populacional e uma outra econômica para identificar as primeiras heterogeneidades apresentadas pelas regiões em estudo. Confrontamos, neste sentido, o montante total da população economicamente ativa, em 1970, com o total da população nas microrregiões.

Na TABELA 3 pode-se observar a correspondência, ou melhor sua relativa falta, existente entre os tamanhos populacional (POP-TOT) e "econômico" (PEA-TOT) das microrregiões investigadas.

TABELA 3

CLASSE Nº	PEA total (EM 1000)	POP total (EM 1000)			Nº DE MR
		MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO	
1	30	56	78	99	2
2	30 a 49	91	127	161	11
3	50 a 69	145	187	231	18
4	70 a 89	217	252	303	14
5	90 a 109	297	334	386	4
6	110 a 129	334	389	428	9
7	130 a 149	374	419	486	5
8	150	667	709	773	3

Encontramos um resultado parecido ao da análise municipal, no caso das MRH maiores (a partir da classe no. 5). No grupo destas microrregiões maiores que 90.000 pessoas economicamente ativas, inexistiu uma correlação entre PEA-TOT e POP-TOT, como ilustra também o GRAFICO 1, na página 92. Sem ter por enquanto uma explicação, é surpreendente que nas classes de 1 a 5 haja uma discriminação razoável das MRH também com relação à POP-TOT, isto é, existe uma certa correlação entre as duas variáveis.

Fracassou nossa tentativa de encontrar a causa deste comportamento diferenciado, referente aos dois grupos de MRH mencionados, na diferenciação dos graus de "absorção" da população em atividades econômicas. Mostra a TABELA 4 que não há nenhuma diferença maior deste índice entre as classes de 1 a 5 ou de 5 a 8.

TABELA 4.

CLASSE Nº	PEA total / POP total [%]		DISTRIBUIÇÃO [%]		
	MÍNIMO	MÁXIMO	BAIXA	MÉDIA	ALTA
1	26	29	100	-	-
2	28	35	18	73	9
3	27	38	39	39	22
4	27	36	29	29	43
5	28	36	50	25	25
6	27	36	22	67	11
7	28	36	20	60	20
8	30	37	-	67	33

Fonte: Idem

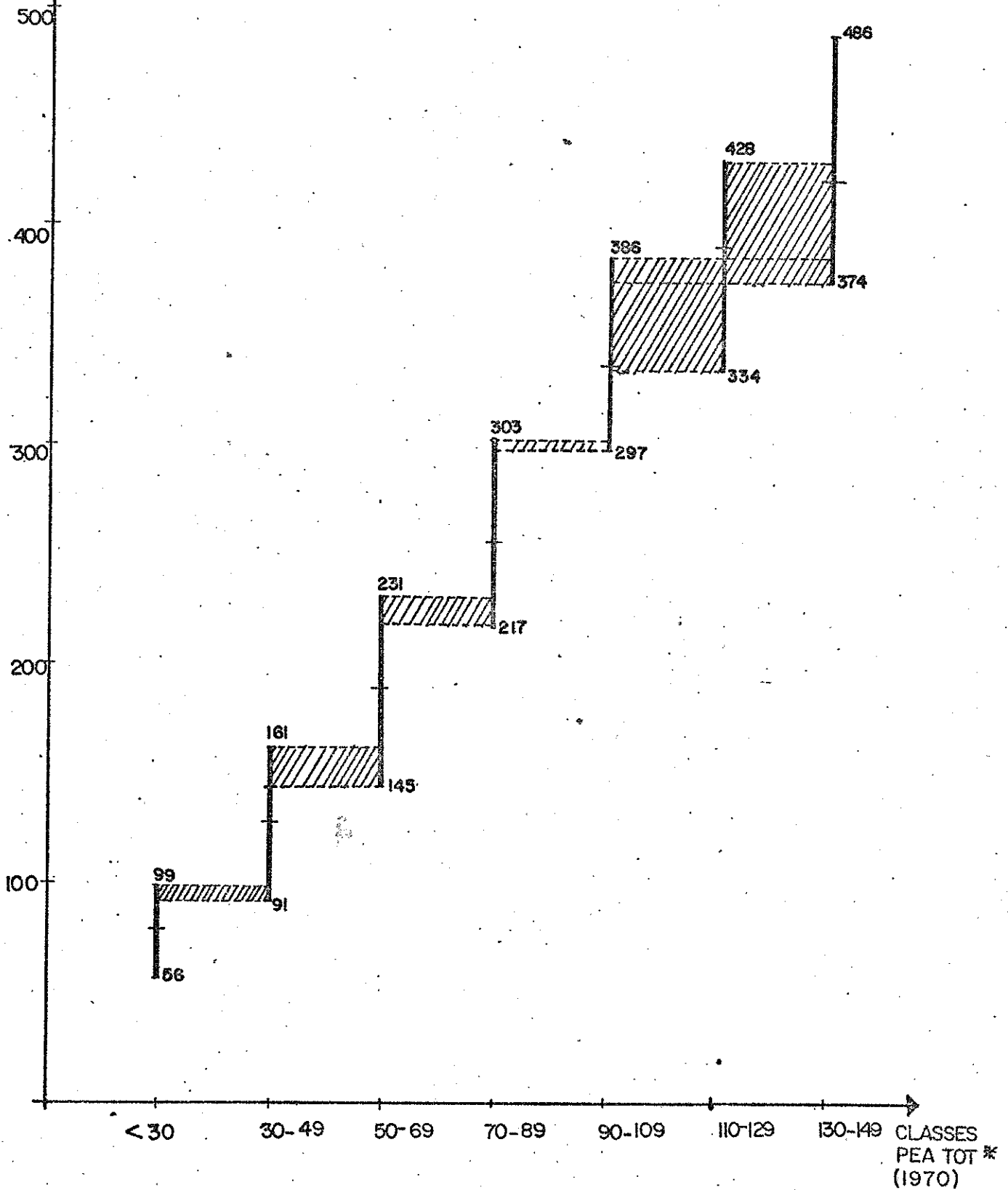
Destaca-se apenas a última classe por apresentar níveis relativamente elevados em relação ao índice PEA-TOT/POP-TOT. Também, a classificação destes índices em

BAIXO (entre 26 e 29%)

MICRORREGIÃO

GRÁFICO 1

POP TOT *
(1970)



* em 1000

CLASSES PEA TOT * (1970)

MEDIO (entre 30 e 34%) e

ALTO (entre 35 e 38%)

por cada uma das classes da PEA-TOT microrregional não mostra nenhuma regularidade no sentido de que as MRH maiores apresentassem, tendencialmente, índices mais heterogeneos (vide TABELA 4, coluna "Distribuicao").

4.3 OS INSTRUMENTOS DA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Nossas análises valem-se de técnicas bastante simples, porém, acreditamos apropriadas para os fins da presente investigação. Além do mais, não seria mediante a sofisticação dos instrumentos estatísticos que conseguiríamos superar as limitações de interpretação, impostas pela base de dados disponíveis. Não seguiremos, portanto, os exemplos de vários estudos que elaboraram, com propósitos diferentes, classificações e tipologias das cidades brasileiras por meio da utilização de métodos sofisticados, em geral, da análise fatorial.

Ja' nos referimos a um deles: 'as investigações de LIMA e CORRÊA, que construíram uma tipologia de cidades do Sudeste brasileiro por meio de uma análise fatorial de 42 variáveis. Adotando a mesma técnica, temos no trabalho de ANDRADE e LODDER (1979) uma classificação que abrange as cidades de porte médio no Brasil e que visou fornecer informações agregadas para a avaliação de suas "potencialidades urbanas". Serviu, assim, enquanto suporte técnico para a escolha de determinados municípios que deveriam integrar o Programa de Cidades Médias do CNDU/MINTER.

Finalmente, queremos chamar a atenção para um estudo de FARIA

(1975) que estabeleceu, também aplicando uma análise fatorial, uma tipologia empírica das cidades brasileiras a partir de três dimensões:

- da posição da cidade no sistema urbano;
- da especialização funcional da cidade, e
- das características da dinâmica demográfica da cidade.

(vide BERQUO' s.a.)

Não pretendemos, no atual momento, desenvolver uma avaliação do método, isto é, da análise fatorial, nem de sua aplicação nos casos que acabamos de citar. Em vista do desenho de nossa pesquisa que se restringiu a poucas variáveis, é óbvio que este instrumento não pode ser utilizado por nós. Ao invés de pretender identificar correlações entre variáveis a fim de reduzir seu número a poucos fatores, estamos interessados em discutir essas correlações em si, interpretar suas variações, limites, modificações em diferentes momentos e períodos etc.

4.3.1 A ANÁLISE DE AGRUPAMENTO E SUAS DUAS FASES

Portanto, nosso recurso operacional, nesta fase da pesquisa, é muito mais modesto. Trata-se de uma técnica de análise por AGRUPAMENTO "que visa agrupar unidades de observação que exibem certos níveis de similaridade ao longo de características estudadas. Seu emprego permite classificar as cidades segundo ... (determinadas) características (em nosso caso: mercado de trabalho), definindo grupos de cidades nos quais as cidades de cada grupo são mais semelhantes entre si do que com qualquer cidade de outro grupo" (LIMA/CORREA 1977, p. 572).

Como nossas análises serão feitas através de cruzamentos de pelo menos duas variáveis, em geral em forma de matrizes, realizamos dois passos distintos com esta técnica. Neste sentido, uma matriz pode ser considerada como resultado de um duplo processo de "homogeneização" e "heterogeneização".

Explicitando melhor: em uma primeira fase, abstraímos de e negligenciamos UMA PARTE das particularidades de cada caso, homogeneizando, assim, o universo pesquisado. Acreditamos que não seja preciso nos deter em maiores explicações, pois cada classificação visa este tipo de resultado. Casos pertencentes a uma classe são tratados enquanto idênticos, mesmo se os valores da variável ou das variáveis classificadoras apresentem uma certa variação entre eles; obviamente, tal variação está delimitada pelos limites da classe. O "grau de homogeneização" que cada classificação traz em si, depende, naturalmente, destes limites e da distribuição dos valores que o conjunto dos casos apresenta em uma determinada variável.

Na segunda fase, reunimos entre as variáveis pesquisadas as "mais importantes" para a caracterização das transformações ocupacionais dos municípios investigados formando, com isso, uma superposição das respectivas classes de cada variável. Percebe-se, logo, que este processo implica em uma certa "heterogeneização" dos casos antes "homogeneizados".

Em suma, a própria metodologia de classificação não apresenta, a nível operacional, nenhum problema maior. Porém, as questões complicadoras surgem na fase de sua execução, isto é, na escolha de variáveis, limites das classes, na avaliação da importância de variáveis a serem superpostas etc. Em outras palavras, tais complicações

referem-se, basicamente, a duas questões que precisam ser resolvidas:

a) na fase de homogeneização:

quais os critérios para avaliar as transformações expressas nos dados estatísticos e construir, a partir daí, as classes (não aleatoriamente);

b) na fase de heterogeneização:

quais as variáveis levantadas ou índices calculados que deverão formar uma classificação multivariante e qual a sua ordem (hierarquia).

A respeito da primeira pergunta, decidimos elaborar classificações a partir de critérios estatísticos, INTERNOS AO UNIVERSO DO ESTUDO. Isto quer dizer que, em um primeiro momento, buscamos para quase todas as variáveis e alguns índices, especialmente de crescimento entre 1970 e 1980, uma divisão norteada pela própria distribuição dos casos entre as possíveis classes. Supomos que esta distribuição deva apresentar uma certa regularidade estatística, ou seja, a forma de uma distribuição igual ou normal, do tipo Poisson etc.

Tentamos estabelecer as classes de tal maneira que as diferenças entre seus limites (mínimo, máximo) fossem constantes no interior da classificação; porém, levando em conta o critério de uma distribuição regular, isto se torna impossível na medida que há variáveis com uma grande concentração de casos em uma pequena faixa de valores e, ao mesmo tempo, uma dispersão relativamente grande fora desta faixa. Neste caso justifica-se a adoção de classificações não - equidistantes, por exemplo, a distribuição do tamanho das classes em forma logarítmica, exponencial etc. O número de classes formadas aproxima-se, sempre que possível, da raiz quadrada do número de casos, conforme uma conhecida regra

estatística.

Enfim, por causa das mudanças havidas nos conceitos censitários entre os diferentes anos base adotamos uma precaução na criação das faixas: elas nunca são inferiores a cinco pontos (percentagem nos casos de índices de crescimento), pois não consideramos diferenças menores entre os dados enquanto suficientes para indicar situações ou transformações distintas.

So' para exemplificar o presente procedimento, apresentamos a classificação do crescimento da PEA-SEC microrregional entre 1970 e 1980 (vide MATRIZ XII no item 5), onde introduzimos sete classes da seguinte forma:

Número	Crescimento PEA-SEC (%)	Número de Casos
1	≤ 60	2
2	61 a 80	6
3	81 a 100	13
4	101 a 120	15
5	121 a 140	11
6	141 a 160	13
7	> 160	6

Para as variáveis que, mais tarde, constituirão a classificação multivariante do crescimento da oferta da mão de obra no conjunto dos municípios, aumentamos o grau de homogeneização, em um segundo momento; o que não é nada mais que a diminuição do número de classes. Aqui, partindo da classificação anterior e seguindo o mesmo critério estatístico de uma certa regularidade e simetria, agregamos algumas classes para atingir uma nova divisão em apenas três classes. Julgamos isto necessário para viabilizar a construção de uma classificação única

de cinco variáveis superpostas (vide MATRIZ).

Em nosso exemplo chegamos ao seguinte resultado:

Designação do Crescimento	Classes Integrantes	Número de Casos
Baixo	1, 2, 3	21
Médio	4, 5	26
Alto	6, 7	19

Designar "BAIXO", por exemplo, um crescimento da PEA-SEC microrregional até 100%, justifica-se no CONTEXTO INTERNO do crescimento do conjunto das microrregiões relevantes; justifica-se, portanto, pela nossa intenção de traçar um quadro interno das transformações do mercado do trabalho, ocorridas no interior dos estados do Sudeste.

Percebe-se que adotamos uma análise puramente estatística, intrínseca ao conjunto das caracterizações quantitativas dos municípios e suas microrregiões. Pretendemos, futuramente, qualificar melhor tais critérios ou elaborar outros que tenham um melhor respaldo conceitual. Assim, seria interessante comparar, por exemplo, o crescimento dos municípios não - metropolitanos com o de municípios integrantes das regiões metropolitanas. Pode-se construir, a partir daí, faixas de valores para um outro tipo de classificação, utilizando taxas de crescimento relativas ao crescimento de cidades médias das regiões metropolitanas etc.

A segunda fase de nossas análises estatísticas, a chamada HETEROGENEIZAÇÃO, consiste, tecnicamente, na escolha de duas ou mais variáveis que em conjunto formarão uma classificação bi- ou multi -

dimensional ou uma tipologia de todos ou de um determinado grupo de municípios do universo da pesquisa. Uma vez selecionadas as variáveis, trata-se, em termos estatísticos, de um procedimento simples e conhecido.

Entretanto, a questão crucial da seleção de variáveis, não pode ser resolvida neste nível. É uma questão que precisa ser tratada mediante a avaliação (teórica ou não) de relações CONCRETAS ou a formulação de hipóteses sobre estas relações entre determinadas variáveis. Ou por meio do teste de variáveis ("trial and error") cujo confronto parece, de alguma maneira por certas razões, interessante e plausível. É basicamente este o caminho que percorremos no próximo item.

4.3.2 A PRÁTICA ANALÍTICA

Porém, antes de apresentarmos e interpretarmos os resultados das investigações empíricas, cabe, finalmente chamar a atenção para DOIS ESTAGIOS que levamos a cabo na realização PRÁTICA das duas fases de classificação. Em um primeiro momento, isto é, na análise dos levantamentos referentes ao Censo Demográfico, foram feitos todos os cálculos, os testes para a adequação das classes, experimentando diferentes possibilidades de suas limitações, esboços e desenhos para a superposição de várias variáveis (matrizes) etc. sem o apoio de equipamentos eletrônicos, a não ser de simples calculadoras. É fácil de imaginar que este procedimento exigiu um espaço de tempo relativamente elevado para sua execução pela equipe da pesquisa. Justificou-se pelos propósitos iniciais do projeto, relatados no item 1.

No segundo estágio, após o levantamento dos dados do Censo

Industrial, contamos com a disponibilidade de um microcomputador para realizar cálculos, classificações, cruzamento de variáveis, edição de textos, tabelas etc. (um COMMODORE 64 com floppy disk e impressora). Foi este o fator decisivo para que pudéssemos, devido à precária situação financeira da pesquisa, avançar nas análises. Para poder empenhar o microcomputador nas referidas fases de homogeneização e heterogeneização desenvolvemos dois programas:

- a) o primeiro permite a SIMULAÇÃO de diferentes formas de classificação mediante vários cortes no universo pesquisado: escolha de uma variável, limites das classes, condições que os municípios devem satisfazer para fazer parte da classificação (setores industriais dominantes, grau de participação do emprego no setor dominante no emprego industrial total, faixa de tamanho absoluto de uma variável em um determinado ano ou período etc.);
- b) a partir dos limites de classificações pré-elaborados - conforme a) -, utilizamos um segundo programa (vide a sua impressão no ANEXO C) que confronta duas variáveis selecionadas, ordenando os municípios conforme o cruzamento de suas duas classificações superpostas; o resultado, obviamente, assume a forma de uma matriz. Também, neste caso, pode-se introduzir as mesmas condições que acabamos de delinear.

B I B L I O G R A F I A

- ANDRADE, T.A. - Uma análise comparativa do desempenho econômico de tres cidades brasileiras. Trabalho elaborado como contribuição ao projeto "O Papel das Cidades de Pequeno e Medio Porte no Desenvolvimento Nacional", do United Nations Centre for Regional Development. RJ 1983, mimeo
- ANDRADE, T.A./LODDER, C.A. - Sistema urbano e cidades medias no Brasil. IPEA/INPES, RJ 1979
- BARRIOS, S. - Dinamica social y espacio. In: MORVEN - Metodologia para el diagnostico regional, Universidad Central de Venezuela, Centro de Estudios del Desarrollo - CENDES. Caracas, dic. 1978, mimeo.
- BERQUO', E. - A pesquisa nacional sobre reproducao humana. In: Estudos de Populacao, Vol 1: Sao Jose dos Campos. CEBRAP, SP s.a.
- BILAC, E. - Familias de trabalhadores: estrategias de sobrevivencia. A organizacao da vida familiar em uma cidade paulista. Ed. Simbolo, SP 1978
- BRANT, V.C. - Desenvolvimento agricola e excedentes populacionais na América Latina (notas teoricas). In: Estudos CEBRAP, SP 1975
- CARDOSO, F.H. - Populacao e crescimento economico. Notas sobre a estrutura socio - economica de Sao Jose' dos Campos. In: Estudos de Populacao, Vol.1: Sao Jose' dos Campos, CEBRAP, SP s.a.
- CORAGGIO, J.L. - Consideraciones teorico - metodologicas sobre las formas sociales de organizacion del espacio y sus tendencias en America Latina. In: Revista Interamericana de Planificacion, Vol VIII, No. 32. dez 1974, pp. 79 - 99
- Possibilidades de un ordenamiento territorial para la transicion en Nicaragua. In: BECKER, B (Org.) - Ordenacao do territorio: Uma questao politica - Exemplos da America Latina. UFRJ, Dep. Geografia RJ 1984
- DAVIDOVICH, F.R. - Industria. In: IBGE (Ed.): Geografia do Brasil, op. cit. (1977), pp. 485-567
- DAVIDOVICH, F./LIMA, O.M.B. - Analise de aglomeracoes urbanas no Brasil. In: Rev. Bras. Geografia 38(1976)4, pp. 106-130
- FAISSOL, E. - Tipologia de cidades e regionalizacao do desenvolvimento economico: um modelo de organizacao espacial do Brasil. In: Boletim Geografico, RJ, 30(223) 25-57, jul/ago 1971
- FARIA, V. - Uma tipologia empirica das cidades brasileiras. Uma analise preliminar. CEBRAP, SP 1975, mimeo
- Desenvolvimento, urbanizacao e mudancas na estrutura do emprego: a experiencia brasileira dos ultimos trinta anos. In: SORJ, B./ ALMEIDA, M.H.T. (Org.), op. cit. (1983), pp.118-163

GORZ, A. - Prefacio, In: Idem (ORG.), Critica da divisao do trabalho. Martins Fontes Ed., SP 1980, pp. 9-18

GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO, Secr. Econ./Planej., Coord. Acao Regional - Cidades medias e desenvolvimento industrial: uma proposta de descentralizacao metropolitana. SP 1978, Estudos e Pesquisas 17

GRUPO DE PESQUISA "SISTEMA URBANO E ORGANIZACAO INDUSTRIAL" - Sinopse da politica urbana - industrial ha decada de 70: Seus programas e instrumentos. Publicacoes PUR, Serie Documentacao No.5, UFRJ/ RJ, maio 1983

HABERMAS, J. - Tecnica e ciencia enquanto ideologia. In: Os Pensadores "Benjamin, Habermas ...", Abril Cultural, SP 1983

HAMER, A. - Decentralized urban development and industrial location behavior in Sao Paulo, Brazil: A synthesis of research issues and conclusions. Document No 29.1983, Banco Mundial, Washington/EUA 1983

IBGE (ed) - Geografia do Brasil, Vol. 3: Regiao Sudeste. IBGE, RJ 1977

IBGE (Equipe de Estudos e Indicadores Sociais) - Emprego, subemprego e desemprego. IBGE, RJ 1981

IBGE: Censos Demograficos e Industriais de 1970 a 1980, IBGE RJ

JELIN, E. - Formas de organizacao da atividade economica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador/BA. In: Estudos CEBRAP 9, SP 1974

KON, A. - O problema ocupacional: Implicacoes regionais e urbanas. Perspectiva, SP 1979

KOWARICK, L. - Capitalismo e marginalidade na America Latina. Paz e Terra, RJ 1977

LEITE LOPES, J.S./MACHADO DA SILVA, L.A. - Introducao: Estrategia de trabalho, formas de dominacao na producao e subordinacao domestica de trabalhadores urbanos. In: Mudanca Social no Nordeste - Estudos sobre trabalhadores urbanos. Paz e Terra, RJ 1979

LIMA, O.M.B./CORREA, R.L. - Sistema urbano. In: IBGE (ed.) (1977), op. cit., pp. 569-663

LINARDI, M.C.N. - A producao do espaco fisico em Americana/SP. Diss. de mestrado, PUR/UFRJ 1984

LIPIETZ, A. - El capital y su espaco. Siglo XXI, Mexico 1979

MANNARINO, R.P. - A politica de localizacao industrial brasileira e a questao da desconcentracao espacial. In: Piquet/Randolph (1982), op. cit., pp. 8-70

MARX, K. - O capital, Livro I, Cap. VI (Inedito). Livr Ed. Ciencias Humanas, SP 1978

- O capital, Livro I, Volume 1. Civilizacao Brasileira, RJ 1975

OLIVEIRO, F.d. - O terciário e a divisão social do trabalho. Estudos CEBRAP 24, SP 1979, pp. 137-168

- Elegia para uma re(li)gão. Paz e Terra, RJ 1977

- Crítica à razão dualista. In: Estudos CEBRAP, SP 1972

PICCININI, F.J. - Desenvolvimento econômico e contradições urbanas. Análise da cidade de Caxias do Sul/RS. Diss. de mestrado, PUR/UFRFJ 1983

PIMENTA, L. - Configuração espacial e estruturas produtivas no Oeste Catarinense. Diss. de mestrado, PUR/UFRJ 1984

PIQUET, R.S.P. - Acumulação de capital e intervenção estatal no desenvolvimento urbano. In: Piquet/Randolph (1982), op. cit., pp. 94-128

PIQUET, R.S.P./RANDOLPH, R. (coord.) - Intervenção do estado na estruturação do sistema urbano brasileiro, Vol 1 e 2. Publicações PUR, Série Relatórios de Pesquisa No. 2, PUR/UFRJ, agosto 1982

PRED, A. - Sistemas de cidades em economias adiantadas. Crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro. Zahar, RJ 1979

QUINTEIRO, M.C. - As instituições sociais e o comportamento reprodutivo: O caso de Sertãozinho/SP. In: Estudos de População, Vol. IV: Sertãozinho. CEBRAP, SP 1979, pp. 141-186

RANDOLPH, R. - As transformações sociais e seu impacto na formulação da política urbana na década de 70. In: Piquet/Randolph (1982), op. cit., pp. 129-227

- Teoria pragmática de indicadores. Fundamentos para uma reorientação metodológica (em alemão). Vandenhoeck & Ruprecht, Goettingen 1979

ROFMAN, A. - Desigualdades regionales y concentración económica. El caso argentino. Siap, Buenos Aires 1974

SANTOS, M. - Manual de geografia urbana. Hutechitec, SP 1981

- A urbanização desigual. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Vozes, Petropolis 1980

SCARFON, M.L. - Populações marginais no município de Piracicaba/SP. Diss. de mestrado, USP/SP 1976

SILVA, J.G.d. - Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Hutechitec, SP 1981

SINGER, P. - Economia política de trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. Hutechitec, SP 1977

- Elementos para uma teoria do emprego aplicável a

países não - desenvolvidos. Cadernos CEBRAP No. 18, SP 1970

SLATER, D. - State and territory at the periphery. Issues of regional and urban development in Latin America. Amsterdam 1984, mimeo (em vias de publicação)

SORJ, B./ALMEIDA, M.H.T. (org.) - Sociedade e política no Brasil pós-64. Brasiliense, SP 1983

SORJ, B./WILKINSON, J. - Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: Sorj/Almeida (1983), op. cit.

SOUZA, P.R.d. - Salário e mão de obra excedente. Int. Valor, força de trabalho e acumulação capitalista, Estudos CEBRAP 25, SP 1980

A N E X O A

O Censo Demográfico, seus Conceitos e Alterações
entre 1960 e 1980

COMPARAÇÃO DOS CONCEITOS REFERENTES AOS CENSOS DE 1960 a 1980

POPULAÇÃO TOTAL		QUADRO 1
1960	1970	1980
1. 2 tipos: <u>população presente</u> ou <u>população de fato</u> (constituídas pelas pessoas presentes, moradoras ou não no domicílio, <u>população residente</u> ou <u>população de direito</u> (formada pelas pessoas moradoras no domicílio, mesmo que ausentes na data do censo.	1. Idem	1. Idem
2. Os dados de população total dizem respeito à <u>população presente</u> .	2. Os dados de população total dizem respeito à <u>população residente</u> .	2. Idem a 1970.

POPULAÇÃO URBANA		QUADRO 2
1960	1970	1980
Considerou-se população urbana a recenseada nas cidades e vilas.	Idem a 1960.	A população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na situação urbana consideram-se as pessoas e domicílios recenseados nas <u>cidades vilas e áreas urbanas isoladas</u> , conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais vigentes em 31/8/80, a situação rural abrange a população e domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos <u>aglomerados rurais</u> (povoados, arraiais, etc.).

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

QUADRO 3

1960	1970	1980
<p>ATIVIDADE - compreendeu para as <u>pessoas de 10 anos e mais</u> a investigação da <u>ocupação habitual</u>, definida c/o a atividade econômica exercida durante a maior parte do ano anterior à data do Censo.</p> <p>OCUPAÇÃO - emprego, cargo, função, profissão ou ofício habitualmente exercido.</p> <p>RAMO DE ATIVIDADE - classificaram-se as pessoas segundo a finalidade ou ramo de negócios da organização, empresa ou entidade a que prestassem serviços, ou de acordo com a natureza da atividade exercida para os que trabalhavam por conta própria. As pessoas não economicamente ativas foram incluídas no ramo <u>Condições Inativas</u>.</p>	<p>CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - a pop. de 10 anos e mais é classificada em PEA e ã PEA.</p> <p>PEA - pessoas que trabalharam nos 12 meses anteriores à data do censo, mesmo que na referida data estivessem desempregadas, em gozo de licença ou férias, ou presas, também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos e mais que na data do Censo estivessem <u>procurando trabalho pela 1.ª vez</u>.</p> <p>ã PEA - pessoas sem ocupação estudantes, aposentados, pensionistas, detidos em cumprimento de pena, inválidas, e as que viviam de renda ou exerciam atividades domésticas não remuneradas.</p>	<p>CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - a pop. de 10 anos e mais é classificada em PEA e não PEA.</p> <p>PEA - pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em \$ e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas com remuneração, p/doença, c/bolsas de estudo, etc. e as s/ remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica ajudando a pessoa com quem residiam ou a instituição de caridade, beneficiante ou de cooperativismo ou ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais que nos últimos <u>2 meses anteriores à data do Censo</u> houvessem tomado alguma providência para encontrar trabalho.</p> <p>ã PEA - pessoas que durante todos os 12 meses anteriores ao Censo, somente tiveram uma ou mais das seguintes situações: exerciam afazeres domésticos no pp. lar, estudavam, viviam de rendimentos de aposentadoria ou de aplicação de capital estavam detidas cumprindo sentenças, doentes ou inválidas s/ serem licenciadas do trabalho, não desejavam trabalhar, ou desejando, deixavam de procurar trabalho porque não encontravam.</p>

RAMOS DE ATIVIDADE		QUADRO 4	
1960	1970	1980	
A. SETOR PRIMARIO			
1. Agricultura, pecuária e avicultura; <u>ATIVIDADES EXTRATIVAS</u>	1. Agricultura, pecuária, silvicultura, <u>EXTRAÇÃO VEGETAL E CAÇA E PESCA</u> (menos: extração mineral)	1. Atividades agropecuárias de extração vegetal e pesca.	
B. SETOR SECUNDARIO			
1. Atividades Industriais	1. Atividades Industriais (extração mineral, indústria de transformação, indústria da construção e serviços industriais de utilidade pública)	1. Indústria de Transformação 2. Indústria da Construção 3. Outras atividades industriais (extração mineral e serviço industrial de utilidade pública)	
C. SETOR TERCIARIO			
1. Comércio de mercadorias • prestação de serviços • transportes, comunicações e armazenagem, • atividades sociais; • serviços administrativos governamentais, legislativo, justiça; • Defesa Nacional e Segurança Pública; • Outras atividades	1. Comércio de mercadorias 2. Prestação de serviços 3. Transportes, comunicações e armazenagem 4. Atividades sociais (ensino, assistência médica-hospitalar, previdência social etc.) 5. Administração pública (serviços administrativos, governamentais, legislativo, justiça, defesa nacional e segurança pública); 6. Outras atividades (comércio de imóveis e valores imobiliários, instituições de crédito, seguros e capitalização e profissionais liberais), que incluem, também as pessoas que <u>procuram trabalho pela primeira vez.</u>	1. Comércio de mercadorias 2. transportes e Comunicações 3. prestação de serviços (alojamento e alimentação, reparação e conservação pessoais, domiciliares, diversões, auxiliares das atividades econômicas e técnico-profissionais) 4. Atividades sociais (comunidade, médicas, odontológicas e ensino) 5. Administração Pública (administração pública, defesa nacional e segurança pública) 6. Outras atividades (instituição de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades mal definidas e não declaradas)	
Condições Inativas (componentes de grupos conviventes não economicamente ativos)	Condições Inativas (não economicamente ativos e grupos conviventes)	Condições Inativas (não economicamente ativos e dependentes e grupos conviventes)	

TAXA DE URBANIZAÇÃO		QUADRO 5
1960	1970	1980
1. A relação entre população urbana e população total apresenta-se com distorções na medida que os dados provêm de origens diferentes: . População Urbana - dados da SINOPSE . População Total - dados do CENSO	1. A relação entre população urbana e população total apresenta-se sem problemas quanto a origem dos dados (CENSO)	1. A relação entre população urbana e população total não apresenta problemas quanto a origem dos dados (CENSO)

PEA/POPULAÇÃO TOTAL		QUADRO 6
1960	1970	1980
1. A relação entre PEA e população total não apresenta problemas quanto a origem dos dados (CENSO)	1. A relação entre PEA e população total não apresenta problemas quanto a origem dos dados (CENSO)	1. A relação entre PEA e população total não apresenta problemas quanto a origem dos dados (CENSO)

PEA SECUNDÁRIO/POPULAÇÃO URBANA		QUADRO 7
1960	1970	1980
1. A relação entre as categorias PEA Secundário e População Urbana apresenta distorções, na medida em que a origem dos dados provêm de tabelas do CENSO e da SINOPSE, respectivamente	1. A origem dos dados das categorias PEA Secundário e População Urbana provêm de tabelas do CENSO	1. A origem dos dados das categorias PEA Secundário e População Urbana provêm de tabelas do CENSO

PEA POR SETOR/PEA		QUADRO 8
1960	1970	1980
1. A origem dos dados referente as categorias PEA por Setor e PEA provêm de tabelas do CENSO	1. A origem dos dados referentes as categorias PEA por Setor e PEA provêm de tabelas do CENSO	1. A origem dos dados referentes as categorias PEA por Setor e PEA provêm de tabelas do CENSO

COMPARABILIDADE INTERCENSITÁRIA

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL		QUADRO 1
1960/1970	1970/1980	1960/1980
<p>1. Consta nesse período <u>desmembramento territorialis</u> de alguns municípios; conseqüentemente essas alterações distorcem a comparação dos dados.</p> <p>2. Os dados de 1960 tem como referencial a <u>população presente</u>, enquanto que em 70 provém da <u>população residente</u>. A formulação das duas categorias resultam num pequeno acréscimo à taxa de crescimento.</p>	<p>1. Em geral não houve <u>desmembramentos territoriais</u> nesse período, tornando possível a comparação dos dados.</p> <p>2. Os dados de 70 e 80 têm como referencial a <u>população residente</u></p>	<p>1. Os <u>desmembramento territoriais</u> ao longo dos CENSOS em alguns municípios inviabilizam uma comparação direta dos dados.</p> <p>2. Os dados de 1960 têm como referencial a <u>população presente</u>. Em 1980, estes já procedem da <u>população residente</u>.</p>

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA		QUADRO 2
1960/1970	1970/1980	1960/1980
<p>1. As modificações territoriais em alguns municípios no período 60/70 implicam em distorções na comparabilidade dos dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da área urbana sem estar expresso nos CENSOS; - modificações internas ao município (alterações nos limites distritais) podem ter ocasionado mudanças no limite urbano dos distritos. - O desmembramento de alguns municípios inviabiliza a comparabilidade no período. <p>2. As tabelas de população urbana de 1960 provém de <u>SINOPSE</u>, enquanto que as de 70 foram extraídas do <u>CENSO</u>.</p> <p>3. O conceito <u>População Urbana</u> manteve-se inalterado nesse período.</p>	<p>1. Os tipos de modificações territoriais nesse período são os mesmos do período 60/70; sendo que, em geral, não ocorreram <u>desmembramentos dos municípios</u>, resultando numa comparação dos dados com menores distorções.</p> <p>2. Os dados desse período resultam de tabelas dos <u>CENSOS</u>.</p> <p>3. O conceito em 1970 difere do utilizado em 1980; em 1980 foi acrescido ao conceito anterior a <u>população de áreas urbanas isoladas</u>.</p>	<p>1. Os tipos de modificações territoriais e suas implicações correspondem ao período 60/70.</p> <p>2. Os dados de <u>População Urbana</u> foram extraídos de tabelas <u>SINOPSE</u> enquanto que em 1980 os dados provém do <u>CENSO</u>.</p> <p>3. O conceito <u>População Urbana</u> foi alterado no decorrer dos CENSOS. O conceito em 1980 se diferencia pelo acréscimo da população de áreas urbanas isoladas.</p>

CRESCIMENTO DA PEA		QUADRO 3
1960/1970	1970/1980	1960/1980
<ol style="list-style-type: none"> 1. As modificações territoriais - <u>desmembramento de alguns municípios</u> distorcem a comparação da PEA. 2. Os dados da PEA de 1960 e 1970 provêm do CENSO. 3. Os conceitos utilizados no período 60/70 diferem quanto a introdução na PEA de 70 <u>dos que procuram trabalho pela 1ª vez na data do CENSO</u>, resultando numa dimensão maior da PEA 70. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em geral não houve desmembramento territoriais nesse período, tornando possível a comparabilidade de quanto a este aspecto. 2. Os dados da PEA desse período resultam do CENSO. 3. Ocorrem duas alterações importantes nos conceitos utilizados nesse período censitário: <ul style="list-style-type: none"> • a comparabilidade intertemporal de 70 e 80 apresentam modificações na categoria dos que procuram trabalho pela 1ª vez - em 70, o tempo está restrito a <u>data do CENSO</u>; em 80, o tempo refere-se aos <u>últimos 2 meses anteriores a data do CENSO</u>. • apresenta também modificações quanto a categoria de <u>trabalhadores não remunerados</u>, referente a delimitação do tempo de trabalho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os desmembramentos territoriais ao longo dos CENSOS, distorcem o crescimento da PEA. 2. Os dados da PEA de 1960 e 1980 foram extraídos de tabelas censitárias. 3. Diferença nos conceitos da PEA quanto a introdução em 80 da categoria dos que <u>procuram trabalho nos 2 últimos meses anteriores a data do censo</u>. <ul style="list-style-type: none"> • Mesma alteração de 1970/80 quanto a categoria dos <u>trabalhadores não remunerados</u>.

CRESCIMENTO DA PEA PRIMARIO		QUADRO 4
1960/1970	1970/1980	1960/1980
<ol style="list-style-type: none"> 1. Os desmembramentos territoriais de alguns municípios nesse período resultam em distorções na comparação dos dados da PEA do Setor Primário. 2. Mesma origem dos dados (CENSO) 3. As atividades do setor foram agrupadas com alterações no decorrer dos censos. Em 1970 há uma <u>exclusão da categoria de extração mineral</u>. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em geral não houve desmembramentos territoriais nesse período, tornando possível a comparação dos dados. 2. Mesma origem dos dados (CENSO) 3. Manteve-se inalterado no período 70/80 quanto ao agrupamento de atividades 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os desmembramentos territoriais de alguns municípios no decorrer dos CENSOS inviabilizam uma comparação direta dos dados do setor primário. 2. Mesma origem dos dados. (CENSO) 3. Sendo alterado o agrupamento de atividades ao longo dos CENSOS, o censo de 80 é diferenciado do censo de 1960 pela inclusão, neste último, da categoria de <u>extração mineral</u>.

CRESCIMENTO DA PEA SECUNDARIO

QUADRO 5

1960/1970	1970/1980	1960/1980
<ol style="list-style-type: none"> Os desmembramentos territoriais em alguns municípios resultam em distorções na comparação dos dados. Mesma origem dos dados (CENSO) A comparabilidade entre 60 e 70 é distorcida frente ao acréscimo em 70 das categorias de <u>extração mineral</u>, e de <u>pedreiro, sergente, etc.</u>, estes últimos incluídos na indústria da Construção Civil. 	<ol style="list-style-type: none"> Em geral não houve desdobramentos territoriais nesse período censitário tornando possível a comparação dos dados. Mesma origem dos dados (CENSO) Não houve alterações nas características do agrupamento. 	<ol style="list-style-type: none"> Os desdobramentos territoriais ao longo dos censos altera os resultados obtidos da PEA do Setor Secundário. Mesma origem dos dados (CENSO) A inclusão da categoria <u>extração mineral</u> nos censos posteriores a 60 altera a comparação dos dados principalmente nos municípios em que essa atividade de seja <u>significante</u>.

CRESCIMENTO DA PEA TERCIARIA

QUADRO 6

1960/1970	1970/1980	1960/1980
<ol style="list-style-type: none"> Os desmembramentos territoriais de municípios resultam em distorções na comparação dos dados. Mesma origem dos dados (CENSO) As alterações conceituais entre 60 e 70 decorrem da exclusão de alguns <u>serviços</u> relacionados com a <u>construção civil</u>, e da inclusão dos que <u>procuram trabalho pela 1ª vez</u> em outras atividades agrupadas no terciário. 	<ol style="list-style-type: none"> Em geral não ocorreu desmembramentos territoriais. Mesma origem dos dados (CENSO) Enquanto que em 1970 estão incluídos os que <u>procuram trabalho pela 1ª vez</u>, em 1980, é retirado essa categoria de <u>OUTRAS ATIVIDADES</u>, passando a formar uma categoria separada dos setores. 	<ol style="list-style-type: none"> Os desmembramentos territoriais nesse período alteram os dados. Mesma origem dos dados (CENSO) Nesse setor a alteração de 60 para 80 resulta da <u>exclusão dos serviços de construção civil</u> do censo de 60.

A N E X O B

CLASSES:

Indústria Extrativa	(1)
Indústria de Transformação:	
Transf. de Prod. de Min. Não-Met.	(2)
Metalurgia	(3)
Mecânica	(4)
Material Eletr. e de Comun.	(5)
Material de Transporte	(6)
Madeira	(7)
Mobiliário	(8)
Papel e Papelão	(9)
Borracha	(10)
Couros e Peles	(11)
Química	(12)
Prod. Farmaceuticos	(13)
Perfumaria, Sabões e Velas	(14)
Prod. Mater. Plásticos	(15)
Têxtil	(16)
Vestuário, Calçados etc.	(17)
Produtos Alimentares	(18)
Bebidas	(19)
Fumo	(20)
Editorial e Gráfica	(21)
Diversas	(22)

GRUPOS/SETORES INDUSTRIAIS

Moderno: 03 - 06, 12

Intermediário: 16, 17

Tradicional: 02, 07, 08, 18, 19

```

1 REM *****
2 REM *
3 REM *   CRUZAMENTO DE CLASSIFICA- *
4 REM *     CÔES   (MATRIZ)         *
5 REM *
6 REM *     CPM - MATRIZ             *
7 REM *
8 REM *   RAINER RANDOLPH          *
9 REM *
10 REM *     JANEIRO 1985            *
11 REM *
12 REM *****
13 DIM NOME$(133),POT(133,2),DOM(133),SET(133,2)
14 DIM EIX(100)
15 REM**** RANDOM FILE SEARCH
16 DIM NOME$(133),POT(133,2),DOM(133),SET(133,2)
18 DIM EIX(100)
19 DIMI$(664):FD=0:FX=8:CH=2:FP=1
20 XX=0
28 OPEN15,8,15,"I0":OPEN2,8,2,"#"
46 OPENS,8,5,"0:INDEX,S,R"
47 FORI=1TO664:INPUT#5,I$(I)
49 NEXTI:CLOSE5
50 REM**** ENTRADA SEARCH
60 IF XX=0 THEN 95
70 IF XX=RANGE THEN 80
75 PRINT "ERROR LEITURA"
76 XX=0: GOTO 95
80 CLOSE15:CLOSE5:CLOSE2
95 REM****ENTRADA CALCULO
90 GOTO 500
95 REM**** LEITURA
97 INPUT"LEITURA SEQUENCIAL ? NAO=N ";LE$
98 INPUT"COM XALORES (SET/70) AJUSTADOS? SIM=1, NAO=2 ";CC%
99 IF LE$(">")"N" THEN GOTO 125
101 INPUT"NO. DE MUNICIPIOS ? ";NUX:PRINT CHR$(13)
103 FOR N1=1 TO NUX
105 PRINT N1;". MUNICIPIO = ";
107 INPUT EIX(N1)
109 NEXT N1
111 FOR N2=1 TO NUX
113 F=EIX(N2)
115 GOSUB 321
117 NEXT N2
119 RANGE=NUX: GOTO 60
125 INPUT"MIN E MAX DOS NO.MUNIC. ";MIN,MAX
127 RANGE=MAX-MIN+1
130 FOR F=MIN TO MAX
135 GOSUB 321
140 NEXT F
150 GOTO 60
300 REM**** ROUTINE SEARCH
321 IFF=0THEN RETURN
322 IFI$(F)<>"1" THEN RETURN
325 GOSUB5100
330 NOME$(XX)=FB$(1)

```

```

335 DOM(XX)=VAL(FB$(5))
340 POT(XX,0)=VAL(FB$(2))
345 POT(XX,1)=VAL(FB$(3))
350 POT(XX,2)=VAL(FB$(4))
355 ON CC% GOTO 359,356
356 IF RIGHT$(FB$(6),1)<>"A" THEN GOTO 359
357 SET(XX,0)=0: GOTO 360
359 SET(XX,0)=VAL(FB$(6))
360 SET(XX,1)=VAL(FB$(7))
370 SET(XX,2)=VAL(FB$(8))
385 XX=XX+1
390 RETURN
500 PRINT "ZELADOR NAO VAI EMBORA... VOLTO JA'"
610 DIM CPOP%(113,2),CDOM%(113,2),PESOX%(113,2)
620 REM*** CALCULO CRESCIMENTO VARIAVEIS
630 FOR I=0 TO XX-1
640 IF POT(I,0)<>0 THEN 650
642 CPOP%(I,0)=-1000:CPOP%(I,2)=-1000
644 PESOX%(I,0)=-1000: GOTO 660
650 CPOP%(I,0)=INT((POT(I,1)/POT(I,0)-1)*100+0.5)
655 CPOP%(I,2)=INT((POT(I,2)/POT(I,0)-1)*100+0.5)
658 PESOX%(I,0)=INT((SET(I,0)/POT(I,0)*100+0.5)
660 IF POT(I,1)=0 THEN CPOP%(I,1)=-1000:PESOX%(I,1)=-1000:GOTO 680
670 CPOP%(I,1)=INT((POT(I,2)/POT(I,1)-1)*100+0.5)
675 PESOX%(I,1)=INT((SET(I,1)/POT(I,1)*100+0.5)
680 IF SET(I,0)=0 THEN CDOM%(I,0)=-1000:CDOM%(I,2)=-1000:GOTO 700
690 CDOM%(I,0)=INT((SET(I,1)/SET(I,0)-1)*100+0.5)
695 CDOM%(I,2)=INT((SET(I,2)/SET(I,0)-1)*100+0.5)
700 IF SET(I,1)=0 THEN CDOM%(I,1)=-1000:GOTO 720
710 CDOM%(I,1)=INT((SET(I,2)/SET(I,1)-1)*100+0.5)
720 IF POT(I,2)=0 THEN PESOX%(I,2)=-1000:GOTO 740
730 PESOX%(I,2)=INT((SET(I,2)/POT(I,2)*100+0.5)
740 NEXT I
1000 REM*** CLASSIFICACAO
1001 OPEN 5,4
1005 DIM VA$(5),ZC(1,14),LC(1,14),SDNUM%(1,15)
1007 DIM MX%(1,14,49),NX%(15,39)
1008 DIM MC(14),OW(1),D1(1),D2(1),AD(1),S1(1),C1(1),C2(1),AP(1),MY(1),NC(1)
1010 VA$(1)="PO-TOT(ABS)"
1012 VV$(0)="70/70-75"
1015 VA$(2)="PO-S.DOM(ABS)"
1017 VV$(1)="75/75-80"
1020 VA$(3)="PESO SET.DOM"
1023 VV$(2)="80/70-80"
1025 VA$(4)="^PO-TOTAL"
1030 VA$(5)="^PO-SET.DOM"
1033 FOR L=0 TO 1
1036 PRINT "VARIAVEL NO = ";L+1
1040 PRINT " ";VA$(1);"=1, ";VA$(2);"=2,"
1042 PRINT " ";VA$(3);"=3, ";VA$(4);"=4, ";CHR$(13);TAB(8);VA$(5);"=5"
1043 INPUT "NO = ";MY(L)
1045 PRINT "REFERENTE AO ANO/PERIODO"
1050 INPUT "70/70-75=0, 75/75-80=1, 80/70-80=2 ";AY(L)
1055 INPUT "NO DE CLASSES ";NC(L)
1065 PRINT
1070 FOR K=1 TO NC(L)-1
1080 PRINT " LIMITE DA CLASSE ";K;:INPUT " VALOR = ";LC(L,K)
1090 ZC(L,K)=0
1100 NEXT K

```

```

1105 ZC(L,NC(L))=0:ZS(L)=0:D2(L)=0
1110 OW(L)=0:S1(L)=0
1113 PRINT" CRITERIOS ADICIONAIS ? SIM=S"
1114 GET ZW$
1115 IF ZW$="" THEN GOTO 1114
1116 IF ZW$<>"S" THEN GOTO 1130
1117 GOSUB 1600
1130 NEXT L
1150 REM**** CONSTRUCAO DOS DOIS VETORES
1180 FOR L=0 TO 1
1200 FOR I=0 TO XX-1
1205 CA%=1: GOSUB 2000
1208 ON CA% GOTO 1210,1210,1310
1210 ON MY(L) GOTO 1225,1235,1240,1220,1230
1220 XA=CPOP%(I,AY(L)): GOTO 1250
1225 XA=POT(I,AY(L)): GOTO 1245
1230 XA=CDOM%(I,AY(L)): GOTO 1250
1235 XA=SET(I,AY(L)): GOTO 1245
1240 XA=PESO%(I,AY(L)): GOTO 1250
1245 IF XA=0 THEN NEXT I
1250 IF XA<=-100 THEN NEXT I
1255 MC=1
1260 FOR K=1 TO NC(L)-1
1262 IF MC=0 THEN GOTO 1280
1264 IF XA(LC(L,K)) THEN GOTO 1270
1266 GOTO 1280
1270 MXX(L,K,ZC(L,K))=(I+1)*10
1275 ZC(L,K)=ZC(L,K)+1: MC=0: ZS(L)=ZS(L)+1
1280 NEXT K
1290 IF MC=0 THEN GOTO 1310
1300 MXX(L,NC(L),ZC(L,NC(L)))=(I+1)*10
1303 ZC(L,NC(L))=ZC(L,NC(L))+1
1305 ZS(L)=ZS(L)+1
1310 NEXT I
1320 NEXT L
1400 GOTO 3000
1600 REM**** ANALISES POR CRITERIOS
1610 REM**** 1. SETOR(ES) INDUSTRIAL(AIS)
1620 PRINT" ANALISE POR SETOR(ES) ? SIM=S"
1630 GET Z$
1640 IF Z$="" THEN GOTO 1630
1650 IF Z$<>"S" THEN GOTO 1800
1660 INPUT" NO. DE SETORES = ";OW(L)
1665 PRINT
1670 FOR M=1 TO OW(L)
1680 INPUT" NO DO SETOR = ";SDNUM%(L,M)
1690 NEXT M
1700 REM**** 2. DOMINANCIA (FAIXA)
1710 PRINT" ANALISE DA DOMINANCIA ? SIM=S"
1720 GET Z$
1730 IF Z$="" THEN GOTO 1720
1740 IF Z$<>"S" THEN GOTO 1800
1745 INPUT" MIN + MAX -DOMINANCIA : ";D1(L),D2(L)
1750 INPUT" REFERENTE AO ANO : 70=0, 75=1, 80=2 ";AD(L)
1800 REM**** 3. TAMANHO INDUSTRIAL URBANO
1810 PRINT" SUBDIVIDIR POR TAMANHO IND. ? SIM=S"
1820 GET Z$
1830 IF Z$="" THEN GOTO 1820
1840 IF Z$<>"S" THEN RETURN

```

```

1850 PRINT"   PO-TOT=1,      PO-SET.DOM=2,"
1860 INPUT"   ^ PO-TOT=3,    ^ PO-SET.DOM=4";S1(L)
1870 INPUT" FAIXA DO CRIT.: MIN,MAX ";C1(L),C2(L)
1880 PRINT"   ANO/PERIODO: 70/70-75=0, 75/75-80=1,"
1890 INPUT"           80/70-80=2 ";AP(L)
1900 RETURN
2000 REM*** PRUEFROETINEN
2005 REM*** SETORES
2010 IF OW(L)=0 THEN GOTO 2200
2020 FOR M=1 TO OW(L)
2030 IF DOM(I)=SDNUMX(L,M) THEN CA%=2
2040 NEXT M
2050 IF CA%=1 THEN CA%=3: RETURN
2100 REM*** DOMINANCIA
2110 IFD2(L)=0 THEN GOTO 2200
2120 IF PESOX(I,AD(L))<=-100 THEN CA%=3: RETURN
2130 IF PESOX(I,AD(L))<D1(L) THEN CA%=3: RETURN
2140 IF PESOX(I,AD(L))>D2(L) THEN CA%=3: RETURN
2200 REM*** TAMANHO
2210 IFS1(L)=0 THEN RETURN
2220 ON S1(L) GOTO 2230,2235,2240,2245
2230 XB=POT(I,AP(L)): GOTO 2250
2235 XB=SET(I,AP(L)): GOTO 2250
2240 XB=CPOPX(I,AP(L)): GOTO 2250
2245 XB=CDOMX(I,AP(L))
2250 IF XB<=-100 THEN CA%=3: RETURN
2255 IF XB<C1(L) THEN CA%=3: RETURN
2260 IF XB>C2(L) THEN CA%=3: RETURN
2270 CA%=2
2300 RETURN
3000 REM*** CONSTRUCAO DAS LINHAS DA MATRIZ
3005 INPUT"   QUER IMPRESSAO? SIM=1; NAO=2 ";PR%
3010 ON PR% GOTO 3020,3030
3020 PRINT#5: PRINT#5: PRINT#5
3025 PRINT#5,CHR$(14)"CRUZAMENTO DE VARIAVEIS (MATRIZ)"
3030 PRINT#5: PRINT#5,"1.VARIAVEL : "VA$(MY(0))" 2.VARIAVEL : "VA$(MY(1))
3040 PRINT#5,"ANO/PERIODO : 1.VAR.: "VV$(AY(0))" 2.VAR.: "VV$(AY(1))
3042 LIM$(0)=" ": LIM$(1)=" "
3045 FOR B=0 TO 1
3047 FOR C=1 TO NC(B)-1
3050 LIM$(B)=LIM$(B)+STR$(LC(B,C))+ " "
3055 NEXT C
3057 NEXT B
3060 FOR D=0 TO 1
3070 PRINT#5,"CLASSES (LIM.) VAR. "D+1" : "LIM$(D)
3080 NEXT D
3085 PRINT#5,"CASOS VALIDOS : 1.VAR.: "ZS(0)" 2.VAR.: "ZS(1)
3090 PRINT"   CASOS VALIDOS";CHR$(13);" 1.VAR.= ";ZS(0);" 2.VAR.= ";ZS(1)
3092 PRINT" PARA CONTINUAR: QUALQUER TECLA"
3094 GET UU$
3096 IF UU$="" THEN GOTO 3094
3098 IF UU$<>"S" THEN GOTO 3100
3100 FOR I=1 TO NC(0)
3102 FOR PP=1 TO NC(1)
3104 MC(PP)=0
3106 NEXT PP
3110 FOR K=0 TO ZC(0,I)-1
3150 FOR L=1 TO NC(1)
3160 FOR M=0 TO ZC(1,L)-1

```



```

3170 IF MX%(0,I,K)=0 THEN GOTO 3350
3180 IF MX%(1,L,M)=0 THEN GOTO 3310
3200 IF MX%(0,I,K)<>MX%(1,L,M) THEN GOTO 3300
3250 NX%(L,MC(L))=MX%(0,I,K)
3260 MC(L)=MC(L)+1
3300 NEXT M
3310 NEXT L
3350 NEXT K
3360 ON PR% GOTO 3370,3400
3370 PRINT#5
3380 PRINT#5,CHR$(14)"LINHA ="I
3400 PRINT"LINHA = ";I
3430 FOR N=1 TO NC(1)
3431 ON PR% GOTO 3432,3440
3432 IF MC(N)=0 THEN PRINT#5,"COLUNA: "N ---> SEM CASO": GOTO 3435
3433 PRINT#5,"COLUNA: "N
3435 PNO$=" ": PMO$=" "
3440 PRINT CHR$(13);"COLUNA: ";N;" ";
3470 IF MC(N)=0 THEN PRINT"SEM CASO": GOTO 3610
3490 FOR PP=0 TO MC(N)-1
3490 HH%=NX%(N,PP)/10-1
3495 PRINT" ";NOME$(HH%);
3500 ON PR% GOTO 3505,3600
3505 IF PP>15 THEN PMO$=PMO$+NOME$(HH%)+ " ":GOTO 3600
3510 PNO$=PNO$+NOME$(HH%)+ " "
3600 NEXT PP
3601 ON PR% GOTO 3602,3610
3602 IF PNO$=" " THEN GOTO 3610
3605 PRINT#5," "PNO$
3606 IF PMO$=" " THEN GOTO 3610
3608 PRINT#5," "PMO$
3610 NEXT N
3614 PRINT CHR$(13);"PARA CONTINUAR: QUALQUER TECLA !"
3615 GET BB$
3617 IF BB$="" THEN GOTO 3615
3619 IF BB$<>"S" THEN GOTO 3630
3630 NEXT I
3700 PRINT"QUER VOLTAR ? SIM=S"
3710 GET QQ$
3720 IF QQ$="" THEN GOTO 3710
3730 IF QQ$<>"S" THEN GOTO 4000
3740 REM*** ZERAR MX%
3745 PRINT"ESPERE !"
3750 FOR K=0 TO 1
3760 FOR L=0 TO 14
3770 FOR N=0 TO 49
3780 MX%(K,L,N)=0
3790 NEXT N: NEXT L: NEXT K
3800 GOTO 1033
4000 END
5100 REM *****
5105 REM * FDD BLOCK READ *
5108 REM *****
5110 GOSUB5330
5120 PRINT#15,"U1: ";CH;FD;FT;FS
5130 PRINT#15,"B-P: ";CH;FP
5140 GOSUB5270
5150 FORFI=1TOFX
5160 INPUT#CH,FB$(FI):

```

```
5180 NEXT
5190 RETURN
5270 REM *****
5275 REM * ERROR CHECK *
5278 REM *****
5280 INPUT#15,EN,EM#,ET,ES
5290 IFEN=0THENRETURN
5300 PRINT"ERROR STATUS:";EN;EM#;ET;ES
5310 INPUT"CONTINUE?";Y#;IFY#="Y"THENRETURN
5320 STOP
5322 REM *****
5324 REM * SET TRACK & SECTOR *
5326 REM *****
5330 IFF<358THENF1=0:F2=22:F3=1:GOTO5370
5340 IFF>357ANDF<472THENF1=357:F2=20:F3=19:GOTO5370
5350 IFF>471ANDF<580THENF1=471:F2=19:F3=25:GOTO5370
5360 IFF>579THENF1=579:F2=18:F3=31
5370 FT=INT(((F-F1)-1)/(F2-1))+F3
5380 FS=F-F1-(FT-F3)*F2+(FT-F3-1)
5390 RETURN
5560 PRINT "
12080 N CA% GOTO 1310,1210,1310
READY.
```